

**Verone Cristina da Silva**

*Missão, Aldeamento e Cidade.  
Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá  
(1819 - 1901)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História; na linha de pesquisa: Fronteiras Identidades e Transculturação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima Costa

Cuiabá – MT

Março, 2001

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Capa: *Panão guaná sobre tear*  
Arte: Naomi Onga

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Verone Cristina da  
Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá – Cuiabá : Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2001.  
162 p. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Bibliografia: p. 150-162

CDU – 314.72(817.2=87)

Índice para Catálogo Sistemático

1. Índios Guaná – Migração – Cuiabá (MT)

**Verone Cristina da Silva**

*Missão, Aldeamento e Cidade  
Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá  
(1819 - 1901)*

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, defendida e aprovada pela comissão julgadora em 16 de abril de 2001.

Banca Examinadora

Presidenta e Orientadora: Prof. Dra. Maria de Fátima Costa

2º Examinador: Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha

3º Examinadora: Prof. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto

RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo histórico da ocupação do povo indígena Guaná, da família lingüística Aruak, em Albuquerque e em Cuiabá, durante o período de 1819 a 1901. Tem por objetivo analisar os elementos que motivaram esses índios a se deslocarem, entre os anos de 1844 e 1845, do Pantanal para a capital da província de Mato Grosso, organizando um aldeamento na margem direita do rio Cuiabá, quase em frente ao Porto Geral. Nela, procura-se demonstrar que houve interesse, tanto por parte dos administradores locais como também dos próprios índios em se fixar em Cuiabá. As fontes usadas na elaboração desse estudo, englobam documentos manuscritos como cartas, ofícios, Relatórios de Presidentes de Província e da Diretoria Geral dos Índios, Processos-Crime, documentos impressos, narrativas de viajantes, que no século XIX andaram pelas terras mato-grossenses, material cartográfico e, ainda, um relato oral. Foi possível constatar que, após a instalação do aldeamento dos Guaná em Cuiabá, se intensifica a presença desses índios no espaço social da cidade. Eles passam a realizar atividades de sapataria, marcenaria, transporte de cargas, remadores de embarcações, trilhadores de estradas, entre outras. A pesquisa demonstrou como os Guaná, no momento em que se dava o esfacelamento dos povos indígenas - através dos aldeamentos administrados pela Diretoria Geral dos Índios, das expedições punitivas aos índios selvagens e da apropriação das terras indígenas - souberam lidar com os poderes constituídos, negociando, fugindo, trocando, migrando, e, nesse movimento, reinventando saberes e práticas, tecendo, a partir das próprias experiências, a sua história.

#### *ABSTRACT*

This dissertation consists of one historical study of Guaná indian inuit from linguistic Aruak family, in Albuquerque and in Cuiabá, during 1819 to 1901. Its aim is to analyse the elements that motivate these indians to deslocate, between the years 1844 and 1845 from Pantanal to Cuiabá – Mato Grosso's province, organizing a small village on the right bank of border from Cuiabá river, almost in front of Porto Geral. In this word, the advantages found by the administrator and even by the indians in living in Cuiabá will try to be demonstrated. The resources used in this research, comprises handwrites documents such as letters, official letters, President province repport and Indian principal, Lowsuit, printed documents, speeches from XIX centure, cartographic material and oral repport. It was possible to check, that after the Guaná village had fixed residence in Cuiabá, their presence here was intensified. They started doing working in some activities as shoemaker, joiner, load's transporter, rowing boat, patch workers, and others. This research has demonstrated how the Guanás at the moment in which the native indians were being destroyed by the general ruler of the small villages, by the expedition whose purpose was to punish the wild indians and by the appropriation of Indian land, knew how to deal with the established power, negotiating, escaping knowlegment and practices as a web from their own experiences and their history.

À minha avó Maria Soares da Costa, de  
lembrança sempre viva em minha história.

A Boamorte Manoel de Campos,  
descendente Guaná, que me cedeu um  
fragmento da sua memória que se  
transformou neste trabalho.

## Agradecimentos

À Maria de Fátima Costa, orientadora exigente, que acompanhou todo o processo da pesquisa e elaboração deste trabalho, fazendo correções, ajudando-me a melhorar o texto e a dialogar com os documentos. Foi também com quem aprendi alguns *caminhos dos viajantes*.

Ao GERA/UFMT, por proporcionar um espaço de estudos e pesquisas, onde este estudo também nasceu.

À Anna Maria Ribeiro e ao José Eduardo, pelo carinho, amizade e por permitir pesquisar os materiais da riquíssima biblioteca particular NAMBI.

À Joana Fernandes da Silva, pelas valiosas contribuições dedicadas desde o início deste trabalho;

Ao João Dal Poz, que atenciosamente me oportunizou conhecer os Guaná por Max Schmidt e ao Ivo Schroeder, que realizou a sua tradução;

À Maria Clara, que me concedeu com toda disposição as obras sobre os Guaná no Chaco;

Ao Clementino, pela atenção, apoio e pelas ricas conversas *cinematográficas sobre a Cuiabá do século XIX*. Sou grata por possibilitar o acesso aos documentos manuscritos sobre os Guaná nos Processos-Crime de Cuiabá;

Ao José Afonso, pelas nossas *fabulosas viagens* com os Guaná e os Bororo;

Ao Edson Bosco, pela ternura e acompanhamento, na ansiedade de juntos encontrarmos os nossos parentes guaná da Várzea Grande;

Não poderia deixar de lembrar dos amigos do Instituto Centro de Vida Sérgio, Édina, Manoel e Walter, pela paciência e compreensão durante a minha ausência; especialmente ao Wladmir, com quem compartilhei angústias e *descobertas históricas*, e ao André, colaborador sempre generoso;

Ao Plácido, pelo carinho e colaboração insubstituíveis;

Ao apoio e carinho da Marli, Edil e Naomi;

Às ricas contribuições do Gilton Mendes. Nosso percurso histórico por Albuquerque e Cuiabá não foi desinteressado, mas conduzido pela fascinante *Arqueologia dos Guaná*;

Ao Valdecy Luís, pela colaboração na pesquisa documental. A curiosidade sobre os Guaná e a sua vontade foram elementos primeiros para tal tarefa;

À Branquita, Délio, Valdirene, Vanuse e Vânia, companheiros de longa trajetória e que compartilharam comigo desta história;

À companheira Natalia Laiana, que me acompanhou nas entrevistas pelas margens do rio Cuiabá e nas posteriores visitas à antiga aldeia dos Guaná. Hoje ela compreende o significado do seu nome e a história do povo de onde foi extraído;

E, finalmente, a CAPES, que oportunizou, através do suporte financeiro, a realização deste trabalho.



“(...) mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. (...) Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-se funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo. (...) conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante.”

Michel de Certeau

## Sumário

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>OS GUANÁ NA IMAGEM DA CIVILIZAÇÃO</b>	<b>24</b>
Habitação, prática agrícola e comércio	34
Os Panões: elegância e sedução das mulheres guaná	49
<b>OS GUANÁ EM ALBUQUERQUE: ALDEAMENTO E CATEQUESE</b>	<b>60</b>
O Aldeamento	63
Expedições punitivas	73
Brindes ou trocas?	76
Os contratos de trabalho	79
<b>A FACE INDÍGENA DE CUIABÁ</b>	<b>88</b>
<b>ÍNDIOS, ALDEIA E CIDADE</b>	<b>106</b>
O aldeamento dos Guaná em Cuiabá	114
Atividades executadas	118
Os Guaná e a criminalidade em Cuiabá	122
As terras concedidas	129
O fim do aldeamento	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>144</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>163</b>

## Lista de Ilustrações

### **FIGURAS**

Figura 1: Desenho das habitações dos Guaná	35
Figura 2: Guanitá, chefe dos Guaná	50
Figura 3: Desenho dos Guaná com tranças e chapéu	52

### **MAPAS**

Mapa 1: Localização da Missão Nossa Senhora da Misericórdia	42
Mapa 2: Localização da aldeia dos Guaná em Cuiabá	143
Mapa 3: Localização das aldeias de Guaná - século XIX	141

### **TABELAS**

Tabela 1: Despesas da Tesouraria com os Aldeamentos	77
Tabela 2: Lista de não-índios que receberam armamentos para proteção	102
Tabela 3: Atividades realizadas pelos Guaná	121

## Lista de Abreviaturas

APMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

GERA – Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação de História Regional

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

# Introdução

No ano de 1997 realizei inúmeras viagens pelo rio Cuiabá; então investigava as atividades pesqueiras nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande - Mato Grosso, através de um projeto de pesquisa junto ao Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado – GERA/ICHS/UFMT. Naquela ocasião, entrevistei os moradores mais antigos e os pescadores nascidos em cada lugar visitado, a fim de colher relatos sobre a experiência com a pesca no perímetro urbano daqueles municípios. Em uma dessas viagens, conheci um homem de aproximadamente 74 anos, considerado um dos mais velhos moradores da Alameda Júlio Müller, em Várzea Grande. Suas palavras despertaram minha atenção. Ele afirmou ser filho de índios Guaná e que o lugar onde residia tinha sido uma antiga aldeia. Explicou-me que sua família era de Albuquerque – hoje localizada no Pantanal de Mato Grosso do Sul – e havia migrado para Cuiabá, acompanhada por outros índios. Com o apoio do governo, instalaram-se na margem direita do rio Cuiabá, atual município de Várzea Grande.

Aquele homem narrava um acontecimento até então inédito para mim e ausente na história oficial de Cuiabá e de Mato Grosso. Conversei com outros moradores da Alameda Júlio Müller, mas eles nada sabiam sobre a existência da aldeia naquela localidade, exceto que ouviram dizer que ali era um antigo *reduto de índios*. Naquele momento não percebi a profunda dimensão daquela informação, nem muito menos que ela me levaria a outros estudos.

Com o objetivo de aprofundar a pesquisa sobre a ocupação histórica das populações que habitavam as margens do rio Cuiabá, iniciei, no ano de 1999, o curso de Mestrado em História na Universidade Federal de Mato Grosso. Meu projeto intitulava-se “Análise das relações das populações tradicionais ribeirinhas dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande – Mato Grosso e o contexto da urbanização

das cidades”. As conversas com minha orientadora, as leituras e a elaboração de alguns ensaios, mostraram, no entanto, a necessidade de uma melhor delimitação do objeto e conseqüentemente dos recortes espacial e temporal da pesquisa. A conversa com aquele senhor avivou-se na minha memória.

Passaram-se meses e eu retornei ao rio Cuiabá a procura daquele homem que se dizia filho de índios Guaná. Meu interesse pela sua história havia aumentado. Registrei então sua fala e passei a buscar outras fontes que pudessem sustentar a narrativa sobre a presença de uma aldeia Guaná em Várzea Grande. Após consultar documentos oficiais e relatos de expedições científicas, vi aquela história ganhar outra dimensão. Nos relatos, abundavam informações sobre a existência de um aldeamento dos Guaná situado à margem direita do rio Cuiabá. Este seria, então, meu objeto de pesquisa.

Este antigo lugar dos Guaná, localiza-se na atual Alameda Júlio Müller, no município de Várzea Grande. Porém, durante a primeira metade do século XIX, toda essa região pertencia ao distrito de São Gonçalo de Pedro II, que fazia parte de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso. Minha pesquisa, portanto, voltou-se ao estudo da ocupação dos Guaná em Cuiabá; e como a maioria desses índios migrou da região de Albuquerque, a investigação também foi feita no sentido de entender tal deslocamento.

Ao longo da pesquisa, surpreendi-me com os documentos manuscritos inéditos sobre os Guaná em Albuquerque e Cuiabá e as ricas descrições desse povo publicadas nas obras de cronistas e expedicionários que percorreram a província. Curiosamente, historiadores e antropólogos, serviram-se de tais fontes, contudo, as informações sobre os Guaná estiveram silenciadas.

Neste contexto, a proposta do presente trabalho consiste, pois, em analisar a ocupação dos Guaná em Albuquerque e em Cuiabá, a fim de compreender o que levou esses habitantes a se deslocarem para a margem direita do rio Cuiabá, na capital da Província de Mato Grosso, participando da sua configuração social.

Os Guaná que examino neste estudo, também conhecidos na documentação por *Exoaladi*, *Chooronó*, *Chualas*, pertencem à família lingüística Aruak. No século XVIII, esses índios migraram do Chaco Paraguai para as margens orientais do rio Paraguai, ao sul de Mato Grosso, influenciados pelo processo de colonização espanhola e pelas relações interétnicas com outros povos indígenas.

Os povos indígenas da família Aruak estão disseminados em diversas regiões da América do Sul; no Brasil, por exemplo, além dos Terena em Mato Grosso do Sul; temos os Paresi, Enawenê -Nawê (Alto Juruena) Mehináku, Waurá, Yawalapitie (Alto Xingu) e os Apurinã (Juruá -Purus).

Os estudos atuais indicam que os padrões socioculturais dessa família lingüística variam significativamente, tanto em forma quanto em estrutura. Neste sentido, o presente estudo não parte de um modelo pré-concebido sobre os Aruak, mas procura construir, a partir da documentação pesquisada, indícios sobre a história dos Guaná, suas práticas, deslocamento e ocupação em Cuiabá.

As pesquisas arqueológicas realizados por Branislava Susnik, entre outras tentativas de síntese sobre os Aruak, constataram que os deslocamentos proto-Aruak não ocorriam apenas pela busca de terras para ocupação. As primeiras nucleações indicam uma preferência por áreas povoadas por grupos de diferentes culturas, uma “zona com periferia etnocultural” - como sugere a autora- permitindo uma comunicação livre, fluvial ou terrestre. Estabeleciam aldeias densamente povoadas com produção agrícola eficaz e uma inclinação para trocas e intercâmbios, tendo alguns grupos desenvolvido um verdadeiro sistema de “troquistas-viajantes”. Esses fatores contribuíram para a grande receptividade e difusão de elementos culturais pelos Guaná, que, para manter o seu potencial produtivo e manufatureiro, recorriam a interações com indivíduos de outras culturas, muitas vezes reconhecidos como *inferiores* e recrutados através de raptos, formando dentro da sua organização social uma classe de “dependentes-servos”<sup>1</sup>.

Maria Eunice Schuch, em sua pesquisa sobre os Guaná do Pantanal no século XVIII, divide esses índios em dois núcleos. Um deles estava na região do *Puerto de los Reyes* e, ao que parece, relacionavam-se diretamente com os Guarani. O outro grupo estava na região do *Puerto de San Fernando*, interagindo com os Mbayá. Estes mantinham relações inicialmente marcadas pela supremacia sobre os Aruak, mas que foram aceitas a partir de determinados arranjos sociais, como casamentos interétnicos e trocas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Branislava Susnik. *Interpretacion Etnoculturak de La Complejidad Sudamericana Antigua. I Formacion y Dispersion Etnica*. Museo Etnografico Andres Barbero. Asuncion, 1994:57.

<sup>2</sup>Maria Eunice Jardim Schuch *Xaray e Chané. Índios Frente à Expansão Espanhola e Portuguesa no Alto-Paraguai*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, fevereiro de 1995: 42 e 46.



Nas narrativas de viajantes de expedições científicas há também descrições dos Guaná interagindo, desde o Chaco, com os índios Guaikurú/Mbayá e os índios Chamacoco. Com os primeiros estabeleciam relações de casamento, alianças e subserviência; dos últimos, os Guaná eram seus senhores e envolviam-nos na sua vida social. Além dos Guaikurú e Chamacoco, a documentação apresenta relações estabelecidas também com os Guató, Chiquito, Bororo Coroado, Kinikináo, Terena e Laiana.

Os Guaná que ocuparam as margens orientais do rio Paraguai, na região pantaneira, provavelmente são oriundos do estrato Chané subandino, também conhecidos por *Huana*. Embora convivendo com outros grupos étnicos, os grupos Chané/Guaná conseguiram sobreviver enquanto grupo étnico, sendo possível acompanhar seus deslocamentos <sup>3</sup>.

O etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira observa que foram quatro os subgrupos Guaná que atravessaram o rio Paraguai, passando para suas margens orientais : Terena, Laiana, Kinikináo e Exoaladi - este último também conhecido por *Guaná*, o que, segundo o autor, provoca confusões por coincidir com a denominação do conjunto dos subgrupos Guaná. Os Terena e Laiana ocuparam as margens direita do rio Paraguai, no sul de Mato Grosso e construíram suas habitações em Miranda. Os Kinikináo e Guaná, em sua maioria, habitaram Albuquerque. Quanto à denominação “Guaná”, Oliveira observa: “não era o nome pelo qual aqueles índios a si mesmos se chamavam senão uma designação especial, dada pelos conquistadores espanhóis aos grupos Txané da bacia do Paraguai”<sup>4</sup>.

Neste trabalho adoto a classificação de Oliveira para os Guaná, como uma sociedade constituída por vários subgrupos - Terena, Laiana, Kinikináo e Guaná. As fontes pesquisadas, especialmente as oficiais, costumam denominar esses subgrupos de *tribos*, na tentativa de diferenciá-los de *nação*, quando tratam do seu conjunto.

Há muitas discordâncias nos relatos oficiais sobre a identificação desses índios. Em muitos casos, o subgrupo Guaná foi confundido com o subgrupo Kinikináo, e, ainda, com o povo Guaná. Contudo, é possível distinguir o subgrupo

---

<sup>3</sup>Optei neste trabalho por utilizar o termo *Guaná*, conforme terminologia presente em todos os relatos de viajantes que passaram por Mato Grosso e dos documentos oficiais da Província de Mato Grosso pesquisados. O designativo *Chané* somente aparecerá quando as referências bibliográficas assim anunciarem.

quando a fonte faz menção também à localização das habitações dos índios. Porém, nem todas as fontes relatam os Guaná associando-os a suas aldeias, algumas, inclusive, apresentam descrições genéricas, dificultando, portanto, a tarefa de identificação do subgrupo. Por esta deficiência, ao fazer referência aos Guaná, seguido da localização da aldeia, estarei tratando do subgrupo Guaná, e quando o referencial geográfico não se apresentar, é porque estarei tratando do povo Guaná.

Os Guaná que habitavam as margens do rio Paraguai, foram reunidos no ano de 1819 na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, no lugar denominado Albuquerque ao sul mato-grossense. O número acentuado da sua população, bem como a notável experiência que tinham com agricultura, além da prática de intercâmbio e o comércio, despertaram a curiosidade de viajantes e o interesse das autoridades locais, que logo procuraram investir na catequese desses índios. Ali, além das atividades voltadas à moral e à religião cristã, estimulava-se a aptidão agrícola dos índios para o fornecimento de gêneros alimentícios aos comandos militares de Coimbra e Miranda, instalados na região do *Baixo Paraguai*<sup>5</sup>.

No período da Missão em Albuquerque, já era constatada a presença dos Guaná em Cuiabá, seja comercializando cerâmica, redes, panos, bolsas de couro, pescado e produtos agrícolas, ou trocando esses mesmos produtos por pólvora, aguardente, ferramentas e chumbo, alguns deles inclusive, passaram a estabelecer residência no Porto.

Porém, entre os anos de 1843 e 1844, a maioria dos Guaná de Albuquerque migraram para Cuiabá e ali se fixaram. Na capital da Província, esses índios ocuparam

as terras concedidas pelo Presidente da Província, localizadas na margem direita do rio Cuiabá, em frente ao Porto Geral, passando a interagir diretamente com o cotidiano da cidade. Trabalhavam como remadores de embarcações que faziam o trajeto de Cuiabá a Corumbá, chegando mesmo até a Província de São Paulo; e

---

<sup>4</sup> Roberto Cardoso de Oliveira. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976: 25 -26.

<sup>5</sup>Toda a região de Albuquerque, Miranda, Corumbá e entorno, é denominada durante o século XIX nos documentos oficiais e nas narrativas de expedicionários como *Baixo Paraguai*. Atualmente toda essa região até o rio Apa é classificada como Bacia do Alto Paraguai. Optei em utilizar a terminologia construída historicamente pelos documentos e narrativas; portanto, quando estiver me referindo aos lugares ocupados pelos Guaná no sul da Província de Mato Grosso, assim, denominarei a região de Baixo Paraguai, conforme a documentação pesquisada.

também como comerciantes, carregadores, coletores da poaia, trilhadores de estradas, entre outras atividades.

Diante desses dados apresentados, meu intuito é demonstrar que houve interesse tanto por parte dos administradores locais em fixar os Guaná em Cuiabá, como também dos próprios índios em organizar um aldeamento na capital da Província de Mato Grosso. Para sustentar tal afirmativa, parece necessário elucidar alguns referenciais que me levaram a esta constatação: primeiramente, o povo Guaná é descrito e qualificado pelas narrativas de cronistas, viajantes de expedições científicas e ainda em documentos oficiais do século XIX, como portador do *germe da civilização* e, por este motivo, merecedor de atenção e tratamentos especiais. Embora alguns relatos apresentem dúvidas quanto à civilidade dos Guaná, predominam os atributos que justificam a sua classificação de *índios civilizados*: andarem vestidos com seus panos coloridos e bem tramados, praticarem agricultura, serem reconhecidos como possuidores de beleza física e elegância, viajarem e realizarem intercâmbios, conseguirem uma fácil comunicação com a população neobrasileira e realizarem comércio troquista.

Ao se instalarem em Cuiabá, os Guaná se apresentam como um todo coletivo, mantendo uma identidade, diferentemente daqueles outros índios que já se encontravam dispersos entre a população local. Além disso, apareciam como habilidosos - ou especialistas - em certas atividades de interesse econômico e político para a Província. Talvez por isso, costumavam tratar dos assuntos de seu interesse diretamente com o presidente da Província, que lhes fornecia instrumentos agrícolas e consertos, bem como outros bens industriais.

Do ponto de vista da sociedade envolvente, portanto, os Guaná foram identificados enquanto grupo diferenciado e suas experiências consideradas importantes para o desenvolvimento da capital de Mato Grosso. O reconhecimento dos Guaná enquanto grupo distinto dos demais só foi possível por estarem numa relação social, que lhes permitia o trânsito em diferentes campos sociais, fazendo escolhas compreendidas e aceitas pela sociedade mato-grossense. Os Guaná foram, assim, reconhecidos e alguns dos seus traços culturais confrontados, aos demais índios da Província, obviamente, a partir de categorias relevantes, disponíveis na sociedade de então, entre elas as vestimentas, atividades econômicas, características físicas.

Acerca deste ponto, a contribuição de Manuela Carneiro da Cunha é fundamental; conforme a antropóloga “a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos”. Para a autora, os traços eleitos para marcar distinção dependem das categorias comparáveis presentes na sociedade mais ampla, com as quais poderão ser contrapostos e organizados, formando assim um sistema, embora permitindo, também, operações inesperadas. Neste sentido, a identidade étnica de um grupo indígena é, portanto, função da auto-identificação de um grupo e da identificação pela sociedade envolvente<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, é importante elucidar que, do ponto de vista dos Guaná, Cuiabá configurava-se em um espaço social de interesse desses índios, para suas constantes trocas e intercâmbios, em ambiente fluvial e terrestre. A navegabilidade do rio Cuiabá proporcionava o comércio e a comunicação com outras províncias e entre os próprios habitantes de Mato Grosso. Além disso, a presença de diferentes grupos sociais, como religiosos, autoridades administrativas, viajantes e expedicionários, índios de diferentes etnias e negros escravos e libertos, caracterizava a capital como lugar de fortes contrastes e diversidades sociais e culturais. Ao que tudo indica, todos esses elementos foram constituidores das escolhas dos Guaná, estimulando, assim, o seu deslocamento para a margem direita do rio Cuiabá e a organização de um aldeamento nas proximidades do Porto.

Manuela Carneiro da Cunha assinala que a “cultura original de um grupo étnico, em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste acentuando-se e tonando-se mais visível”<sup>7</sup>.

Estabelecer relações com diferentes grupos étnicos, em posições sociais distintas, era aparentemente uma característica dos Guaná, e parece estar relacionada à sua dinâmica social, reafirmada no princípio da reciprocidade e da hierarquia.

O etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira em seu estudo sobre os Terena, analisa que esse subgrupo Guaná organizava-se em metades, simultaneamente em

---

<sup>6</sup> Manuela Carneiro da Cunha. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986:100-102

<sup>7</sup> Manuela Carneira da Cunha, *ibidem*, 1986: 99.

camadas ou estratos num sentido hierárquico, permitindo modalidades de trocas como o matrimônio e serviços rituais<sup>8</sup>.

Esses dois elementos - reciprocidade e a hierarquia – presentes na organização social dos Guaná, evidencia -se nas ações e estratégias desses índios ao longo da sua história com a sociedade envolvente. As iniciativas de solicitação de cartas patentes para postos de oficiais, as relações amorosas das mulheres guaná com viajantes e autoridades, o comércio constante com Cuiabá, podem ser, talvez, melhor compreendidos a partir desses princípios.

Estabelecidos em Cuiabá, os Guaná realizarão práticas outras, operando de diferentes maneiras no espaço social da capital de Mato Grosso. Embora observados pelas autoridades provinciais como “confundidos” entre os demais habitantes, os Guaná se identificam como “índios” e insistem em continuar recebendo os serviços da Diretoria Geral dos Índios e outros pedidos e trocas que lhes interessava. Ao reivindicar seus interesses, os Guaná criam iniciativas e estratégias, não ficam submissos diante da sociedade envolvente.

No momento em que se dava o esfacelamento dos povos indígenas através dos aldeamentos administrados pela Província e pela Diretoria Geral dos Índios, das expedições punitivas aos índios selvagens e da apropriação das terras indígenas, os Guaná souberam lidar com os poderes constituídos, negociando, fugindo, trocando, reivindicando, deslocando-se, reinventando saberes e práticas, tecendo, a partir das próprias experiências, a sua história.

Embora as fontes que tratam do aldeamento em Cuiabá não façam referência aos índios Kinikináo, é possível que alguns indivíduos desse subgrupo estivessem aldeados entre os Guaná. Tal afirmativa se sustenta pelo fato dos subgrupos Guaná e

Kinikináo terem sido reunidos no ano de 1819 em Albuquerque, pelo missionário capuchinho José Maria de Macerata, para serem catequizados na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia. Além disso, o diretor João Baptista e Oliveira, da Diretoria Geral dos Índios, considerava que não havia diferença entre Guaná e

---

<sup>8</sup> Roberto Cardoso de Oliveira. *Enigmas e Soluções: exercícios de Etimologia e de Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983:77.

Kinikináo pois, segundo ele: Guaná e Kinikináo são todos Guaná e o bem se fazia a um aproveitava-se a outros”<sup>9</sup>.

Outra ressalva a fazer é que os subgrupos Guaná, como falei acima, aparecem nas narrativas interagindo com os Guaikurú e com os índios Chamacoco desde a região do Chaco. É possível supor que os Guaikurú, e principalmente os

Chamacoco, que viviam entre os Guaná, tenham se deslocado para Cuiabá e convivido inclusive na mesma Aldeia. Porém, os documentos não fazem nenhuma referência e nem tratam desta questão.

O marco temporal da pesquisa tem como período os anos decorrentes entre 1819 e 1901. A primeira data refere-se à fundação da Missão em Albuquerque pelo missionário capuchinho José Maria Macerata. Este religioso vai viver ali durante quatro anos trabalhando na catequese dos índios, até ser nomeado, pelo Decreto de 27 de agosto de 1823, como prelado e administrador da jurisdição eclesiástica de Cuiabá e Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), transferindo-se para Cuiabá. Segundo o documento de criação da Diretoria Geral dos Índios da Província de Mato Grosso, logo após a chegada do missionário Macerata a Cuiabá, migraram para esta cidade muitos índios Guaná dos que haviam sido catequizados pelo capuchinho em Albuquerque. Entre os anos de 1843 a 1844, por intermédio de Macerata, alguns índios que já se encontravam em Cuiabá, juntaram-se com os que migraram de Albuquerque e aldearam-se na margem direita do rio Cuiabá em frente ao Porto Geral.

O ano de 1901, por sua vez, marca a visita do etnólogo Max Schmidt aos Guaná estabelecidos na margem direita do rio Cuiabá. Preocupado em registrar o material lingüístico daquele grupo, Schmidt observou que as famílias ali residentes

falavam o português e que somente os adultos dominavam a língua guaná. O etnólogo caracterizou os Guaná que ali viviam e, ao descrever o lugar ocupado pelos índios, denominou-o de “povoado”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup>Relatorio do estado da catechese e civilização dos Indios de Matto – Grosso, apresentado ao Presidente da Província em data de 31 de dezembro de 1858, pelo respectivo director geral, coronel João Baptista e Oliveira, depois Barão de Aguapehy. 1848-1860:132. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Indios. APMT.

<sup>10</sup>Max Schimidt. Guaná. In: *Zeitchft fuer Etnologie*, 1903, p. 324 – 336.

Ao definir o marco temporal, levei em consideração os conceitos de aldeamento e povoado, conforme definidos por Leandro Mendes Rocha nos seus estudos sobre a Missão Capuchinha em Goiás: “aldeamentos são estabelecimentos oficiais cuja existência impõe a transformação dos hábitos cotidianos através de uma nova disciplina no tratamento, incentivando a agricultura em detrimento da caça e da pesca”<sup>11</sup>. O mesmo autor adverte que o “povoado” é um processo de transformação dos “aldeamentos”, onde a população branca é atraída para se misturar com a indígena, a fim de promover a sua *civilização*.

Para a realização deste estudo, a pesquisa teve como ponto de partida uma análise da Missão e do Aldeamento dos Guaná em Albuquerque; depois acompanhou o deslocamento desses índios até Cuiabá e a formação de uma aldeia à margem direita do rio. Finaliza-se com a transformação do aldeamento em povoado e a conseqüente consolidação da presença desses índios na cidade e em outros distritos da capital da província de Mato Grosso.

As fontes englobam documentos manuscritos como cartas, ofícios, Relatórios de Presidentes de Província e da Diretoria Geral dos Índios e Processos-Crime; documentos já publicados, além de narrativas de viajantes que no século XIX andaram pelas terras mato-grossenses, cujas obras apresentam relatos sobre os Guaná, material cartográfico de localização dos aldeamentos e, ainda, uma fonte oral.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, foram enfocados as descrições e os relatos sobre os Guaná deixados pelos viajantes e cronistas, assim como pelas autoridades de Mato Grosso no século XIX. Através dela, procura-se dar visibilidade a prática agrícola desses índios, a fabricação das suas vestimentas, a elegância e sedução das mulheres, a fluente comunicação com o outro e a atividade comercial, classificadas historicamente a partir da ótica do colonizador, que, curiosamente, qualificou os Guaná como índios *civilizados*. As descrições e os relatos produzem um certo modo de ser dos Guaná em Mato Grosso, conferindo-lhes um contraste com os demais índios. Por isso foram considerados merecedores de atenção e investimento para a sua catequese, com o propósito de serem incorporados mais rapidamente na sociedade envolvente.

---

<sup>11</sup>Leandro Mendes Rocha. *Os Missionários em Goiás*. In: Coleção Cocar, Vol. I, Brasília: Ministério do Interior, Funai, 1988: 73.

O segundo capítulo estuda a catequese dos Guaná instituída através da Missão de Nossa Senhora da Misericórdia em 1819 e do Aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho, criado em 1845, com o Decreto 426. Embora esses índios fossem considerados *quase civilizados* pelas autoridades locais, algumas vezes seu comportamento ainda era apontado como resultado de uma herança cultural *selvagem*, especialmente durante as fugas, ao não cumprimento dos contratos de trabalho, quando desobedeciam a ordem do Capitão da aldeia, escolhido pelas autoridades provinciais e nas alianças, estabelecidas a partir daquilo que lhes interessava. Acreditava-se que somente com a catequese instituída nos aldeamentos, e as interações com os *brancos*, seria possível transformá-los em *civilizados*. A política dos aldeamentos junto aos Guaná, estimulou o trabalho regular e disciplinado, a diversificação das atividades econômicas e, conseqüentemente, intensificou a migração desses índios para Cuiabá.

O terceiro capítulo versa sobre o cenário citadino de Cuiabá no século XIX e sobre a presença de diferentes povos indígenas na capital da Província de Mato Grosso. Com a criação da Diretoria Geral dos Índios no ano de 1846, é possível visualizar, a partir dos documentos oficiais, o acentuado movimento de índios em Cuiabá. Embora os Guaná vindos de Albuquerque já estivessem aldeados nas proximidades do Porto Geral, outros deslocamentos continuaram ocorrendo, especialmente dos Guaná oriundos de Miranda.

A organização do Aldeamento dos Guaná em Cuiabá e a relação dos seus habitantes com a cidade são o objeto do quarto capítulo. A presença dos Guaná no espaço citadino antecede o seu aldeamento, porém é através deste estabelecimento oficial que se intensifica o envolvimento desses índios em diferentes campos da vida social da cidade. Os Guaná realizarão atividades de interesse econômico da Província, participarão de festejos públicos, estarão sob o controle e fiscalização das autoridades e da polícia, estabelecerão relações com os demais moradores, enfrentarão problemas para permanência nas terras ocupadas e continuarão se deslocando pelos distritos da capital da Província, estabelecendo novas ocupações. Embora considerados *confundidos e misturados*, se auto-identificam como *índios*, participando diretamente da configuração social de Cuiabá.

E, finalizando, busquei dar maior visibilidade à fala de Boamorte Manoel de Campos – descendente de Guaná - pista inicial com a qual foi possível realizar esta



pesquisa; anexo a transcrição da entrevista e imagens atuais desse personagem, seus netos e o local do antigo aldeamento em Cuiabá.

Convido o leitor para o encontro com documentos inéditos sobre os Guaná e com o espaço social onde se estabeleceu o seu aldeamento em Cuiabá. Certamente, nesse lugar, há presença de objetos da cultura material dos Guaná, tema este que mereceria futuras pesquisas.

## OS GUANÁ NA IMAGEM DA CIVILIZAÇÃO

O conceito de civilização está relacionado neste estudo com uma mudança dos costumes que tomou conta do Ocidente, conforme propõe Norbert Elias. Consiste na mudança estrutural das pessoas, na consolidação e diferenciação de seus controles emocionais e, por conseguinte, de sua experiência e de sua conduta. Em cada sociedade e em cada período histórico assume um significado diferenciado. Para o autor, a civilização é um processo, ou pelo menos seu resultado, não existindo, portanto, uma atitude natural dos homens, já que os comportamentos foram historicamente condicionados, tratados e alterados <sup>12</sup>.

Ao longo do século XVIII, a palavra civilização vai estar presente nos documentos coloniais como uma intenção educadora no sentido de uma transformação - conforme analisa Rita Heloísa de Almeida. Para a autora, o sentido da civilização tinha o propósito de universalização de idéias da “civilização ocidental”, mas também anunciava entre os colonizadores uma disposição interna para o convívio com as diferenças étnicas e culturais. Assim, em lugar de adotar formas de extermínios imediatos, ou de submeter os índios à condição de escravos, estes passaram a ser vistos como povoadores. Na década de 1750 o plano de civilização dos índios e o programa para sua colonização estarão contidos no Diretório dos Índios, também já conhecido como Diretório Pombalino. Tal documento jurídico tinha o caráter de lei geral do período colonial, recomendava que a comunicação, o comércio e o trato com os índios, por meio da educação, eram

---

<sup>12</sup>Norbert Elias. *O processo civilizador*. Tradutor: Ruy Jungman, revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994: 216

atribuições de qualquer representante da civilização. Civilizar e povoar constituíam, portanto, uma unidade de pensamento em torno de ações interligadas<sup>13</sup>.

Durante o século XIX, a questão indígena se converte numa questão de terras com a intenção da conquista do espaço. Até a independência do Brasil, ocorreram várias guerras declaradas aos índios e, logo após o ano de 1823, o Projeto “Apontamentos para a Civilização”, de José Bonifácio, tinha como objetivo a integração dos indígenas à proposta de construção do Estado Nacional Brasileiro, sugerindo um modelo para a civilização, semelhante ao que havia sido aplicado pelos jesuítas, numa interação entre a catequese e a construção do Estado, ou seja, a constituição da nação<sup>14</sup>.

Para Manuela Carneiro da Cunha, “civilizar os índios” compreendia a sua incorporação ao Estado, sujeitando-se a leis e costumes regulares, formando um corpo civil, uma sociedade, pois não se reconhecia que os índios formavam, eles próprios, sociedades<sup>15</sup>.

Os povos indígenas, nesse período, serão estudados e declarados com capacidade para a civilização. Serão observados com potenciais semelhantes aos dos *brancos* e, mesmo assim, durante todo o período oitocentista, a sua identificação estará vinculada à idéia da animalidade, cujas práticas e comportamentos serão categorizados em “mansos ou domésticos, bárbaros ou selvagens”.

A domesticação dos índios supunha, como em séculos anteriores, a sua sedentarização em aldeamentos administrados através de uma lei, sob o jugo do trabalho; idéia essa aplicável aos grupos agricultores, aos caçadores e coletores.

Os índios considerados bravos pelo governo imperial ou eram incorporados aos aldeamentos ou, conforme sua reação, declarava-se guerras contra eles. A autora lembra ainda que aldear os índios, reunindo-os e sedentarizando-os sob o governo leigo ou missionário, era uma prática antiga, iniciada em meados do século XVI. Com a revogação do Diretório Pombalino, criou-se um vazio administrativo na questão indígena, e somente em 1845, com o *Regulamento acerca das Missões de*

---

<sup>13</sup>Rita Heloísa de Almeida. *O Diretório dos Índios: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UNB, 1997:26-28.

<sup>14</sup>Claúdio Alves de Vasconcelos. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, 1995:35-41.

<sup>15</sup>Manuela Carneiro da Cunha. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986:170.

*catechese e civilização dos Índios* (Decreto 426 de 24/07/1845), foi que se estabeleceram as diretrizes administrativas para o governo dos índios aldeados<sup>16</sup>.

Em Mato Grosso, durante o século XIX, os povos indígenas foram classificados a partir de três categorias principais: a primeira correspondia aos índios que viviam aldeados e vigiados pelo Diretório dos Índios: os Guaikurú/Mbayá, todos os Guaná, os Guaxi, os Bororo - da Campanha e Cabaçal- e os Kayapó. A segunda categoria incluía aqueles que viviam em estado primitivo e independente, porém relacionavam-se com os administradores da província - os Kayoá, os Chamacoco, os Kadiwéu, os Guató, os Bakairi, os Paresi, os Maimbaré, os Apiaká, os Guarayo, Jacaré, Caripuna. A terceira categoria era formada pelos índios que não se mostravam dispostos a mudar os hábitos culturais: os Bororo Coroado, kayabi, Barbado, Kabixi, Nambikwara, Tapayúna, Mekém, Cantario, Passa, Senhabó e Arara.

Os Guaná que ocupavam o sul de Mato Grosso foram categorizados como “índios mansos”, dignos de tratamento especial, devendo ser “mimoseados”, como sugeriu D’Alincourt<sup>17</sup>. A categoria de manso toma como critério as diferentes modalidades desenvolvidas: o manejo e técnicas de cultivo, a tecelagem, a industrialização do açúcar - engenho – as vestimentas muito elogiadas pela sua beleza e qualidade do tecido, além do bom relacionamento com diferentes povos indígenas e brasileiros; as atividades comerciais, que envolviam alimentos, panos, suspensórios, bolsas, fabricados por eles próprios e transportados até Cuiabá; a extração da poaia - produto de exportação da Província-, além de serem bons falantes da língua portuguesa.

Todos esses elementos foram utilizados na construção de um perfil diferenciado dos Guaná em relação aos demais povos indígenas da Província de Mato Grosso. O seu *modus vivendi* foi, pelo olhar ocidental, aos poucos identificado como de índios “quase civilizados ou civilizados”. Eram, portanto, portadores de insígnias da sociabilidade e suas práticas qualificadas como “germe da civilização”.

---

<sup>16</sup> Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: EdUSP, 1992:7.

<sup>17</sup> Terminologia utilizada por Luiz D’Alincourt, sargento-mor e engenheiro, em suas *Reflexões sobre o Systema de defesa que se deve adaptar na Fronteira do Paraguai em consequencia da revolta e dos insultos pela Nação dos Índios Guaicurús ou cavalleiros*, ao Presidente e governador as Armas da Província de Mato-Grosso, 1826. Microfilmes negativo - NDIHR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828.

Cabia às autoridades aproveitar essas qualidades e transformar estes índios em mão-de-obra, assegurando a sua permanência e garantindo, assim, o “progresso” da Província.

Os registros do século XIX sobre os Guaná que habitavam a margem direita do rio Paraguai fazem menção ao seu conjunto, através da classificação desses índios em tribos e nação, procurando identificar suas diferenças e semelhanças. As fontes não permitem traçar as experiências particulares de cada subgrupo Guaná, contudo, possibilitam inferir sobre elementos constituintes da representação desses índios em Mato Grosso.

No relatório do missionário José Maria Macerata, do ano de 1843, cada subgrupo Guaná é considerado uma nação. Os Terena, são considerados uma *nação* que falava o mesmo idioma dos Guaná; pouco numerosos, habitavam as proximidades do presídio de Miranda. Porém, aqueles que já tinham recebido o batismo, viviam entre os Guaná em Albuquerque. Já os Kinikináo, embora formassem a mesma nação dos Guaná, eram mais “amantes da lavoura”. Os Laiana formavam outra nação, distinta das demais e pouco numerosa; para aquele religioso, seus habitantes eram dóceis, trabalhadores e habitavam as proximidades do presídio de Miranda.<sup>18</sup>

Em 1845, Francis Castelnau, em sua *Expedição às Regiões Centrais pela América do Sul*, observou que os Guaná residiam em sua maioria perto de Albuquerque e apenas uma ramificação em Miranda. Verificou, também que os Terena possuíam quatro aldeias perto de Miranda; os Laiana estavam instalados em três ou quatro aldeias, desse mesmo povoado e os Kinikináo, por sua vez, ocupavam terras próximas à Albuquerque e outro aldeamento em Miranda. O viajante encontrou ainda, alguns Guaikurú vivendo em Albuquerque: os Uaitiadeus, cuja maioria estava já convertida ao catolicismo; os kadiwéu, considerados mais selvagens e migrados do Grão-Chaco em razão de conflitos com os índios Inimás; e, finalmente, os Edjéo e os Beaquiechós que povoavam as redondezas de Miranda;

---

<sup>18</sup>Ofício de José Maria Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: Descrição das diversas Nações de Índios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a diocese de Mato Grosso pelo Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis. Cuiabá 5 – 12 e 24 – 8 de 1843 – 34 pp. Arquivo. Coleção: Virgílio Correa Filho. LATA 763.PASTA 19, p. 5. IHGB.

estes últimos, oriundos da fronteira com o Paraguai. Castelnau observou que, de todos os Guaikurú, apenas os Edjéo e Uaitiadeus eram agricultores<sup>19</sup>.

O viajante registrou também, a presença de índios kayoá vivendo entre os Guiakurú e de índios Chamacoco entre os Guaná. Observou que o número de habitantes indígenas que viviam na Freguesia de Albuquerque era superior a dois mil e que no povoado de Miranda viviam aproximadamente cinco mil índios, além de mestiços e negros.

Para Castelnau, os Terena estabeleciam poucas relações com os brancos; pertenciam a uma “nação” guerreira e conservavam os costumes de seus antepassados. Esclarece que os Laiana formavam uma “tribo” da “nação” Guaná, tinham o costume de montar a cavalo e andar nus, cobrindo apenas as partes inferiores do corpo com panos. Estes índios fabricavam farinha de mandioca e habitavam grandes casas, cobertas com folhas de coqueiros, elevadas a cinco metros de altura, cujas beiras encostavam até o chão, sustentadas por esteiros tirados da mesma planta. Por dentro da casa dos Laiana, o viajante constatou a existência de peles de onça e gatos do mato. Caracterizou os Guaná como agricultores, construtores de engenhos e fabricantes de tecidos de algodão. Sobre os Kinikináo considerou que nada de notável havia para ser registrado, apenas que habitavam ranchos de palha dispostos em círculo, em torno de uma praça<sup>20</sup>.

Em 1846, a Diretoria Geral dos Índios classifica os Guaná em diferentes “tribos” divididas em Terena, Laiana, Kinikináo e Guaná cuja diferença principal estava na localização das suas habitações. Com a criação dos aldeamentos através do Decreto nº 426/1845, que estabelece o *Regulamento acérca das Missões de catechese e civilização dos Índios*, a localização das habitações dos povos indígenas era uma referência importante para as autoridades locais, interessadas em reunir e aldear os grupos localizados geograficamente próximos, com o propósito de facilitar a administração e a aplicação das determinações previstas no regulamento. Os subgrupos Guaná passam a ser descritos através das suas atividades e seus comportamentos mais gerais:

---

<sup>19</sup>Francis Castelnau, *Expedição às Regiões Centrais pela América do Sul*, Tradução: Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945: 308.

<sup>20</sup>Francis Castelnau, *ibidem* : 246, 300, 301 e 306, respectivamente.

*As tribos de que se compõe esta nação, pouco ou nada differem entre si quanto ao modo de existencia; seus costumes são mansos, pacíficos e hospitaleiros; vivem reunidos em aldeias mais ou menos populosas, e muitos delles se ajustão para serviços de toda especie em diversos pontos da Província e mormente para a navegação fluvial. Sustentão-se da caça e pesca, mas principalmente da carne de vacca e dos productos de sua lavoura. Cultivão milho, mandioca (da qual fazem soffrivel farinha), arroz, feijão, canna, batatas, hortaliça e igualmente todos os generos de agricultura do paiz. As suas colheitas não só chegam para os seu consumo, como que lhes restam hum excedente que vendem a dinheiro ou permutão por diversas fazendas, ferramentas, aguardente, espingardas, pólvoras e chumbo, e quincalharias, e bem assim, gado vaccum e cavallar de cuja criação occupão-se. Fião, tecem e tingem o algodão e a lã do que fazem optimas redes, pannos, cintas e suspensorios, e quase todos entendem e fallão o nosso idioma e estão em estado de se curarem de sua educação intellectual e religiosa. Da tribo que conserva o nome de Guaná há uma aldeia junto á Freguesia de Albuquerque, e outra margeando Cuyaba, em menos de meia legua da capital <sup>21</sup>.*

Augusto Leverger, no ano de 1847, chamou a atenção para a classificação dos Guaná realizada por Castelnau, e observou que não se tratava de “várias nações”, mas de várias “tribos”:

*A nação dos guanás é uma das mais consideráveis d'estas regiões. Divide-se em diversas tribus, que foram indevidamente consideradas, por alguns escritores, como outras tantas nações distinctas. Alguns habitam a republica do Paraguay, outros ainda no estado selvagem, vivem no chaco, do Fecho dos Morros para S., os que moram em nosso território são os terenas, os laianas, os quinquinaos e outra tribu, que conserva o nome guanás. Os terenas e laianas estão aldeados na visinhança do nosso presidio de Miranda. Os quinquinaos, em número de mais de 800 individuos, formam uma aldêa no mencionado Mato Grande, 3 legoas ao N.de Albuquerque. Occupam-se de lavoura, e abastecem essa parte de nossa fronteira de farinha de mandioca e feijão; cultivam tambem a canna e arroz. A aldeia da tribu guaná está em meados de uma milha de distancia da freguezia; tem actualmente pouca gente.*

---

<sup>21</sup> Noticia sobre os Indios de Matto-Grosso, em officio de 2 de Dezembro de 1848 ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, do Director Geral dos Indios da então Provincia Joaquim Alves Ferreira. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860: 06. APMT.

*Grande porção dos seus habitantes vieram formar outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade*<sup>22</sup>.

Entre 1865 e 1868, durante a Guerra do Paraguai, o cronista e engenheiro-militar Alfredo d'Escragno Taunay - o Visconde de Taunay- esteve na Província de Mato Grosso e, com 22 anos, participou de uma expedição a fim de proteger o território brasileiro e a Província dos possíveis ataques dos paraguaios. Intencionado em seguir a carreira científica, especialmente a Antropologia, conviveu aproximadamente seis meses entre os Guaná que se refugiaram durante a Guerra do Paraguai na Serra de Maracaju e estavam aldeados no Distrito de Miranda. Observou seus costumes e práticas, dedicando-se a estudar o vocabulário e as dificuldades enfrentadas pelos Guaná durante a guerra. Tomando por base as classificações feitas por Francis Castelnau, dividiu os Chané/Guaná em quatro grupos: Terena, Laiana, Kinikinao e Guaná ou Chooronó.

O cronista afirma que o idioma de todos os grupos Chané - embora com poucas alterações introduzidas- constituía quatro dialetos facilmente compreensíveis. Ressalta diferenças na linguagem das mulheres, chamada de “modismos”, em relação aos homens e considera que somente alguns traços físicos e comportamentos diferenciavam os grupos<sup>23</sup>.

Taunay relatou que durante a Guerra da Tríplice Aliança, os Terena possuíam mais de dez aldeamentos em Miranda e sua população era formada por aproximadamente três a quatro mil indivíduos, constituindo, portanto, a maior parte da população Chané. As aldeias em Naxedaxe, Ipêgue, Cachoeirinha e Grande estavam todas localizadas nas proximidades de Miranda. Os Terena aparecem nas narrativas do cronista como ágeis, ativos, de inteligência astuciosa e maldosa; aceitavam com dificuldades as idéias externas e conservavam arraigados os “usos e tradições de sua raça”. Eram desconfiados e, enquanto podiam, usavam o seu idioma,

aborrecendo-se quando tinham que falar o português. As mulheres foram caracterizadas como de estatura baixa, de faces largas, lábios finos, cabelos grossos e compridos. Parte dos seios ficavam descobertos e usavam uma julata de algodão,

---

<sup>22</sup> Augusto Leverger . *Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXV. Ano 1862:223.

<sup>23</sup> Alfredo d'Escragno Taunay. *Entre os nossos índios*, São Paulo: Melhoramentos, 1931: 16,19 e 48.



abaixo dos seios, com uma das pontas passadas entre as coxas e segura à cintura. Falavam pouco o português, mas compreendiam perfeitamente a língua; de todas as mulheres guaná, as Terena foram consideradas por Taunay como as mais “industriosas”<sup>24</sup>.

Os Laiana, para Taunay, constituíam um “tipo em transição”; possuíam boas relações com os “brancos” e falavam o português com gosto e facilidade. O cronista lembra que embora o seu trabalho fosse o mais aproveitado pela Província, os Laiana eram “menos constantes e esforçados que os Terena”, além de serem “menos inquietos e inteligentes”. As mulheres Laiana foram caracterizadas como “feias, de olhos apertados mas, elegantes de corpo e esbeltas, mãos e pés pequenos e delicados”<sup>25</sup>.

Os Kinikináo aldeavam-se em *Euagaxigo* (que na língua Guaikurú significa bando de capivaras), localizada a alguns quilômetros de Miranda. Estes foram considerados diferentes dos Terena e dos Laiana por possuírem estampas no rosto; poucos se voltavam ao cultivo ou a outro trabalho, passando o dia deitados sobre couros. Na falta de cereais, coletavam cocos e frutas da mata. As mulheres são descritas como belas, devido à mistura com os brancos e negros; quase todas compreendiam a língua portuguesa e esforçavam-se para aprender esse idioma<sup>26</sup>.

Para Taunay, os Guaná aldeados em *Eponadigo* (cardume de traíras em Guaikurú) e no *Louiád* (campo belo também em Guaikurú), durante a guerra do Paraguai somavam aproximadamente quarenta indivíduos, e quase desapareceram do distrito misturando-se com brancos, negros e índios que os cercavam. Segundo o cronista, eram estes índios os mais “belos, elegantes, dóceis e civilizados”.

Os relatos acima, apresentam descrições que diferenciam os subgrupos Guaná a partir de critérios extremamente subjetivos e etnocêntricos. Utilizam basicamente o referencial de localização das habitações com poucas contribuições etnográficas para diferenciar os grupos. O exemplo dos kinikináo, oferece uma clara percepção das diferentes maneiras de observações e descrições dos grupos indígenas. O religioso Macerata descreve-os como “amantes da lavoura”, Castelnau não

---

<sup>24</sup>Taunay, *Entre os nossos índios. Ibidem.*, 1931: 17- 21.

<sup>25</sup>Taunay, *ibidem.*, 1931: 18.

<sup>26</sup>Taunay, *idem.*

considera “nada de notável” entre esses índios e Taunay os descreve como pouco “voltados ao cultivo e qualquer trabalho, passando o dia deitados sobre couros”.

As descrições feitas, tanto por Castelnau quanto por Taunay, são consideradas por antropólogos como as mais satisfatórias em relação aos demais cronistas do período, por apresentarem riquíssimas impressões e descrições sobre os Guaná. Porém, a documentação oficial do século XIX, registra as práticas e os comportamentos dos subgrupos Guaná de forma mais genérica, considerando o europeu um ser superior. As descrições oficiais se fundamentam naquilo que poderia ser útil à Província, aproximando os grupos que tinham características semelhantes e que habitavam espaços vizinhos, para mais facilmente controlá-los e discipliná-los.

Nota-se que, para os viajantes, as diferenças entre os subgrupos Guaná são mais expressivas, mas para as autoridades locais isto pouco interessava. Algumas vezes chegam a identificar cada subgrupo, outras vezes generalizam e tratam do seu conjunto. Contudo, as diferenças foram merecedoras de atenção, pois através delas variavam o tipo de relação estabelecida com os índios, as reações e as formas de tratamento.

Embora o povo Guaná fosse formado por subgrupos, e que evidentemente havia diferenças de ordem histórica entre eles, as narrativas nem sempre tratam dessas distinções. Entretanto, é possível, principalmente pela localização das habitações, acompanhar a trajetória desses índios e extrair dos relatos os aspectos que merecem atenção. Os Guaná que residiam em Albuquerque serão os mais descritos, tanto pelos viajantes quanto pelos relatos oficiais. Foram considerados, os mais “belos”, os mais “elegantes”, os mais “dóceis” e “civilizados”. Algumas das suas características foram evidenciadas como merecedoras de observação, entre elas seu tipo físico, suas habitações, a agricultura e o comércio.

## Habitação, prática agrícola e comércio

As primeiras descrições sobre as habitações dos Guaná, às margens do rio Paraguai, foram feitas no final do século XVIII pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira que, em companhia de um jardineiro botânico e de dois riscadores, entre 1783 e 1792 realizou uma viagem ao Brasil, financiada pelo governo português. Em um de seus escritos, que depois recebeu o título *de Memória sobre o Gentio Guaikuru*, faz uma breve descrição sobre os Guaná que ocupavam as proximidades do presídio de Nova Coimbra, destacando que esses dois povos eram vizinhos e aliados e que estabeleciam relações de casamento entre si. Observa que, diferentes dos Guaikurú, os Guaná cultivavam roças e se ocupavam em construir suas habitações. Em suas palavras:

*Os Guaná dão às suas palhoças ou ranchos uma forma oval, com as cumieiras muito altas e todas cobertas desta espécie de grama, que por aqui se chama sapé*<sup>27</sup>.

O naturalista lembra que os Guaikurú não construía habitações fixas como os Guaná, mas aldeias temporárias, abrigando-se em “esteiras de piri-piri” horizontalmente estendidas; todos dormiam no chão sobre couros de boi ou peles de onça, de veado, de porcos do mato e de ariranhas, cobertos cada um por um grande cobertor de algodão listrado de branco, vermelho e negro<sup>28</sup>.

Mais de meio século depois, Francis Castelnau, em 1845, também descreve as habitações Guaná:

*As casas, de parede de barro e tecto de palha, são entretanto bem feitas; copiam na forma a dos brasileiros e contêm razoável mobiliário, como sejam camas feitas de um couro esticado entre paus, cabaças, utensílios de tecelagem, armas, etc.*<sup>29</sup>

Podemos notar que há significativa diferença entre as descrições. Ferreira apresenta as habitações guaná como de forma oval; já Castelnau cita que as casas eram dispostas em forma quadrangular. Percebe-se, portanto, no intervalo de tempo decorrente entre as duas descrições, que a construção das casas sofreu profundas

<sup>27</sup>Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Antropológicas. 1974: 78.

<sup>28</sup>Alexandre Rodrigues Ferreira, *ibidem*., 1974: 78.

<sup>29</sup>Francis Castelnau, *ibidem*., 1945: 246 -247.

alterações, segundo o naturalista francês, oriundas do contato com os brasileiros. Vale lembrar que quando Francis Castelnau esteve em Mato Grosso, já estava em execução o *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*, instituído em 1845. Este Regulamento propunha, entre outras ações, a reunião de vários grupos indígenas no mesmo espaço, administrados por cidadãos escolhidos pelo governo, com a finalidade de alterar - através da catequese - as práticas dos índios, misturando-os com os *brancos* até que os aldeamentos fossem transformados em vilas e povoados. É possível que o desenho da habitação guaná descrita por Castelnau, refletisse tal política.

Em 1865, durante a Guerra da Tríplice Aliança, Taunay faz um desenho da habitação dos Guaná na Serra de Maracaju, com um formato ovalado. É possível considerar que, embora tendo vivido a experiência dos aldeamentos, esses índios continuaram praticando antigos costumes, entre eles a construção de suas casas.



**Figura 1: Desenho das habitações dos Guaná por Taunay**  
**Autor: Taunay, ca. 1864**  
**Fonte: Taunay, 1931:32**

Alexandre Rodrigues Ferreira descreve também os Guaná como agricultores que cultivavam milho, feijão, batata, cana, mamão, banana, abóbora, melancia e

ainda colhiam arroz bravo em excursões pelos lagos e pantanais, além de criarem cavalos, à semelhança dos Guaikurú<sup>30</sup>.

Os Guaná são caracterizados por Ferreira organizando habitações fixas, realizando cultivo e coleta, tanto em ambientes secos como em áreas alagáveis, estabelecendo trocas e intercâmbios junto a outros povos, especialmente com os Guaikurú, cuja relação foi designada pelo naturalista com sinais de “reciprocidade”.

No *Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás*, no ano de 1803, Ricardo Franco de Almeida Serra escreveu sobre os seiscentos Guaná que se estabeleceram em férteis terras, matagais e serrarias e aumentavam em número a cada ano. Registrou o crescimento populacional guaná, a habitação e o cultivo perto do morro de Albuquerque, na margem do rio Paraguai:

*Os Guanás alli estabelecidos vivem dentro de grandes casas, que formam de enlaçados troncos e ramos. Plantam algum milho, mandioca, grande quantidade do morangaes e batataes. Tecem todos os annos bons panos e alguns paicus; e ainda que pareçam assás preguiçosos, esta cultura, com alguma pesca, não só os sustenta e veste, mas os uaicurús, que os olham como seus captiveiros, lhes tiram cada anno uma boa porção, parte como gratuito feudo, e parte tirada com alguma violencia, succedendo-lhe o mesmo com os seus pannos<sup>31</sup>.*

Além das atividades econômicas realizadas pelos índios, os relatos mostram a interação dos Guaná com os Guaikurú em diferentes momentos da vida social, destacando-se as relações de casamento, a presença de filhos nascidos da união entre Guaná e Guaikurú e ainda crianças guaná criadas entre os Guaikurú, com comportamentos e práticas culturais semelhantes as deles. Embora em algumas narrativas os dois povos fossem confundidos entre si, outros relatos os identificam de forma distinta e em situações de combate. Os Guaná são descritos por Ricardo Franco numa convivência de “serviçais ou cativos”, e os Guaikurú são identificados como seus “senhores”.

<sup>30</sup>Alexandre Rodrigues Ferreira, *ibidem*, 1974: 78.

<sup>31</sup>Ricardo Franco de Almeida Serra. Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo VII, 1845, 3ª edição, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931:199. IHGB.

De acordo com Ricardo Franco de Almeida Serra, a população dos Guaná, embora superior a dos Guaikurú, preferia conservar a paz e a amizade para evitar as diversas emboscadas em suas aldeias:

*Porque os uaicurús, sempre errantes, e sempre atrozmente guerreiros, fiados nos seus cavallos, e conhecendo toda a sua força e superioridade sobre as outras nações que os não têm, sempre flagelaram os guaná com uma guerra de diarias emboscadas, e intempestivos ataques, não sobre suas aldêas, que sempre cercam de estacas, mas sim estragando-lhes as suas plantações e espreitando-os tanto nas suas roças, como quando iam e voltavam d'ellas; ou no campo matando e captivando os que apanhavam em descuido, e em menor numero. Estragos e danos que obrigaram os guanás a pedirem paz, e a deixarem-se chamar seus cativados, dando-lhes voluntariamente parte das suas colheitas, para pouparem o resto e as mortes que cada anno soffriam*<sup>32</sup>.

O relato de Ricardo Franco apresenta outra dimensão da relação entre os Guaná e Guaikurú, permeada por conflitos, emboscadas e cativado; diferenciada portanto, de Ferreira, que a descreveu como de reciprocidade.

A relação conflituosa entre Guaná e Guaikurú também se fará presente em outros relatos. Por exemplo, em 1819 o frei capuchinho José Macerata afirma que os Kinikináo, ao fugirem da América Espanhola em número de aproximadamente mil índios, de ambos os sexos, passaram a viver na missão por ele administrada, a fim de “não sofrerem mais aos serviçais e roubos da vagabunda e malfazeja nação Guaycurú que os tinha ameaçado de tirar-lhes a vida”<sup>33</sup>.

Os relatórios provinciais da década de 1840, também, comentam sobre a relação conflituosa entre alguns subgrupos Guaná com os Guaikurú, ao fazerem referência sobre a dificuldade de reunir os Kadiwéu no mesmo aldeamento com os Kinikináo. O documento informa que os primeiros abandonaram o aldeamento em razão de *rixas*, retirando-se para o outro lado do rio Paraguai<sup>34</sup>.

<sup>32</sup>Ricardo Franco de Almeida Serra, *ibidem*. 1931:200.

<sup>33</sup>Ofício de José Maria Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: Descrição das diversas Nações de Índios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a diocese de Mato Grosso pelo Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis. Cuiabá 5 – 12 e 24 – 8 de 1843 – 34 pp.. Arquivo. Coleção: Virgílio Correa Filho. LATA 763. PASTA 19, p. 5. IHGB.

<sup>34</sup>Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso (1841 a 1852). Registro das Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Livro nº 2, p. 61. APMT.

Segundo os estudos pelo etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira, o uso da expressão “escravo” pelos cronistas é inadequado à relação dos Guaná/Guaikurú, já que os primeiros se submetiam voluntariamente e renunciavam quando lhes agradava. Enquanto que o conceito de escravo implica a transformação da pessoa humana em coisa, em propriedade absoluta do senhor que terá direito, inclusive, de vida e de morte. O autor ainda afirma que os relatos setecentistas indicam que os Guaikurú davam poucas ordens, não empregavam um tom imperativo, nem obrigatório, e tudo dividiam com os Guaná, mesmo os prazeres sexuais. Alerta que as relações entre os dois povos eram muito mais de aliança do que de pura e simples submissão dos Guaná. Salienta que a vassalagem era devida a uns poucos e não ao todo Guaikurú, acentuando que havia interesse por parte dos Guaná em visitar periodicamente os Guaikurú com o propósito de receber facas, machados e outros objetos adquiridos pelos Guaikurú em assaltos feitos aos espanhóis e portugueses<sup>35</sup>.

Os estudos de Maria Eunice Jardim Schuch sobre os “Xaray e Chané”, também consideram que nem sempre todos os grupos Chané/Guaná conviveram de maneira totalmente simbiótica com os Guaikurú<sup>36</sup>.

O que aproximaria reciprocamente essas sociedades? Ou ainda, o que permitiria o seu conflito? As relações históricas e interétnicas vividas por esses índios pode nos apontar diversas possibilidades, porém não cabe aqui neste estudo aprofundar tal tema; apenas lembrar que outras explicações também oferecem caminhos. Claude Lévi-Strauss nos apresenta um mito fragmentado dos povos que acreditam na predestinação para o comando da humanidade, referindo-se aos Mbayá/Kadiwéu, e nesse mito os Guaná participam da sua construção:

*Quando o Ser supremo, Gonoenhodi, decidiu criar os homens, tirou primeiro da terra os Guaná, depois as outras tribos; aos primeiros, deu a agricultura como quinhão, e a caça aos segundos. O Enganador, que é a outra divindade do panteão indígena, percebeu então que os Mbaiá haviam sido esquecidos no fundo do buraco e os fez sair dali; mas como não sobrava nada para eles, tiveram direito à única função ainda disponível, a de oprimir e explorar os outros. Já houve contrato social mais profundo do que este?*<sup>37</sup>

<sup>35</sup> Roberto Cardoso de Oliveira. *Do Índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976:33 e 37.

<sup>36</sup> Maria Eunice Jardim Schuch, *ibidem.*, 1995: 62.

<sup>37</sup> Claude Lévi-Strauss. *Tristes Trópicos*. Tradução Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1998: 172-173.

Além dos Guaná, outros povos são descritos vivendo entre os Guaikurú, como os índios Guaxi, Chamacoco, Bororo, Kayapó e os Chiquito, e ainda negros, “caborés”, seus filhos e netos. Aqueles que eram atacados e vencidos eram transformados em “cativos”. É importante considerar a intensa mistura étnica que ocorria entre esses grupos e a complexa constituição dos Guaikurú. Nesse sentido, Ricardo Franco de Almeida Serra observa as misturas estabelecidas não só entre os Guaikurú como também entre os diferentes grupos indígenas que com eles interagiam: “todos os diversos índios misturados entre si pelos repetidos casamentos, (...) tanto os uaicurús, como todas estas nações que praticam uns com os outros”<sup>38</sup>.

Embora interagindo com os Guaikurú, os Guaná tinham a independência do grupo-local, com território e chefes próprios, sendo que alguns de seus componentes mudavam-se para a comunidade dos Guaikurú integrando-se na sua vida social.<sup>39</sup>

A partir dos elementos apresentados, os relatos possibilitam pensar que as práticas culturais desses povos foram construídas historicamente num campo de experiências múltiplas e singulares. Esta abordagem parte do pressuposto de que a cultura é um processo móvel que vai se constituindo subjetivamente na relação com o outro. As práticas abrem-se à alteridade e aceitam cada contribuição vinda de fora, remontando e recriando ações e combinações culturais fundamentais para a sua continuidade e legitimidade<sup>40</sup>.

A experiência histórica dos Guaná pode também ser pensada através da contribuição de Marshall Sahlins, para quem os elementos culturais de outras sociedades ou grupos, incorporados à construção da identidade, a partir das práticas que os grupos realizam, possibilita a alteração dos significados culturais primeiros, através de deslocamentos, substituições, especializações ou generalizações de sentido. A relação e aquisição de novos conteúdos empíricos são importantes para a reprodução das categorias culturais já que, segundo ele, “toda reprodução da cultura é uma alteração”<sup>41</sup>.

Marshall Sahlins salienta, ainda, que é fundamental perceber nesse processo de alteração dos significados culturais, que os signos são históricos e se alteram pelo

<sup>38</sup>Ricardo Franco de Almeida Serra., *ibidem*, 1931: 202.

<sup>39</sup>Roberto Cardoso de Oliveira. *Ibidem*, 1976: 34

<sup>40</sup>Amálio Pinheiro. *Aquém da identidade e da oposição. Formas na cultura mestiça*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1995: 43 -46.



fato dos grupos étnicos não estarem isolados de ações externas às suas, mas estabelecerem trocas culturais que os levam a mudanças e à reelaboração de suas práticas. Propõe, também, que somente a partir dessas considerações é possível fazer uma leitura diferenciada da identidade étnica. Muito mais que definidora, a identidade é resultado de processos de interferência entre duas ou mais tradições culturais, compreendidas através de práticas e discursos, efeitos de classificações e recriações permanentes.

Os Guaná da margem direita do rio Paraguai também foram visitados por Luís D’Alincourt, engenheiro português e sargento-mor do Império Brasileiro, Chefe da Comissão Estatística e Topográfica que observou a Província de Mato Grosso. Sua descrição sobre a geografia do ambiente é estratégica, pois procura identificar áreas apropriadas para o estabelecimento de fortes que garantiriam a segurança da fronteira. Com um olhar minucioso, ele localiza aldeias indígenas, rios, córregos e povoados, elabora projetos e procedimentos diante de um possível ataque inimigo<sup>42</sup>.

D’Alincourt localizou os Guaná em Albuquerque, observando que para chegar até suas habitações, partiu do presídio de Miranda e seguiu a rota fluvial do rio com o mesmo nome. Depois de três dias de viagem, chegou à aldeia, na margem direita do rio Paraguai. Naquela ocasião, já estava instalada em Albuquerque a Missão Nossa Senhora da Misericórdia, administrada pelo capuchinho José Maria Macerata. O engenheiro lembrou que ali alguns índios já sabiam ler e escrever por conta da catequese. Nos arredores da missão, havia poucas casas e uma fazenda de gado vacum, pertencente à Fazenda Pública<sup>43</sup>.

Frei José Maria Macerata foi o primeiro missionário capuchinho que se deslocou para a Província de Mato Grosso a fim de catequizar os indígenas. Chegou em Cuiabá em 1819 e seguiu para Albuquerque, onde estabeleceu o centro de uma Missão evangelizadora, estendendo-a também por Miranda e arredores. Segundo este religioso, ao chegar na aldeia dos Guaná considerou-os uma “nação prosperante”. No

---

<sup>41</sup>Marshall Sahlins, *ibidem*, 1990:174.

<sup>42</sup>Segundo Maria de Fátima Costa (Org.). *Percorrendo Manuscritos entre Langsdorff e D’Alincourt*. Cuiabá: EdUFMT, 1993, a Comissão estatística chefiada por Luiz D’Alincourt palmilhou a província entre 1823-1830, coletando material para compor o “Mapa Estatístico de Mato Grosso”. Através do Presidente da Província, Saturnino da Costa Pereira, D’Alincourt teve acesso a todas as fontes disponíveis na província.

<sup>43</sup>Relatório de Luiz D’Alincourt. *Resultado dos Trabalhos de Indagações Estatísticas da Provincia de Matto Grosso*. Microfilmes negativo - NDIHR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828:343

centro dela levantou uma cruz e no dia 8 de dezembro do ano de 1819 celebrou a primeira missa que, segundo o missionário, fora assistida pelos índios numa casa de oração recém-construída pelo Governo<sup>44</sup>. Veja o mapa na página seguinte:

---

<sup>44</sup>Ofício de José Maria Macerata, *ibidem* . 1843: 3.



A Missão fixou-se no mesmo local das antigas habitações dos Guaná. Segundo Rita Heloísa de Almeida, a prática de instituir missões catequéticas na própria aldeia habitada pelos indígenas fazia parte das estratégias de catequese do século XIX, que se fundamenta no regimento de 1680 ao considerar inconveniente o deslocamento dos índios de seus ambientes e habitações tradicionais<sup>45</sup>.

Macerata percebeu que os Guaná eram merecedores de particular atenção e de igual importância também os Kinikináo, sendo ambos falantes da mesma língua e, segundo ele, pertencentes do “mesmo partido, somavam quatro mil e mais almas e mostravam-se todos dóceis e constantes a quotidiana instrução, a todos os exercícios de piedade e da religião”.

Após instalada a Missão, cerca de 593 pessoas, entre adultos e crianças de ambos os sexos, receberam o batismo, sendo o chefe do subgrupo guaná, chamado Pascoal Guanitá, o primeiro a recebê-lo. Outras 49 pessoas foram unidas em matrimônio, conforme o rito da Igreja Romana<sup>46</sup>.

Macerata salienta que somente os Guaná e os Kinikináo estavam sendo instruídos para a civilização e a religião do Estado; “os demais ainda eram pouco ou nada úteis à Província”<sup>47</sup>.

Além das habitações dos Guaná em Albuquerque, Luís D’Alincourt observa a presença de várias outras aldeias nos arredores do Presídio de Miranda, calculando ao todo “mil almas para os Guaná”. Lembra, ainda, que próximas a elas haviam aldeias Guaikurú, ao todo “trezentas almas”, e relatou:

*(...)Aquella nação – [referindo-se aos Guaná] - é dada a agricultura, suas moradas são espaçosas, fabricam mui bem grandes pannos de algodão, redes, e lança para seu uso, criam porcos, gallinhas e cavallos – [e quanto aos Guaikurú, afirma]- : (...) esta porém somente se dá a criação de animais cavallares, à caça e a pilhagem quando pode, de maneira que tem destruído grande numero de fazendas nos nossos vizinhos paraguayanos<sup>48</sup>.*

<sup>45</sup>Rita Heloísa de Almeida. *O Diretório dos Índios. Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997:42.

<sup>46</sup>Ofício de José Maria Macerata, *ibidem.*, 1843:3.

<sup>47</sup>Ofício de José Maria Macerata, *ibidem.*, 1843: 3 – 5.

<sup>48</sup>Luiz D’Alincourt. *Resultado dos Trabalhos de Indagações Statisticas da Provincia de Matto Grosso*, *ibidem.*, 1828: 341.

As terras dispostas em torno das aldeias foram identificadas como apropriadas para a agricultura e pastagem. Os índios faziam plantações de milho, feijão, mandioca, abóboras, batatas, entre outras espécies, para seu consumo e para venderem ao Forte de Coimbra, aos habitantes que o guarneciam. Desde o Presídio de Miranda para além do rio Mondego, o terreno foi considerado excelente para a pastagem de cavalos e do gado vacum. A Fazenda Pública ali instalada possuía 9.335 cabeças de gado vacum sustentado pelos pastos, que eram formados através da queima do capim ou ervas, todos os anos, em julho e agosto. Já as 775 cabeças de cavalos, além de seguir o mesmo procedimento dado ao gado vacum para o seu sustento, ainda eram alimentadas com milho<sup>49</sup>.

Além do solo fértil e de ricas áreas de pastagem, D'Alincourt registrou que o lugar onde estava localizada a aldeia dos Guaná era apropriado para o estabelecimento do Quartel do Comando Geral da Fronteira, pois segundo o sargento-mor, dali se podia dominar as entradas dos rios Mondego e Taquari, as comunicações para Miranda e Camapuã, tanto por terra no período da seca, quanto pelos rios. Além do Comando Geral, o lugar poderia servir de depósito para as barcas canhoneiras que seriam construídas para defesa principal do rio Paraguai<sup>50</sup>.

Os Guaná ganharam importância nas narrativas de D'Alincourt. Nos seus escritos aparecem descrições de lugares e paisagens que vão sendo qualificados e quantificados quando úteis economicamente e politicamente à Província. Sugere que os grupos indígenas sejam merecedores de atenção pelas suas práticas e também que sejam feitas mudanças nas formas de tratamento, através de métodos menos guerreiros e mais políticos. O engenheiro advertiu às autoridades para manterem boas relações com os principais chefes dos Guaná, considerando importante resguardar a amizade desses índios. Sugeriu que através da compra de seus mantimentos fossem introduzidos no pagamento gênero de luxo, a fim de que os índios acostumassem a tais objetos. Esses procedimentos garantiriam os provimentos necessários às guarnições, assegurariam o aumento da produção e possivelmente lucros sobre as plantações dos Guaná, que permaneceriam nos lugares das suas habitações. Para D'Alincourt, os índios que se deslocaram para outros lugares, abandonando suas antigas aldeias, deveriam ser persuadidos a retornarem ou a se

---

<sup>49</sup> Luiz D'Alincourt. *ibidem*, 1828: 340-341.

<sup>50</sup> Luiz D'Alincourt, *ibidem*, 1975:176.

deslocarem para outros pontos convenientes. Reforçou ainda o engenheiro a necessidade de sempre lembrar os Guaná dos sofrimentos vividos junto aos Guaikurú, a fim de tornarem-se seus inimigos e atuarem menos a seu favor<sup>51</sup>.

Nesse mesmo período G. I. von Langsdorff, membro da Academia de Ciências de São Petersburgo, chefiou uma expedição científica que percorreu o interior do Brasil entre 1822 a 1829. Esta empresa naturalista chegou a Cuiabá pelo antigo caminho monçoeiro, passando, portanto, por Albuquerque e demais nucleações de povoamento existente ao longo dessa rota fluvial<sup>52</sup>.

Langsdorff, ao visitar os Guaná em Albuquerque, caracterizou-os como agricultores, tecelões e fabricantes de mantas de algodão – conhecidos por “panões” - com as quais se vestiam. Reportou as “relações de vizinhança” dos Guaná com os Guaikurú, algumas consideradas mais conflituosas e outras menos. Comentou, também, que embora falassem línguas distintas, esses dois povos entendiam-se mutuamente. Uma observação importante feita por Langsdorff refere-se à criação e à montaria de cavalos enquanto práticas apreendidas pelos Guaná, a partir da convivência com os Guaikurú, comentando que o sinal que os Guaná faziam nas árvores para indicar sua passagem por determinados lugares, correspondia aos mesmos sinais dos cavalos roubados dos espanhóis pelos Guaikurú, afirmando serem estes últimos os seus principais conhecedores<sup>53</sup>.

Além das descrições feitas por Langsdorff, Hércules Florence, o segundo desenhista dessa expedição também se refere aos Guaná como pescadores, prestadores de serviços na Província de Mato Grosso e ainda caracterizando-os como possuidores de alguns engenhos de moer cana:

---

<sup>51</sup>Luiz D'Alincourt, ibidem, 1818: 361e *Reflexões sobre o Systema de defesa que se deve adoptar na Fronteira do Paraguay em consequencia da Revolta e dos Insultos praticados ultimamente pela Nação dos Índios Guaicurus ou cavalleiros*. Microfilmes negativo - NDIHR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828:363.

<sup>52</sup> Com Langsdorff viajaram o astrônomo Nestor G. Rubsov, o botânico Luiz Riedel, e os artistas Aimé Adrien Taunay, Antoine Hercule Romuald Florence. Sobre Expedição Langsdorff ver Maria de Fátima Costa & Pablo Diener. *Viajando nos Bastidores: Documentos da Expedição Langsdorff* Cuiabá: EdUFMT, 1995 e as obras de outros autores como Boris Komissarov.

<sup>53</sup>Danuzio Gil Bernardino da Silva (Org.). Os diários de Langsdorff. Vol. III , *Mato Grosso e Amazônia, 21 de novembro de 1826 a 20 de maio de 1828* Tradução: Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Editores: Bóris Komissarov e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro: Fiocruz,1997:64.

*Os Guanás moram na margem O. do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação. Usam de uma língua própria, mas em geral sabem alguma coisa de português, que falam à maneira de quase todos os índios ou dos negros nascidos na costa d’Africa. De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo porto habitam numas choupanazinhas<sup>54</sup>.*

O desenhista lembrou, também, que os produtos fabricados pelos Guaná eram comercializados em diferentes localidades, entre elas Albuquerque, Miranda, Coimbra, Corumbá, Cuiabá e circunvizinhanças; que estes índios realizavam constantes viagens individuais ou em grupo para Cuiabá a fim de estabelecerem algum tipo de troca. O deslocamento para Cuiabá era feito em 15 dias e os Guaná iam e vinham, principalmente em suas próprias canoas, realizando paradas em alguns lugares. Langsdorff cita que uma dessas paradas, usadas tanto pelos Guaná como por outros viajantes, era no lugar conhecido por Bananal do Leme e comenta: “só encontramos bananas verdes. Aliás era de se esperar, pois pouco antes de nós, passou por aqui uma expedição militar e muitos índios da tribo guanás, provavelmente mais de 200 pessoas”<sup>55</sup>.

A narrativa de Langsdorff enfoca os Guaná confeccionando tecidos considerados belos e resistentes, realizando atividades econômicas e comerciais e estabelecendo boas relações com os brasileiros. Neste sentido, Francis Castelnau, em sua expedição pelas “Regiões Centrais da América do Sul”, no ano de 1845, descreve os Guaná como trabalhadores que cultivavam várias espécies alimentícias, além de construírem engenhocas para moer cana-de-açúcar, fabricar rapaduras, vasilhas de barro e destilar aguardente em alambiques de barro. Observa, ainda, que todos já

<sup>54</sup>Hércules Florence. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Tradução: Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix . Editora da Universidade de São Paulo. 1977:103-106.

<sup>55</sup>Danzio Gil Bernardino da Silva (org.), *ibidem*, 1997:61.

falavam português e se relacionavam com os “brancos”, que haviam perdido o costume de arrancar as pestanas e deixado de pintar e tatuar o corpo. Segundo Castelnau, os Guaná davam inúmeras aplicações ao couro de boi e muitos possuíam “escravos” prisioneiros de guerra como os Chamacoco que, conforme o viajante, eram tratados com doçura entre os Guaná. O casamento entre esses dois povos era comum, mas quando um homem se cansava de viver com uma mulher poderia abandoná-la, sob a condição de não ter mais de uma ao mesmo tempo<sup>56</sup>.

A complexa organização social e a formação hierarquizada entre as classes do sistema social dos Guaná da República do Paraguai, assim como a dos índios Bororo, foi também assunto comentado por Levi-Strauss após a sua viagem no ano de 1936 para Mato Grosso:

*Os Guaná do Paraguai e os Bororo do Mato Grosso central possuíam (e ainda possuem, neste último caso) uma estrutura hierarquizada, vizinha da dos Mbaíá: estavam ou estão divididos em três classes que, ao que parece, pelo menos no passado implicavam status diferentes. Essas classes eram hereditárias e endógamas. Todavia, o perigo assinalado acima para os Mbaíá era compensado em parte, tanto entre os Guaná quanto entre os Bororo, por uma divisão em duas metades, das quais sabemos, para o último exemplo, que cortavam ao meio as classes. Se era proibido aos membros de classes diferentes casarem-se entre si, a obrigação inversa impunha-se às metades: um homem de uma metade devia obrigatoriamente desposar uma mulher da outra, e vice-versa. De modo que é justo dizer que a assimetria das classes encontra-se, em certo sentido, equilibrada pela simetria das metades. Deve-se encarar como um sistema solidário essa estrutura complexa, formada por três classes hierarquizadas e duas metades equilibradas? É possível. É igualmente tentador diferenciar os dois aspectos e tratar de um como se fosse mais antigo do que o outro. Neste caso, não faltariam argumentos em favor da prioridade, seja das classes, seja das metades.<sup>57</sup>*

É possível que nesse sistema de hierarquia entre os Guaná, os *escravos* tratados com doçura referidos por Castelnau ocupassem parte de uma das classes, com um *status* diferenciado dos demais.

A exemplo do subgrupo Terena, o etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira discorre que, tendo os Guaná recebido dos Mbayá técnicas mais eficazes de captura

<sup>56</sup>Francis Castelnau, *ibidem.*, 1945:247.

<sup>57</sup>Claude Lévi-Strauss. *Ibidem.*, 1998 (1955):184.



de indivíduos Chamacoco, Chiquito e Guató, permaneceram fiéis a uma certa forma de organização social que compreende a integração de prisioneiros de guerra e de seus descendentes no grupo, e no seu aproveitamento como mão-de-obra servil. Os reflexos dessa relação se faziam perceber entre o grupo Aruák e os *Kauti* – neologismo txané criado para designar os cativos obtidos na guerra ou nas sortidas especialmente organizadas para captura - os cativos que não eram hábeis na agricultura, serviam em tarefas auxiliares ou domésticas<sup>58</sup>.

A organização social dos Guaná é complexa, conforme demonstra o etnólogo, e as narrativas dos viajantes representam apenas alguns de seus fragmentos, compreendendo-a a partir de modelos ocidentais.

Além da agricultura, da boa relação com os brasileiros através da troca e do comércio, os Guaná também são admirados pelas suas vestimentas, cujos tecidos foram descritos como realizados em uma trama original e de excelente qualidade.

O modo de ser dos Guaná para os viajantes e cronistas se fazia representar também pela sua aparência, qualificada a partir dos referenciais ocidentais como bela, elegante e sedutora. Esses elementos configuram-se de grande importância, pois possibilitou traçar uma diferenciação clara entre este povo e os demais índios de Mato Grosso.

---

<sup>58</sup>Roberto Cardoso de Oliveira. *Urbanização e Tribalismo. A Integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968: 21- 25.

## Os Panões: elegância e sedução das mulheres guaná

As descrições sobre os Guaná presentes nas narrativas do século XIX identificam-nos como índios que andavam vestidos e que fabricavam seus próprios tecidos em fios de algodão conhecidos por “panões”, “julatas”, “cobertas” ou “ponchos”. Esses tecidos são comentados e assinalados pelo desenhista Hércules Florence por sua beleza, resistência e originalidade. Florence chegou, inclusive, a traçá-los em papel, e observou em seu diário:

*As mulheres usam o pano enrolado à cinta e caindo até os joelhos; qualquer que seja o tempo, usam do panão ou para se resguardarem dos pés à cabeça ou então preso muito apertado por cima dos seios, mostrando-se assim menos nuas que os homens. As vezes também cobrem com ele os ombros e deixam-no cair até meia canela. Já as roupas dos homens cifram-se, num pano que enrolam como tanga e atado à cintura, caindo, quando muito, até aos joelhos e num pedaço de fazenda quadrado regular ou puxando mais para o comprido, o qual tem no meio uma abertura por onde enfiam a cabeça e que não lhes resguarda mais que os ombros, peitos e espáduas. Quando sentem frio, cobrem-se com um panão que, sendo grande, pode dar duas voltas inteiras ao redor do corpo*<sup>59</sup>.

O Barão de Langsdorff também fez comentários sobre os panões dos Guaná e observou que além de belos e resistentes, eram impermeáveis à chuva, tendo servido muitas vezes para cobrir os acampamentos da expedição. Para o viajante era uma mercadoria de grande valor econômico. Numa conversa entre Langsdorff e um Guaná, o viajante observou que os panos ou cobertas não eram trocados por nada: “nem por facas, nem por machados, nem por tecidos finos de algodão”<sup>60</sup>.

Em alguns desenhos traçados por Hércules Florence é possível ter uma clara idéia da tecelagem dos Guaná. E aqui vale lembrar as valiosas observações de Thekla Hartmann sobre os desenhos de índios realizados por Florence - raros documentos sobre os índios brasileiros do século XIX, nos quais se pode confiar<sup>61</sup>.

<sup>59</sup>Hércules Florence. *Ibidem.*, 1977:106.

<sup>60</sup>Danuzio Gil Bernardino da Silva (org.), *ibidem.*, 1997: 108.

<sup>61</sup>Thekla Hartmann. *A Contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do séc. XIX*. In: Coleção Museu Paulista São Paulo: USP. Série Etnologia, vol 1. Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1977:10.

**Figura 2: Guanitá, chefe dos Guaná**  
**Hércules Florence, ca. 1827.**  
**Fonte: Mario Carelli, 1992:44**

Florence completou seu registro gráfico com um pequeno texto sobre as figuras vestidas com os panões:

*As peças de algodão trançado, que aqui são conhecidas por panões, não têm ordinariamente mais de quatro varas de comprimento e duas ou três de largura. São tramadas de um modo para mim desconhecido, os fios verticais inteiramente cobertos pelos horizontais de lado e de outro, o que faz com que o tecido seja muito espesso e próprio para barracas, por não dar passagem à mais violenta chuva.*

*As mulheres Guanás que fazem esses panos usam de um grande quadrado de cinco a seis pés de largo, de madeira e apoiado sobre duas estacas perpendiculares. Nesse tear cruzam os fios com uma reguazinha de pau, não de uma vez, mas por grupos de 100 a 150 fios, que vão segurando um a um. Assim se a cadeia tem 1000 fios cruzam sete ou dez desses grupos, a fim de fazerem passar o fio em toda a largura da cadeia. Por aí se vê quanto tempo é preciso para acabar um panão<sup>62</sup>.*

A descrição sobre o uso e a fabricação dos panões é ressaltada com curiosidade e interesse pelo viajante. Na fabricação, as mulheres Guaná costumavam utilizar quadrados e régua de madeira; os fios feitos do algodão eram tingidos com substâncias oriundas de minerais e vegetais para torná-los coloridos:

*Os panões têm riscas largas e de diferentes cores: escuro carregado, preto, branco, pardacento, ruivo e azul-claro; mas essas cores, que os fabricantes tiram de minerais e vegetais, não conservam a viveza senão por pouco tempo; depressa desmerecem; parecem sujas; desmaiam, nunca, porém, de todo<sup>63</sup>.*

O desenhista chama atenção para a originalidade da arte e da trama do tecido até então desconhecida por ele. Observa que o procedimento, a técnica e os utensílios das mulheres Guaná na fabricação dos panões eram os mesmos das mulheres cuiabanas para tecerem as redes de dormir:

*As mulheres de Cuiabá que fazem redes, seguem o mesmo sistema. Para concluírem uma de duas varas em largura e comprimento, consomem seis ou mais dias<sup>64</sup>.*

<sup>62</sup> Hércules Florence. *Ibidem.*, 1977:106.

<sup>63</sup> Hércules Florence, *ibidem.*, 1977:108.

<sup>64</sup> Hércules Florence, *ibidem.*, 1977:106.

Hércules Florence comentou que muitos Guaná também vestiam calças e camisas de algodão, confeccionados em Cuiabá, e qualificou essas indumentárias de *grosseiras*, por serem semelhantes as da população comum da cidade e de qualidade inferior aos panões<sup>65</sup>.

Em 1845, Francis Castelnau também fará referência aos ponchos dos Guaná e à sua fabricação, observando que as mulheres fiavam o algodão, tingiam com anil ou curcuma e ainda utilizavam uma tinta parda, extraída da casca de uma árvore chamada *maiqué*, enquanto que as outras cores eram provenientes dos tecidos europeus, desmanchados especialmente para esse fim. Costumavam usar o pedaço de pano passado à volta da cintura e um poncho curto sobre os ombros; além da camisa. O cabelo era amarrado atrás da cabeça, como se fosse uma cauda, e usavam um chapéu de palha, alto e pontudo<sup>66</sup>.

**Figura 3: Desenho dos Guaná com tranças e chapéu**

**Autor: Hércules Florence, ca. 1827.**

**Fonte: Hércules Florence, 1977:104**

Os traços e a fisionomia dos Guaná são contrastados nas narrativas com os demais povos da província de Mato Grosso. Hércules Florence descreve que os Guaná “não marcam a pele, não mutilam o nariz, o lábio inferior ou as orelhas e não se pintam de urucum como outras nações. Ao final da sua observação, o desenhista

---

<sup>65</sup> Hércules Florence, *ibidem.*, 1977: 108.

<sup>66</sup> Francis Castelnau. *Ibidem.*, 1945: 248.

acrescenta: (...) se em épocas anteriores tiveram essas práticas singulares, já são por demais civilizados para nelas perseverarem”<sup>67</sup>.

Nesta narrativa, a denominação de civilizados aparece associada a um perfil de comportamento e estética, uma aparência física que causava pouco estranhamento entre os europeus, mostrando que algumas práticas dos Guaná já se distanciavam das demais práticas comuns entre os indígenas conhecidos.

Essa mesma noção de estética é claramente visível nas descrições sobre as mulheres guaná, que vão ocupar espaço privilegiado nas narrativas dos viajantes.

Florance observa que as mulheres guaná “são bem feitas de corpo, têm rosto interessante, os olhos ordinariamente apertados e um tanto oblíquos, nariz pequeno, afilado, boca no comum grande, lábios grossos, dentes claros e bem implantados”<sup>68</sup>.

Por outro lado, o comportamento espontâneo para a relação sexual das mulheres guaná com os estranhos foi denominado de “prostituição” por Florence, ao observar que elas eram cedidas pelos maridos mediante algum dinheiro ou peças de roupa. Além de *prostituírem* as mulheres, os homens Guaná foram acusados de praticarem o roubo e o furto, movidos por interesses<sup>69</sup>.

As narrativas também apresentam formas ambíguas de representação do povo Guaná; ao mesmo tempo em que são identificados como civilizados, os índios recebem atributos sociais como prostitutas, ladrões, entre outros. Ou seja, os textos reproduzem a todo momento os códigos culturais que influenciam na maneira particular de ler o mundo, apreendê-lo e classificá-lo.

Provavelmente as mulheres Guaná chamavam a atenção dos viajantes pela sua fisionomia que parecia compor um padrão de beleza aceitável aos valores europeus. Porém, o comportamento das Guaná despertava curiosidade pelas determinadas iniciativas que ocidentalmente eram atribuições masculinas, como por exemplo, oferecer-se sexualmente aos estranhos. Tal iniciativa, que poderia fazer parte do comportamento social daquele povo, foi codificada pelo viajante como prostituição<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup>Hércules Florence *Ibidem.*, 1977: 109.

<sup>68</sup>Hércules Florence. *Ibidem.*, 1977:109.

<sup>69</sup>Hércules Florence *Ibidem.*, 1977: 109.

<sup>70</sup>Langsdorff, em uma nota no seu diário, ressaltou que os homens Guaná só possuíam uma mulher e que um acordo para o oferecimento delas só ocorria com o consentimento da mulheres. In: Danuzio Gil Bernardino da Silva (org.). *Os diários de Langsdorff*; *ibidem*, 1997: 34.

Nos textos escritos pelos viajantes do sexo masculino, as mulheres guaná são descritas minuciosamente como uma pintura em tela. Além dos detalhes físicos, seus comportamentos são qualificados como sedutores e extravagantes – conforme descreve o Barão de Antonina:

*(...) encontrei com jovens indias conduzindo cantaros, alguns de formas extravagantes e ornados com uma especie de baixo relevo, vestidas unicamente com suas julatas (uma especie de lençol), que sempre deixam parte do seio descoberto: seus compridos cabellos (pretos como ébano), arranjados com gosto e ornados com flores e outros enfeites, me fez recordar os tempos classicos da antiga Grecia. Imaginei por um momento que estava de Chypre encontrando as nymphas de Venus quando iam buscar agua ás fontes da Idalia. Tudo aqui respira languidez e a voluptuosidade do clima; o mesmo rio Paraguai parece que participa de taes sentimentos, rolando lentamente suas aguas pacificas por entre meio de campos cobertos de uma eterna verdura*<sup>71</sup>.

Nas suas “Memórias”, o Visconde de Taunay dedica várias páginas a uma relação amorosa que manteve com uma Guaná de nome Antônia. Relembra com saudosismo os carinhos, a elegância dos gestos e movimentos, considerada inata, e os dias que passou ao seu lado na Serra de Maracaju:

*Era Antônia uma bela rapariga da tribo chooronó (guaná propriamente dita) e da nação chané. Muito bem feita, com pés e mãos singularmente pequenos e mimosos, cintura naturalmente acentuada e fina, moça de quinze para dezesseis anos de idade, tinha rosto oval, cutis fina, tez mais morena desmaiada do que acaboclada, corada até levemente nas faces, olhos grandes, rasgados, negros, cintilantes, bôca bonita ornada de dentes cortados em ponta, á maneira dos felinos, cabelos negros, bastos, muito compridos, mas um tanto ásperos. Sobremaneira elegante de porte, costumava trajar, com certo donaire, vestidinhos de chita francesa, quando não se enrolava à moda dos seus numa julata que a cobria tôda até aos seios*<sup>72</sup>.

<sup>71</sup>Barão de Antonina. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista Trimestral de História e Geografia*, Rio de Janeiro, Typ. De João Ignacio da Silva, 1870:71.

<sup>72</sup>Taunay. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Progresso, 1948: 201

Taunay registrou a sua admiração pela Guaná e, movido pelo encantamento, decidiu “comprá-la”, solicitando a um sargento que indagasse sobre o possível acordo. Antônia foi trocada por machado, enxada, facas, espelhos, saco de arroz, milho, vaca para corte e boi de montaria, num total equivalente a cento e vinte mil réis. Além do consentimento do pai, a Guaná também foi seduzida com um colar de contas de ouro e não refutou:

*A fim de vencer a relutância da Antônia, levara-lhe eu um colar de contas de ouro, que em Uberaba, me havia custado quarenta ou cinqüenta mil réis. Foi argumento irresistível ! Assim mesmo ela, ainda que tôda embelezada do apetecido ornato, adiou para o dia seguinte o sim, mas pediu para ficar desde logo com o fascinador colar<sup>73</sup>.*

Taunay esclareceu que:

*Por dinheiro obtem-se mulher. Seja o pretendente indio, branco ou negro tudo lhe será facilitado, se se sujeitar ás condições dos paes daquellas a quem cobiçam. Estes progenitores, gananciosos e accomodaticios, aconselham, aliás, ás filhas a liberdade a mais completa, em materia de fidelidade conjugal. D’ahio a desenvoltura com que as indias passam de homem a homem<sup>74</sup>.*

O engenheiro-militar também registrou que antes da sua relação com Antônia, a mesma vivia com um tenente militar e somente após a troca pelo colar aceitou se relacionar com Taunay. Posteriormente a índia se casaria com outro militar, passando a viver em Cuiabá ou Corumbá.

A relação amorosa com Antônia despertou grande sentimento em Taunay:

*A bela Antônia apegou-se logo a mim e ainda mais eu a ela me apeguei. Em tudo lhe achava graça, especialmente no modo engênuo de dizer as coisas e na elegência inata dos gestos e movimentos. Embelezei-me de todo por esta amável rapariga e sem resistência me entreguei exclusivamente ao sentimento forte, demasiado forte, que em mim nasceu. Passei, pois, ao seu lado dias descuidadosos e bem felizes, desejando de coração que muito tempo decorresse antes que achava tão separado e alheio. Pensando por vêzes e sempre*

<sup>73</sup> Taunay. *Ibidem.*, 1948: 202.

<sup>74</sup> Taunay. *Entre nossos indios*, 1931: 43.



*com sinceras saudades daquela época, quer parecer-me que essa ingênua índia foi das mulheres a quem mais amei*<sup>75</sup>.

Tal foi o seu encantamento por Antônia, que Taunay escreve o conto *Irecê a Guaná*, publicado em 1874 nas *Histórias Brasileiras*, inspirado nessa relação. Contudo, nominalmente Antônia só aparece como a mulher com quem Taunay teve um romance, no seu livro escrito nos últimos anos de vida do Visconde. Vale lembrar que os originais desta obra foram deixados sob a guarda do IHGB com a recomendação de só serem publicados após a morte do autor. Taunay faleceu em 1899 e suas “Memórias” só foram publicadas em 1943<sup>76</sup>.

O romance de Taunay com uma Guaná não é um fato isolado. Gilberto Freyre, ao elaborar a biografia de Luiz de Albuquerque, dá visibilidade à relação amorosa mantida por Ricardo Franco de Almeida Serra com uma Guaná. Segundo Freyre, os oficiais do Forte de Coimbra tinham suas ligações com mulheres Guaikurú, Chamacoco e Guaná. Comenta que Ricardo Franco, certo de que sua relação com uma Guaná não era legal, nem abençoada pela igreja, guardou-a em silêncio. No seu leito de morte, contudo, revelou o amor que o ligou à índia batizada com o nome Mariana Guaná, assim como os dois filhos, nascidos dessa relação, Ricarda Manoela e Augusto Martiniano. Preocupado com que a mulher e os filhos não ficassem desamparados, deixou a eles alguns recursos, e antes de morrer Ricardo Franco comentou com saudosismo o drama de amor vivido<sup>77</sup>.

Curiosamente, a relação das mulheres Guaná junto aos homens fora do seu grupo e com certo destaque social nos leva a questionar o que aproximaria essas mulheres a esses homens. A possibilidade de aquisição de objetos para troca? Ou ainda a sua organização social hierarquizada? O estabelecimento de uma relação poderia favorecer a Guaná, sua família ou o próprio grupo? Possivelmente esses fatores respondam a questão ou ainda outros que historicamente foram construídos.

<sup>75</sup>Taunay. *Memórias do Visconde de Taunay*. 1948:207.

<sup>76</sup>Sérgio Medeiros (Org.). *Irecê a Guaná* por Alfredo d’Escagnolle Taunay. São Paulo: Iluminuras, 2000. O conto *Irecê a Guaná*, reeditado recentemente, é analisado sob diferentes aspectos, inclusive como uma experiência de *transcrição* no campo da literatura, unindo a antropologia e a poesia; procura recuperar e ampliar o patrimônio oral das sociedades indígenas ou ainda os ritos e cânticos das diferentes etnias.

<sup>77</sup>Gilberto Freyre. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. EdUFMT.1978: 182 -184.

Marshal Sahlins contribui para tais indagações na medida em que analisa as relações sexuais das mulheres havaianas com os tripulantes ingleses das embarcações que serviram para as viagens de Cook, e observa que num primeiro momento as práticas das mulheres havaianas não eram denominadas de prostituição - pois eram pouco influenciadas por motivos de interesses materiais - mas as carícias, ao serem reificadas pelos ingleses como serviços, passaram a ser pagas através de presentes, estabelecendo, assim, um comércio com interesse erótico que deixava de repetir tradições para se tornar histórico<sup>78</sup>.

As relações sexuais das Guaná com outros povos ocorria, como já mencionado, desde quando habitavam a região do Chaco, e o intenso processo de interações culturais vivido por esse grupo é elemento fundamental para compreender as suas práticas - resultante também do entrelaçamento junto a outros povos.

Outras práticas que possivelmente são oriundas das interações dos Guaná com outros povos é a do aborto e do infanticídio realizados pelas mulheres guaná. O cronista Visconde de Taunay fez um relato sobre uma mulher Kinikináo que vivia na Serra de Maracaju e que aos dezessete anos tinha abortado seis vezes. Outra situação foi o estrangulamento pela avó de uma criança logo ao nascer, por ser do sexo feminino. Segundo Taunay, as Guaxi e as Guaikurú tinham a mesma prática<sup>79</sup>.

Em 1827, durante sua estada em Mato Grosso, o desenhista Florence também fez comentários sobre as mulheres guaná e sobre o costume, segundo ele, “bárbaro, de matar os filhos no ventre, por não quererem antes dos 30 anos ter o trabalho de criá-los”<sup>80</sup>.

A análise apressada de Hércules Forence certamente não possibilitou que vinculasse o aborto, instituído entre as mulheres guaná, como parte dos seus costumes.

Francis Castelnau, em 1845, observou a prática do aborto como uma experiência realizada pelos índios do centro-sul- americano:

*Nos Guaxis essa horrorosa praxe parece provir de um preconceito religioso e uma vontade deliberada de extinguir a própria tribo; mas, entre os Guaicurus, os Guanás e principalmente entre os Terenos, dir-se-ia resultar da*

<sup>78</sup> Marshall Sahlins. *Ibidem*. 1997: 27.

<sup>79</sup> Visconde de Taunay. *Entre nossos índios*. 1931: 66.

<sup>80</sup> Hércules Florence, *Ibidem.*, 1977: 109.

*faceirice das mulheres, empenhadas em fugir ao sacrifício da amamentação e conservar pelo maior tempo possível, a aparência de juventude. As crianças são geralmente mortas antes de nascer; mas é também frequente mataram-nas depois. Entre os Guaicurus, muito particularmente, haveria o hábito de abandonar os recém-nascidos a sua própria sorte, quando estes os estorvavam em suas longínquas excursões<sup>81</sup>.*

Herbert Baldus, a partir de Félix Azara, comenta que as Guaikurú e as Guaná matavam a maior parte de suas filhas recém-nascidas para que as poucas que deixassem com vida fossem mais desejadas pelos homens e, por isso, mais felizes, costume que, como se supõe, levou os homens a roubar as mulheres de outras tribos<sup>82</sup>.

No estudo realizado por Roberto Cardoso de Oliveira sobre a estratificação social e étnica dos Terena, o autor observa que embora este subgrupo tivesse o hábito do aborto e do infanticídio, não atingia a mesma proporção que os Guaikurú. Comenta que provavelmente a relação dos Guaikurú com os Terena favorecia um incremento da população Guaikurú, reduzida por essa experiência<sup>83</sup>. Ou seja, é possível que a prática do aborto, evidenciadas em etnias distintas, tenha sido uma experiência compartilhada ou apropriada de maneira particular por diferentes grupos que interagiam entre si.

\*\*\*

As fontes pesquisadas apresentam duas características que considero importantes neste capítulo: a primeira diz respeito às descrições que sutilmente demonstram os acordos entre índios, autoridades e viajantes mediante relações de troca - característica importante na dinâmica social dos Guaná - estabelecida durante as viagens dos Guaná com destino a Cuiabá, através da comercialização dos seus produtos e das relações amorosas das mulheres com os viajantes.

A segunda característica, e talvez de maior visibilidade, corresponde aos aspectos mais descritos sobre os Guaná, especialmente as construções das suas

---

<sup>81</sup>Francis Castelnau, *ibidem.*, 1945: 309.

<sup>82</sup>Herbert Baldus. *Ensaios de Etnologia Brasileira*. Brasiliense. Companhia Editora Nacional INL/MEC Vol 101. 1979:64.

<sup>83</sup>Roberto Cardoso de Oliveira. *Ibidem.*, 1968:21.

habitações, a prática do cultivo, os intercâmbios e comércio dos seus produtos, a beleza e elegância dos seus traços, bem como das suas vestimentas.

Os costumes e comportamentos dos Guaná foram qualificados e contrastados aos demais povos da Província de Mato Grosso, onde passaram a ser reconhecidos como portadores do *germe da civilização*. O processo civilizador desses índios ganhou importância e foi razão para que as autoridades investissem na sua catequese e aldeamento.

A um exame mais atento, a idéia de *civilizar* os Guaná pautava-se na sua conversão definitiva aos valores e comportamentos dos colonizadores, para que estes, aproveitassem sua mão-de-obra e experiências.

OS GUANÁ EM ALBUQUERQUE:  
ALDEAMENTO E CATEQUESE

Na Província de Mato Grosso aos povos indígenas classificados como mansos, entre eles os Guaná, foram destinadas a educação religiosa e militar, com a finalidade de corrigir seus comportamentos e possibilitar, assim, a sua incorporação mais rápida na sociedade envolvente. Contudo, comentava-se entre os administradores locais que era difícil “civilizá-los”, pois os antigos hábitos culturais presentes nas ações dos filhos, netos e demais descendentes, identificadas como “vícios”, permaneciam entre os índios:

*(...) mais com o exemplo do que com a palavra a mesma inércia e aborrecimento ao trabalho, a mesma torpeza e a mesma sede por bebidas espirituais* <sup>84</sup>.

Acreditava-se que o fato dos filhos e netos estarem convivendo com membros do seu grupo, favorecia a continuidade de práticas consideradas “triste herança e sucessão de vícios” que retardava o progresso da civilização. Daí a proposta de misturá-los com a população branca a fim de que, separados do seu grupo, aprendessem mais depressa outros costumes.

A catequese, para os administradores locais, consistia em criar novos homens e novas vontades, para compor a massa da população. Reclamavam, também, a ausência de pessoas que pudessem trabalhar na *civilização* dos índios, reportando às ações realizadas pelo Diretório Pombalino com os povos indígenas no século XVIII.

Embora os Guaná fossem descritos como quase civilizados, e alguns viajantes não duvidavam disso, algumas das suas práticas ainda eram apontadas como resultado de uma herança cultural selvagem, e somente através da catequese instituída nos aldeamentos e das interações com a cultura branca, seria possível modificar seu comportamento. É neste sentido que neste capítulo procuro compreender como se deu o processo do aldeamento Guaná em Albuquerque - através do Decreto Imperial nº 426 de 24 de julho de 1845, que estabelece o

---

<sup>84</sup>Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso nº 2, 1841 a 1852: 14 v., APMT.

*Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* e a intensificação dos deslocamentos desses índios para Cuiabá.

“Albuquerque dos Índios”, como a localidade de Albuquerque ficou conhecida no início do século XIX<sup>85</sup>, foi ocupada, até 1810, por uma Fazenda Pública com pastagem para a criação de gado e pelas habitações dos índios Guaná. Em 1819 esses índios foram reunidos na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia pelo capuchinho José Maria de Macerata, onde a agricultura foi incentivada a fim de que os guaná pudessem fornecer víveres alimentícios aos demais habitantes da fronteira. Após a organização da missão, Albuquerque passa a ser conhecida como Missão de Albuquerque, a Albuquerque dos índios.

Em 1826, passa a Povoado e no ano de 1827, é escolhida para o estabelecimento do primeiro Comando Geral da Fronteira do Paraguai. A sua localização facilitava a comunicação com o Forte de Coimbra e as povoações de Miranda e Camapuã, tanto pelos rios, durante as cheias, quanto por terra no período da seca. Além disso, nas suas proximidades habitavam cerca de dois mil índios Guaná – que, segundo a documentação, poderiam servir de grande proveito ao Comando. Em 1850, Albuquerque passou a categoria de Vila e nos documentos é denominada de Albuquerque Nova, para que não fosse confundida com Albuquerque Velha, a antiga Povoação de Albuquerque, localizada mais ao norte, atualmente município de Corumbá. Durante a segunda metade do século XIX, o Comando Geral da Fronteira do Baixo Paraguai foi transferido para o Forte de Coimbra e, posteriormente, para Corumbá<sup>86</sup>.

Assim, foi na tentativa de controlar as terras do Baixo Paraguai e circunvizinhanças, que o governo imperial investiu na colonização e povoação dos povos indígenas que ali habitavam. A fertilidade do solo e a presença de pastagens naturais atraía a atenção dos viajantes de expedições e principalmente das autoridades provinciais, preocupadas em povoar a fronteira, mantendo a posse dessas terras e protegendo Albuquerque de possíveis ataques dos *índios selvagens* e dos paraguaios.

---

<sup>85</sup>Terminologia utilizada por Luís D’Alincourt e outros representantes do governo imperial, durante o ano de 1820 a 1830 que designava o acentuado número de índios Guaná presentes naquela localidade.

<sup>86</sup>A documentação referida está guardada na Lata 1825 no APMT. Trata-se de 27 peças, todas datadas em 18.09.1825 que versam sobre a criação do Comando de Albuquerque.

Em 1845, Francis Castelnau descreveu que a Freguesia de Albuquerque contava com setenta casas construídas em barro, alinhadas em ambos os lados de uma larga praça que abrigava no centro uma grande cruz e numa das suas extremidades uma capela. Ali viviam setenta e seis brasileiros, sendo que quarenta eram soldados. Os dois mil índios que habitavam os arredores costumavam visitar a Freguesia e muitos deles, estavam fixando residência ali<sup>87</sup>.

A população guaná que habitava Albuquerque foi considerada numericamente representativa na Província. Suas habilidades com agricultura, tecelagem e navegação foram qualificadas como de grande importância econômica e poderiam ser melhor aproveitadas em Mato Grosso através da catequese instituída nos aldeamentos. Um presidente da Província – José Antônio Pimenta Bueno – chega a afirmar que, com a catequese, os saberes desses índios conduziram às descobertas de novas minas bem como aquisição de produtos com fins comerciais<sup>88</sup>.

Albuquerque foi, portanto, em meados do século XIX, espaço ocupado por aldeamentos oficiais, voltados à disciplinarização das práticas e dos comportamentos dos índios, notadamente dos Guaná.

## O Aldeamento

Aldeia Regular é a designação oficial utilizada pelos Presidentes da Província e pela Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso, para denominar os aldeamentos instalados após o *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios* no ano de 1845.

No caso dos aldeamentos dos Guaná, a documentação pesquisada apresenta três terminologias para esses estabelecimentos oficiais: “Aldeia Regular”, “Aldeia Normal” e simplesmente “Aldeia”. Em Albuquerque predominou o termo “Aldeia Regular”. Ao fazer referência sobre as habitações dos Guaná, utilizarei essas designações oficiais, compreendendo que elas correspondiam a um tipo de estratégia

---

<sup>87</sup>Francis Castelnau, *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. Tradução: Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949: 242-243.

<sup>88</sup>Extracto do discurso do presidente da Provincia do Mato Grosso, o Doutor Joze'Antonio Pimenta Bueno, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Assunto: Indios e População. 1º de março de 1837: 169, APMT.



e classificação política do espaço e das práticas indígenas num determinado período histórico.

Como nas demais partes do Império brasileiro, a catequese nos aldeamentos obedecia às diretrizes do Regulamento de 1845, atendendo aos interesses do Estado e negando a cultura indígena. A modificação dos hábitos cotidianos ocorria através de ensinamentos cristãos - entre eles o batismo, o matrimônio, os exercícios de piedade e outras obrigações, como ir às aulas vestidos. Havia atividades específicas para os homens, como a agricultura, sapataria, alfaiataria e, para as mulheres, a costura e o artesanato, além da exigência de falar o latim e o português<sup>89</sup>.

Os procedimentos administrativos dos aldeamentos incluíam a reunião de grupos indígenas diferentes, para que se descaracterizassem mais rapidamente. Observa-se que em Mato Grosso essa experiência foi efetivada. Os Guaná e os Kinikináo foram reunidos no mesmo aldeamento e ali submetidos à mesma política catequética e ao mesmo tratamento para a religião do Estado e a civilização.

Diferentes procedimentos para desmobilizar as ações dos índios foram implantadas através da educação, da remoção para outros espaços, da incorporação nos comandos de segurança das Províncias e, especialmente, da sua interação com a população não-índia para que, através da mistura, incorporassem valores morais, língua, atividades econômicas e religiosas, entre outras.

Empenhados na *civilização* dos índios, a partir de 1840 o Governo Regencial passa a arcar com a vinda dos missionários capuchinhos, custeando as viagens e oferecendo-lhes o pagamento de diárias no valor de 500\$00. Leandro Mendes Rocha observa em seus estudos sobre os Missionários em Goiás, que a vinda dessa ordem religiosa para o Brasil ocorre em 1612, acompanhando a expedição organizada por Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière, durante a ocupação francesa do Maranhão. Anos depois, os capuchinhos foram recrutados nas diversas províncias monásticas da Europa e, com os portugueses, instalaram-se em outros lugares do Brasil, dedicando-se principalmente à catequese dos índios. Em 30 de julho de 1843, o Decreto nº 285 legisla sobre a presença dos capuchinhos atuando como missionários, enquanto que o Decreto nº 373 de 30 de julho de 1843 fixa as

---

<sup>89</sup>Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860, APMT.

regras que se deveria observar para a distribuição pelas Províncias do Brasil desses missionários<sup>90</sup>.

O Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1845, estabelece o “Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios”. Conforme afirma Manuela Carneiro da Cunha, o Regulamento de 1845 foi elaborado à luz do Diretório Pombalino, através de uma comissão que deveria examinar uma nova lei e propor medidas concretas. Sublinha a autora que o Regulamento das Missões foi o único documento geral do Império, sendo muito mais um documento administrativo já que ele prolonga o sistema de aldeamentos e o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios. Neste sentido, aldear os índios significava reuni-los e sedentarizá-los sob o governo missionário ou leigo; uma prática antiga, iniciada em meados do século XVI<sup>91</sup>.

Para Leandro Mendes Rocha, havia entre os diretores-gerais e os grandes proprietários rurais fortes relações de interesses e o Decreto nº 426/1845, possibilitava a espoliação das terras indígenas<sup>92</sup>.

Manuela Carneiro da Cunha considera, ainda, que no século XIX a questão indígena deixou de ser um problema de “mão-de-obra” para se converter numa “questão de terras”, com objetivo de alargar os espaços transitáveis da fronteira do Império. Tratava-se de restringir o acesso à propriedade fundiária e converter os povos em assalariados: negros libertos, índios e brancos pobres. Ou seja, a política de terras não estava separada de uma política de trabalho<sup>93</sup>.

Em linhas gerais, o Regulamento Imperial de 1845 apresenta estratégias administrativas para os aldeamentos e determina a nomeação de um diretor-geral para os índios em cada Província e um diretor para cada aldeamento - este subordinado e indicado pelo diretor-geral. Cada aldeamento, por sua vez, deveria criar uma tesouraria e um almoxarifado e, dependendo do estado em que ela se encontrasse, contaria com a presença de um enfermeiro cirurgião que poderia acumular o cargo de tesoureiro.

---

<sup>90</sup>Leandro Mendes Rocha. *Ibidem.*, 1988: 65. Cabe aqui lembrar que a presença de capuchinho Frei José Maria Macerata em Mato Grosso e entre os Guaná é datado no ano de 1817.

<sup>91</sup>Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Legislação indigenista no século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*. Editora da Universidade de São Paulo. Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992. 1992: 4, 11-12.

<sup>92</sup>Leandro Mendes Rocha. *O Estado e os Índios em Goiás (1850-1889)*. Goiânia: Editora UFG, 1998: 47.

Este Regulamento também determinava funções específicas para cada um dos nomeados. Ao diretor-geral cabia examinar as aldeias em todos os seus aspectos: habitações, atividades dos indígenas e características da sua população; responder pelos recursos destinados à lavoura e ao comércio; sugerir a localização dos aldeamentos, remover os indígenas ou reuni-los em um único local; tratar sem violência os índios de bom comportamento e vida industrial - permitindo que permaneçam em suas terras caso não queiram ser removidos e garantindo-lhes terras separadas das aldeias para uso particular. Além dessas atribuições, o diretor deveria indicar ao governo imperial o destino das terras que foram abandonadas pelos índios; observar locais de *índios errantes* enviando missionários a fim de catequizá-los e repassar aos diretores das aldeias ou missionários os objetos que deveriam ser distribuídos aos índios para o seu uso - como roupas, medicamentos, mantimentos - ou ainda para atrair-lhes a atenção e excitar o seu desejo e curiosidade; conceder licença aos comerciantes que quisessem se fixar nos aldeamentos ou apenas realizar negócios; primar pela segurança e tranquilidade no aldeamento através da Força Militar e, finalmente, elaborar relatório trimestral das atividades<sup>94</sup>.

O diretor do aldeamento deveria informar ao diretor-geral as necessidades presentes, designando terras de uso comum destinadas ao cultivo; distribuir aos índios objetos remetidos pelo diretor geral; nomear, suspender e despedir os pedestres e oficiais que estivessem a serviço do aldeamento; reter em prisão os indígenas ou demais pessoas que perturbassem o bom funcionamento das aldeias; providenciar o alistamento dos índios em estado de prestar o serviço militar, bem como introduzir no aldeamento a música instrumental. Por fim, o diretor do aldeamento deveria elaborar também um relatório trimestral. O missionário era o responsável pela instrução dos índios na religião cristã, na leitura e escrita, além de realizar o censo da aldeia; na falta de um diretor de aldeia, cabia ao missionário assumir tal papel<sup>95</sup>.

Ao tesoureiro cabia receber os recursos pertencentes à aldeia, qualquer que fosse a origem, recolhendo-os numa caixa, cuja chave era de responsabilidade do

---

<sup>93</sup>Manuela Carneiro da Cunha. *Ibidem.*, 1992:14 - 15.

<sup>94</sup>Decreto nº 426 – Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios. In Manuela Carneiro da Cunha. *Legislação Indigenista do Século XIX*. – Textos de Lei - 1992: 191 – 199.

<sup>95</sup>Decreto nº 426/1845, *ibidem.*, 1992:191 – 199.

diretor da aldeia. Deveria também efetuar os pagamentos e entregar os objetos sob sua guarda, prestar conta todo ano ao diretor-geral e substituir o diretor da aldeia em caso de sua ausência. Caso um aldeamento não necessitasse de um tesoureiro, tal ofício caberia ao almoxarife que entregaria os objetos aos indígenas e prestaria contas ao diretor-geral. O cirurgião era responsável pelos instrumentos cirúrgicos, medicamentos e enfermaria<sup>96</sup>.

Para a aplicação do Regulamento Imperial de 1845 em Mato Grosso, foi criada no ano de 1846 a Diretoria Geral dos Índios, com sede em Cuiabá. Em 7 de dezembro do mesmo ano foi nomeado Joaquim Alves Ferreira que assumiu a direção até 1850, quando foi substituído por Henrique José Vieira.

Alguns presidentes chegaram a relatar que as diretorias até então criadas em Mato Grosso foram feitas de forma burocrática e em gabinetes, sem que os administradores delegados tivessem experiências com os indígenas:

*(...) Entretanto para a cathequese e civilização dos Indios nada confio de planos ou directorias creadas somente no gabinete sem experiencia e conhecimento positivo dos costumes, indole e natureza de cada uma das tribus*<sup>97</sup>.

Os aldeamentos atendiam a várias conveniências. Por isso eram estruturados ou deslocados para regiões de disputas por frentes pastoris ou agrícolas e para áreas com presença de índios *selvagens*; podiam ser assentados em rotas fluviais e de tropeiros, acompanhadas de instalações militares, para servirem de infra-estrutura, e, ainda, de fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra. Muitos deslocamentos ocorreram também para as proximidades das cidades, como indica Manuela Carneiro da Cunha, atendendo aos colonos e aos estabelecimentos comerciais<sup>98</sup>.

Os relatórios oficiais do ano de 1840 só reconheciam em Mato Grosso cinquenta e três povos indígenas e muitos deles foram reunidos e transferidos através do Regulamento de 1845. Um exemplo é o caso da Freguesia de Albuquerque, onde os dezesseis grupos existentes foram reduzidos a nove ou dez. Os grupos que habitavam o Salto Augusto –região amazônica- também foram reunidos; os Kaiapó,

<sup>96</sup>Decreto nº 426/1845, *ibidem.*, 1922:191 – 199.

<sup>97</sup>Extracto do Discurso do presidente da Provincia do Mato Grosso, o Doutor Joze Antono Pimenta Bueno, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 1 de março de 1837. – Indios e População, p. 169, APMT

<sup>98</sup>Manuela Carneiro da Cunha. *Ibidem*, 1992: 18, 19 e 23.

que estavam em Santa Ana do Paranaíba, foram transferidos para o Piquiri; os Bororo Cabaçais foram reunidos nas proximidades do rio Jauru; nas margens do Juruena e Arinos criaram-se três novas aldeias, sendo uma dos Apiacá, distante do Salto Augusto; no arraial de São Vicente Ferreira foram aldeados os Kabixi; os Bororo Coroado foram reunidos nas proximidades do rio São Lourenço e no Pão Cerne foi criado um aldeamento para os Guarayos<sup>99</sup>.

As falas presidenciais registram a ocorrência de “resistência” dos indígenas no contexto da implantação dos aldeamentos. Essas ações foram identificadas como motivo da *selvageria* e por esta razão foi necessário o envio de bandeiras e praças de primeira linha para atemorizar os índios. A reação dos indígenas, também chamada de “teimosia”, foi observada principalmente entre os Bororo Coroado que, descontentes com a passagem da nova estrada para o Piquiri, nas proximidades da sua aldeia, matavam os moradores, camaradas e escravos do local. Os Paresi são descritos amedrontando os moradores da cidade de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) e os Kabixi abandonaram o cultivo no aldeamento - considerado de primeira qualidade- para explorar minérios. Os Kadiwéu também abandonaram o aldeamento, retirando-se para o outro lado do rio Paraguai e os Kayoá foram considerados malfeitores. Para o aldeamento desses grupos indígenas foi utilizada a força militar, com ações diretas do chefe de polícia, solicitada pelo Presidente da Província<sup>100</sup>.

Os recursos financeiros destinados à catequese nos aldeamentos em Mato Grosso deveriam custear as edificações, os instrumentos de trabalho dos indígenas, a confecção dos tecidos de algodão, aguardente, medicamentos, sal, materiais escolares e pagamento dos empregados que trabalhavam nos aldeamentos. Isso fez com que as despesas da Província aumentassem, sendo necessário elevar a receita e criar uma *rubrica* específica na tesouraria da Província, identificada por “catequese”.

O diretor-geral da Província, no ano de 1846, relatou extensivamente sobre o comportamento dos habitantes indígenas em Mato Grosso e a situação das aldeias regulares, declarando que os índios não abandonavam os costumes “primitivos”

---

<sup>99</sup>Registro das Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial (1841 a 1852). Livro nº 2, APMT.

<sup>100</sup>Registro das Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Livro nº 2, (1841 a 1852): 15- 16 e 61.e LATA 1852 A. Assunto Militar – Ofício do Chefe de Policia II Luiz

embora, os tivessem modificado, e que, mesmo submissos às autoridades, estas não tinham ingerência sobre seu regime ou direção<sup>101</sup>.

Após a criação da Diretoria Geral dos Índios em Mato Grosso, as autoridades locais comentavam que na província os aldeamentos ainda não atendiam ao Regulamento nº 426 e, por volta de 1847, um Presidente da Província confessa a sua esperança na aplicação do mencionado Regulamento para os devidos melhoramentos dos aldeamentos oficiais então criados. Declara que muitas disposições previstas no documento eram praticamente inexequíveis, especialmente pela carência, na província, de pessoas idôneas e dispostas a deixar suas ocupações cotidianas e a se sujeitar aos trabalhos de organização de uma aldeia regular:

*Não faltão absolutamente, na verdade, pessoas que por zelo do bem publico, ou por interesse privado directo ou indirecto, se prestem a administrar informações e a executar uma ou outra providência que lhes incumba a Director Geral a respeito dos Indios que habitão os districtos em que essas pessoas residem; porém há mais que difícil encontrar-se quem, com pretensão das suas occupaões habituaes, se sujeite aos incomunados e trabalhos que exige a organização de huma aldêa, qual prescreve o citado Regulamento. Estou inclinado a crêr que salvo raras excepções, só da Caridade Religiosa se pode esperar esta dedicação. Nesta persuasão, com quanto respeito as suas nomeações de directores parciaes feitos por meu Antecessor, e se conheça que recahirão em pessoas muito dignas estou pouco disposto a fazer outras nomeações, e só excepcionalmente as farei. He esta hum dos pontos da divergencia a que á cima allude, entre mim e o Director Geral cujas louvaveis intenções comprazo-me aliás em que reconhecerse<sup>102</sup>.*

Segundo a Diretoria Geral dos Índios, os aldeamentos que mais se aproximaram ao disposto no Regulamento foram os dos Guaná, na Freguesia de Albuquerque; dos kinikináo, na localidade denominada Mato-Grande; dos Terena e Laiana, aldeados na Vila de Miranda; dos Guarayos, denominada de Santa Ignez, na

---

Pedroso Duarte Subdelegado de Policia ap Senr. Augusto Leverger Presidente desta Provincia. APMT

<sup>101</sup>Noticia sobre os Indios de Matto-Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Seretario dos Negocios do Imperio, pelo Director Geral dos Indios da então Provincia. Joaquim Alves Ferreira nomeado Director Geral dos Indios por decreto de 7 de dezembro do anno de 1846. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios, APMT.

<sup>102</sup>Relatório de Presidente de Província 1841- 1851. Assunto: *Catechese e Civilização dos indigenas*. Ano 1847: 97. APMT.

cidade de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), e dos Paresi, na vila de Diamantino <sup>103</sup>.

Entre os aldeamentos criados na Província, o dos Guaná foi considerado pela Diretoria como o exemplar. Nas proximidades de Albuquerque, no lugar denominado Mato Grande, foi criado o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, constituído, em sua maioria, pelos índios Kinikináo. Estes haviam se retirado da Missão Nossa Senhora da Misericórdia, onde recebiam a catequese com os Guaná, e passaram a habitar em Mato Grande. Ali, suas ações foram condenadas pelo diretório-geral que sugeriu a presença de um diretor de aldeia para controlá-los.

O regime com os Kinikináo no Aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho procurava atender também aos Guaná que estavam em Albuquerque, pois, para alguns presidentes da Província, o benefício que se prestava a um, aproveitavam os outros:

*Aldêa de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup>. do Bom Conselho  
Debaixo desta denominação comprehende-se a Aldêa dos  
Guanás em Albuquerque; porque Guanás e Kinikináos são  
todos Guaná se alem disso, o beneficio se fazia á uns,  
aproveitava a outro <sup>104</sup>.*

Com o propósito de aplicar os dispositivos legais, previstos no Regulamento, foram contratados leigos e especialistas para trabalhar no aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho. Para Albuquerque foram encaminhados um diretor permanente e um missionário apostólico e, para administrar os índios aldeados em Mato Grande, foram contratados um diretor, um missionário apostólico, um professor de primeiras letras, um professor de música e uma mestra de costura.

Os baixos salários pagos aos empregados desse aldeamento foi motivo de constantes reclamações ao diretor-geral, principalmente por parte do diretor da aldeia e do professor de música de Mato Grande, que assumiram mais de uma função em razão de renúncias ocorridas. Os recursos destinados às instalações do aldeamento e

---

<sup>103</sup>Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Relatório do estado da catequese e civilização dos Índios de Matto – Grosso, apresentado ao Presidente da Província em data de 31 dezembro de 1858, pelo respectivo Director geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois Barão de Aguapehy. Ano 1848-1860: 131. APMT.

<sup>104</sup>Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Relatório do estado da catequese e civilização dos Índios de Matto-Grosso, apresentado ao Presidente da Província em data de 31 dezembro de 1858, pelo respectivo Director geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois Barão de Aguapehy. Ano 1848-1860:132. APMT.

ao pagamento dos empregados eram retirados de uma cota anual que não ultrapassava 500\$00 ou 600\$00. Com esta quantia era difícil encontrar pessoas dispostas a ocupar as vagas. Para se ter uma idéia, só o professor de música recebia 300\$000 e, mesmo assim renunciou ao cargo, considerando baixo o seu pagamento<sup>105</sup>.

Em todos os aldeamentos havia também o Chefe ou Capitão dos índios, um cargo assumido por um índio nomeado pelo presidente provincial ou pelo diretor-geral, batizado na religião cristã e que falava a língua portuguesa. Era a pessoa com quem os administradores estabeleciam boas relações e costumavam tratar diretamente. Porém, nem sempre a presença do Chefe ou Capitão na aldeia era motivo de respeito ou obediência, conforme se esperava. Taunay observou que os Guaná já não aceitavam mais chefe indígena. Os Kinikináo pouco caso faziam do seu chefe; os Laiana sujeitavam-se mais e os Terena observavam com indiferença, respeitando mais os seus líderes que o chefe<sup>106</sup>.

Esta consideração de Taunay demonstra que, mesmo com os poderes dos Capitães instituídos e nomeados pelo Império, os índios não deixaram de respeitar os seus antigos líderes. Contudo, o posto de Capitão representava certamente poder e provavelmente garantia alguma importância social, assim como o de alferes ou tenente, pois eram concedidos através de Cartas Patentes e autorizados pelo Presidente da Província, conforme documento abaixo.

*Pedindo ao Exmo. Governo a promoção de três Índios da Nação Guanás*

*Nº 10 - Illmo. E Exmo. Snr - Levo à presença de S. Exmo. as duas inclusas patentes do Tenente Bernardo da Costa e do Alferes Joaquim de Souza, ambos Índios de Nação Guaná os quais pedem ser promovidos o primeiro Posto de Capitão e o segundo ao de Tenente sobre o que cumpre-me informar a V. Ex<sup>a</sup>, pelas suas antiguidades nos Postos em que ora servem, como em atenção aos por elles prestados em sua Nação.*

*Igualmente peço a V.Ex<sup>a</sup> se digne promover ao Posto de Alferes ao Sargento Joaquim Manoel também da mesma Nação, por julgal-o merecedor dessa graça.*

*Deos guarde a V. Ex<sup>a</sup> Cuiabá 30 de abril de 1859 - Illmo. E Exm<sup>o</sup> Inr. General Joaquim Raimundo de Lanere;*

<sup>105</sup>Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848-1860: 132 e 133. APMT.

<sup>106</sup>Taunay. *Entre nossos índios*. 1931:12-13.



*Dignissimo Presidente da Provincia - João Baptista d'Oliveira, Director geral dos Indios*<sup>107</sup>.

Os índios provavelmente acreditavam que a Carta Patente lhes garantiria algum privilégio e aproveitavam tal documento para fazer pedidos e reivindicações. Isso pode ser observado no relato abaixo em que a filha um índio Guaná pede honras para o funeral e enterramento do pai. As autoridades consideravam importante não descontentar os índios, justificando que tal fato era realizado pelo “bem da catequese e da civilização”:

*Illmo. e Exmo. Senr. Tendo-me pedido o compm. mor dos índios Guaná Francisco Roiz do Prado 15 dias antes de sua morte que dezejava fosse sepultado os seus restos mortaes em lugar sagrado pr. sr batizado, visto o seo estado de emfermidade, e falecendo no dia de hontem, sua filha D. Maria Antonia fez-me nova requezição dizendo-me que seo pai tendo uma patente Imperial, seo funeral devia ser procedido de algumas honras militares, e parecendo-me de justiça sua requizição e mmo. Para contentamento da respectiva nação, bem exceto da catehequese e civilização dos mmos. Indios, rogo a V.Exa. sendo possivel ordenar a estação competente para huma pequena descarga ao baixar o respectivo cadaver à sepultura. Ds. Ge. A V. Exa. Cuiabá 12 de Maio de 1847*<sup>108</sup>.

As patentes de alferes, tenente e capitão entre os Guaná nos remete aos estudos realizados pelo etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira sobre os Terena. O autor considera que a sociedade Terena organizava -se, simultaneamente, em camadas ou estratos num sentido hierarquico: “os ‘naati’, ou os ‘Capitães’ e suas parentelas; os ‘wherê-taxané’, ou a gente comum, livre; e os ‘kauti’, ou os indivíduos de diferente procedência étnica, integrados na ordem tribal como cativos”<sup>109</sup>. A exemplo dos Terena, a reivindicação dos postos oficiais parece traduzir culturalmente elementos dessa dinâmica hierarquia dos Guaná.

<sup>107</sup> Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860: 100. APMT

<sup>108</sup> Ofício de Joaquim Alves Ferreira – Director dos Indios ao Illmo. E Exmo. Snr. Dr. João Crispianino Soares presidente desta Provincia. Lata 1847 A. APMT.

<sup>109</sup> Roberto Cardoso de Oliveira. *Enigmas e Soluções. Exercícios de Etonologia e de Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983:76 –77.

## **Expedições punitivas**

Outra atividade realizada no aldeamento dos Guaná, e de responsabilidade do missionário, era a inserção dos índios no serviço militar. Duas companhias criadas, uma com 80 praças e outra com 32 pedestres indígenas, foram destinadas ao Comandante do Destacamento Militar da Segunda Repartição, que incluía Cuiabá, Miranda, Coimbra e Albuquerque, a fim de receberem instruções disciplinares e manejos militares para servirem à Companhia de Guardas Nacionais. Os índios adquiriam patentes de Alferes e Tenentes, especialmente pelo *bom* comportamento e serviços prestados a seu povo.

Além da concessão de patentes e da carreira militar, os indígenas aldeados eram recrutados para participar das expedições de nominadas “bandeiras” - terminologia esta presente na documentação e que corresponde às expedições punitivas contra os índios tidos como selvagens da Província.

Por solicitação do presidente da província ao diretor-geral, os Guaná eram contratados como trilhadores e intérpretes e, posteriormente, encaminhados ao chefe de polícia para serem incluídos nas expedições contra os índios selvagens. As expedições punitivas procuravam afugentar os indígenas com apoio de um comando oficial guarnecido e armado. Para a formação das expedições, eram chamados, além dos índios aldeados, os não-índios que serviam ao comando militar e ainda, aqueles moradores de confiança do governo – identificados como cidadãos- que residiam nas localidades por onde os ataques ocorriam; estes eram convidados a participar das bandeiras como auxiliares<sup>110</sup>.

Há exemplos que demonstram a participação de vinte Guaná em bandeiras contra os índios Bororo Coroado no ano de 1857. O roteiro seguia as proximidades da estrada que ligava Goiás até São Paulo e cada expedição era formada por um grupo de aproximadamente dezesseis homens conduzidos por um índio na função de “trilhador” e um não-índio, identificado como “cidadão” e escolhido pelo Presidente da Província. Todos que participavam da expedição, contratados ou voluntários,

---

<sup>110</sup>As expedições punitivas eram consideradas Assunto de Segurança Individual e de Propriedade. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 - 1860: 77. APMT,

recebiam pagamentos pelo serviço prestado. Os trilhadores recebiam diárias e uma gratificação; os cidadãos, somente diárias <sup>111</sup>.

Os indígenas que participavam das expedições eram somente aqueles que já estavam recebendo a catequese e mostrado-se úteis ao governo. Os Terena, aldeados em Miranda, por exemplo, também serviram às expedições contra os Bororo Coroados, porém seus serviços foram dispensados pelo fato de terem um comportamento considerado pouco útil à catequese e somente servirem às expedições belicosas que eles mesmos denominavam “Enxotada de índios”. Provavelmente essas atitudes despertaram nos Diretores dos Índios e no Presidente da Província desconfiança e possibilidades de resistência por parte desses índios, preferindo, assim, dispensá-los <sup>112</sup>.

Esses acontecimentos, e ainda outras ações dos índios aldeados, foram razões para que o missionário e diretor da aldeia regular observassem que os aldeamentos não ofereciam segurança e, por esta razão, solicitaram à Diretoria Geral dos Índios proteção para os administradores que residiam nos aldeamentos. Sendo o número da população guanã superior ao de administradores e demais empregados, evitava-se causar qualquer descontentamento aos índios a fim de que não reagissem contra a vida dos demais habitantes. Um dos procedimentos tomados para evitar a revolta dos índios e defender os demais moradores que viviam nos aldeamentos, foi a organização de destacamentos interno conforme o relato abaixo:

*Illmo. e Exmo. Snr.*

*Pelo Offício junto datado de 31 de Dezembro do anno proximo passado, verá V. Exa. o apuro em que se acha Fr. Mariano Banhaia Missionario Apostolico encarregado da Cathequese e cevilização dos Indios de nação Guanaz Aldeados na missão de N. Senhora do Bom Conselho em Albuquerque pelo bem fundada do receio d'aquelles Indios tentarem contra sua existencia, por cuja razão o referido Missionario pede hum pequeno Destacamento para aquella Aldeia, não so para segurança de sua pessoa como para respeito e policia interna da mesma Aldeia; e julgando eu de justiça junto os meos rogos aos daquelle Missionario perante V.ex. afim de com esta medida não so evitar-se*

<sup>111</sup>Relatório. Presidente da Província General Barão de Maracajú. Nº 13, 1880:3 – 6. APMT.

<sup>112</sup>Relatorio de Presidente da Provincia nº 11. Fala com que o Exmo. Senr. Dr. José Pedrosa abriu a sessão. 1 de novembro de 1878. APMT.

*futuras consequencias, como levar-se ao fim os desejos de S. M. J. aos de V, Exa. na gloria de sua administração*<sup>113</sup>.

Para garantir o controle da aldeia regular foi necessário, além dos regulamentos e dogmas cristãos, a presença de outras forças que reprimissem qualquer iniciativa que supostamente pudesse romper com a sua estrutura. A força policial e militar, através dos quartéis e da própria polícia, foi instrumento disciplinador no processo de catequese e civilização dos indígenas, com o propósito de resguardar a ordem e a reprodução das práticas imperiais.

A documentação pesquisada apresenta indícios sobre diferentes iniciativas dos índios Guaná aldeados. Essas ações revelam que esses índios impunham um certo tipo de poder reconhecido pelos neobrasileiros. Transitavam em outras relações sociais externa ao seu grupo, assumindo interesses próprios.

Outra iniciativa dos Guaná que parece ter ficado fora do controle dos diretores dos índios, foi o desaparecimento de crianças indígenas dos aldeamentos.

Os “indígenas menores”, como eram identificadas as crianças pelos documentos oficiais, aprendiam a ler e a escrever numa escola primária instalada dentro da aldeia. Havia entre essas crianças aquelas que aprendiam ofícios de ferreiro, ourives e, em menor número, sapataria. Outras freqüentavam aulas de música, utilizando rabecas, flautas e clarinetas.

Aqueles que se destacavam nessas atividades eram encaminhados para Corumbá e Cuiabá. Nos trajetos realizados pelas crianças indígenas até Cuiabá, há ocorrência de possíveis desaparecimentos de crianças que passaram a ser procuradas pelo comando do chefe da polícia, conforme o documento abaixo<sup>114</sup>:

*Ilmo. E Exmo. Senr,  
Tenho a honra de devolver a V. Exa o officio original do  
Director dos Indios das Aldeias de Albuquerque datado de  
17 de março proximo passado, e de participar a V. Exa. que  
estão dadas as providencias para serem procurados os dous  
Indios menores de nação Guaná, Agostinho e José Vicente,  
que o Director diz haverem sido trazidos para esta capital*

<sup>113</sup>Ilmo. Exmo. Snr. Joao José da Costa Pimentel Prezidente d'esta Provincia. Joaquim Alves Ferreira - Director Geral dos Indios. Caixa anterior: 02 Caixa atual: 07 Doc. Nº 19.. Cuiabá 30 de janeiro de 1851. APMT.

<sup>114</sup>Ofício do diretor Antonio Maria Coelho para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Província. Albuquerque, 21 de agosto de 1858. LATA C 1858. APMT

*por Elias Antonio de Oliveira, e Antonio Lourenço. Deos Guarde a V. Exa. Cuiaba 14 de Abril de 1852*<sup>115</sup>.

Além desse acontecimento, outras estratégias de fugas foram também utilizadas pelos Guaná em seus aldeamentos numa possível reação ao Regulamento e aos poderes imperiais representados pelos administradores provinciais. Ciente disso, a Diretoria Geral criava cada vez mais mecanismos para seduzir e requerer a obediência dos índios. Um dos principais mecanismos utilizados foram os “brindes” doados como dádivas, mas que possibilitavam o estabelecimento de um pacto de interesses, configurado através das relações de troca.

### **Brindes ou trocas?**

Os “Brindes” eram a terminologia utilizada pela Diretoria Geral para designar os objetos e serviços oferecidas aos índios como propósito de estimulá-los ao trabalho e torná-los dependentes das autoridades. A foice, o machado, o facão e a enxada eram os brindes mais distribuídos e estavam contidos numa cota anual da *rubrica* catequese, garantida junto à Tesouraria da Província. Ainda fazia parte dessa rubrica o conserto das ferramentas dos índios, que somente era realizado em Cuiabá, além de gêneros alimentícios, fornecidos quando os mesmos se deslocavam para a capital a fim de realizar algum serviço, como pode ser observado no relato abaixo:

*No dia 2 do mesmo janeiro vierão a esta Cidade 8 Terenas de Miranda, que forão igualmente brindados com 1 machado e 1 foice a cada um, bem como com o necessário mantimento para a sua estada e regresso*<sup>116</sup>.

Os gastos variavam, dependendo da demanda de cada aldeia ou das atividades criadas para a *civilização* dos indígenas. A tabela abaixo é um exemplo de como essas distribuições eram feitas:

<sup>115</sup>Ofício de Silveira Fernandes de Araujo – Chefe de Polícia II, a Illmo. Senr. Cap. De Fragata Augusto Leverger – Presidente da Provincia .Cuiabá 14 de abril de 1852. Assunto Militar. APMT.

<sup>116</sup>Illmo. E Exmo. Snr`Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, Dignissimo Presidente desta Provincia = Henrique José Vieira, Director Geral dos Indios, nº 536, 28 de dezembro de 1852. Livro de Registro da Directoria Geral dos Indios 1848 – 1860 – 10: 18. APMT.

**Tabela 1: Despesas da Tesouraria da Província com os Aldeamentos**

<b>Relação</b>	<b>Valores</b>
Com a <i>Aldeia de Ignex</i> em Mato Grosso	250\$000
Com a compra e transporte de 2 sinos para o Baixo Paraguai	225\$050
<b>Com o tacho de cobre para os índios aldeados no Piquiri</b>	43\$875
Consertos de ferramentas dos Guanás aldeados no Porto	23\$550
Papel, penas, canivetes, tinta e lápis para a escola da Aldeia do Bom Conselho	18\$720
Importância de brindes a 6 Bakairi	57\$870
Consertos de ferramentas de 10 Guaná de Albuquerque	30\$400
Importância dos medicamentos remetidos ao Frei Mariano de Banhaia	41\$740
Sepultura a um índio na Igreja da Boa Morte	12\$000
Importância de 34 foices e 9 facões comprados a Francisco da Costa Garcia para brindes dos Índios	102\$200
Importância de 22 machados, 30 enxadas, 50 c. de baeta e 171 $\frac{1}{4}$ de pano de algodão comprados a Luiz da Fonseca Moraes	254\$100
<b>Total</b>	<b>1:059\$505</b>

Fonte: Despesas com a catechese e civilização dos Índios no decurso do financeiro de 1851 a 1852. Livro de Registro da Directoria Geral dos Índios 1848 – 1860. Prestação de Contas na Thesouria onde foram apresentados os documentos que as legalizam, 18 de dezembro de 1852. APMT.

A tabela 1 apresenta despesas com sinos, tacho de cobre, consertos de ferramentas, papel, canivetes, tintas, lápis e medicamentos destinados aos Guaná. Alguns Presidentes questionavam os pedidos realizados pelos índios, alegando que estes recebiam alta remuneração pelos seus serviços com a extração da poaia e com a navegação fluvial, porém não deixavam de conceder os “brindes”, provavelmente pelo temor de lhes desagradar:

*...)* Continuei durante o anno a brindar a outros Indios de diversas Nações sejão, Guanás, terenas, Guatos [...] como o que aqui me procuram sucessivamente reclamando-os, e com quanto sejam excessivamente as suas exigencias, não posso com tudo deixar de attende-las em parte para não desgosta-los”<sup>117</sup>

Além dos “brindes”, previstos na rubrica catequese, também constava no orçamento da Província a distribuição de aguardente, enquanto método de persuasão que favoreceria a boa relação dos índios com os neobrasileiros.

<sup>117</sup>Relatório de 1855. Livro de Registro da Directoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860: 65. APMT.

*Illmo. e Exmo. Sr.*

*O meu maior desejo he que V.Exa. tenha feito feliz viagem. Incluso apresento a V.Exa. os pedidos documentados da importância da aguardente que V.Exa. mandou se distribuísse aos Índios Guanás e Kinikinãos, e dos gêneros distribuídos aos Índios que seguirão para a Capital. Julgando eu que a aguardente distribuída deva ser paga pela rubrica catechese, por isso que faço pedido nesse sentido<sup>118</sup>.*

Os “brindes”, conforme se apresentam na documentação pesquisada, são considerados dádivas pois não haviam outros objetos visíveis para a formalização da troca; contudo, neles estavam presentes um duplo interesse: por parte das autoridades, em estabelecer relações pacíficas com os índios, torná-los dependentes e sujeitos a uma certa obediência às leis, mudando assim seu comportamento; e por parte dos índios, em serem atendidos pelas autoridades. Negociava-se, portanto, havendo na relação, uma troca velada, beneficiando ambas as partes.

Além da troca através dos objetivos e da aguardente, havia outra categoria de relação que se estabelecia com os índios. Estas eram realizadas, através de procedimentos jurídicos e contratuais: as prestações de serviços.

### **Os contratos de trabalho**

A prestação de serviços dos Guaná estava voltada fundamentalmente para atividades de tripulação de canoas, extração de poaia, descarregamento de navios, serviços militares, lavoura e corte de lenha. Era m realizadas a particulares ou ao serviço público, através de contratos legalmente assinados entre ambas as partes e encaminhados para Cuiabá, onde se efetuava o pagamento.

Os contratos de prestação de serviços deveriam ser escritos e, intervir um Curador - nomeado pela pessoa do Juiz – a fim de obrigar o locatário a cumprir com o pagamento estipulado e batizar o locador, que neste caso era um índio. O Regulamento de 1845 e o Aviso 02/09/1845 consideravam o contrato de trabalho

---

<sup>118</sup>Ofício de Antonio Maria Coelho- Diretor dos Índios - para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Província. Albuquerque, 21 de agosto de 1858. LATA C 1858, APMT.

instrumento formal que garantia poderes ao Estado Imperial sobre as ações de ordem privada, legitimando a constituição da mão-de-obra assalariada.

O Aviso de 02/09/1845 – *Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias*- declara que para prevenir a continuidade de muitos indígenas prestarem serviços a particulares sem perceber salários, e trabalhar como cativos - identificados como “escandaloso abuso” - caberia ao Juiz de órfãos da Província ir à presença de todos os indígenas que assim se encontravam, para indagar se eram bem tratados e ainda queriam continuar a servir nas casas onde se achavam ou serem transferidos para qualquer dos aldeamentos já existentes a partir do Regulamento nº. 426<sup>119</sup>.

Em Mato Grosso, os indígenas aldeados eram representados por um Procurador que respondia por eles perante à justiça ou às autoridades, por serem considerados ainda incapazes de responder mediante processos judiciais. O que se observa é que a constituição do Estado Imperial procurava se afirmar cada vez mais através dos instrumentos legais e das suas diferentes representações<sup>120</sup>.

*(...) Cheguei a Albuquerque e de acordo com os Directores das Aldeias fiz organizar uma Companhia de sessenta Índios (trinta e oito kinikinós e Vinte e dois Guanás) cujo os nomes contarão inclusos relações, que por Cópia passo as mãos de V. Exa. por esta mesma gente mandei tirar (...) e fazer lenha em quanto outro serviço se não oferece. Delles são os dez homens que seguem nesta ocasião para essa cidade tripulando as duas canôas com os quinze praças e um alferes que vierão de Villa Maria. Os índios organizados resceberão duzentos reis por dia alem do sustento. Encarreguei por ora, o capitão Manoel Jose de Carvalho de dirigi-los<sup>121</sup>.*

O pagamento dos índios prestadores de serviços era feito em Cuiabá, e para lá se dirigiam portando um documento, a qual declarava o serviço prestado e o valor a ser pago. Tal documento deveria estar assinado pelo comandante militar ou pelo diretor dos índios, como se pode observar no relato abaixo:

<sup>119</sup>Aviso 02/09/1845: Ministerio da Justiça, 3ª Secção – Circular - Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Legislação indigenista no século XIX* 1992: 201.

<sup>120</sup>Aviso 02/09/1845, *ibidem.*, 1992: 201.

<sup>121</sup>Ofício do Capitão Comandante Antônio Peixoto para Capm. de Mar e Guerra Augusto Leverger Presidente e comandante da Província. Assuntos Militares, nº 84. Lata 1854 APMT



*Devendo mandar para essa cidade um batelão conduzindo o Arquivo, Bandeiras e Estand. Da extinta Legião de Linha, com bem difficuldade o faço pela falta de viveres e mais soccorros; sendo conductor de tudo o Sarg.to João Luiz Ferro, e empregados na tripulação cinco Índios Guanás, para serem pagos na forma declarada pela Guia que os acompanha*<sup>122</sup>.

Os valores pagos aos índios variavam de acordo com as atividades realizadas. Para o trilhador, 55#200 diárias. Nas descargas dos navios, oito mil réis e no comércio em geral os Guaná chegavam a receber aproximadamente oito mil réis<sup>123</sup>.

Antes do Regulamento de 1845, os Guaná já comercializavam os artigos e materiais que fabricavam. Para este fim, deslocavam-se pelos rios Paraguai e Cuiabá, realizando incursões até a capital da Província. A partir da nova regulamentação, esse comércio passou a ser controlado e fiscalizado com o objetivo de garantir que as rendas fossem aplicadas segundo as necessidades dos aldeamentos e das Ordens Imperiais.

Provavelmente, este foi um dos motivos que levou muitos Guaná à recusa de determinados serviços, impondo-se de forma sutil na relação com os diretores da aldeia regular, que, em determinados momentos, cederam, para não criar resistência por parte dos índios. Nesse jogo de forças e poderes pode-se considerar que os Guaná tinham a sua importância para a administração local e nem sempre aceitaram as imposições das autoridades, submissos a elas. Em diferentes momentos poderiam ter conduzido os acordos e, quem sabe, determinando as ações nos aldeamentos. Alguns sinais apresentados desde o ano de 1835 pode conduzir também a esse pensamento:

*He forçoso por na presença de V. Exa. que além das difficuldades que em outras occaziões offerecem os Indios Guanas p<sup>a</sup>. tripularem as canoas desta frontr<sup>a</sup> á essa Capital, nesta occaz. m. reportarão com total desprexo ao serviço; porem faltando-me os necessarios recursos, e meios de serem punidos; chegando-me antes a maior prudencia os pude conseguir pagando-lhes adiantado e da m<sup>a</sup> algibeira 4#800 rs por viagem a cada hum, fornecendo-lhes igualmente a m<sup>a</sup> custa os socorros de bocca que consta da guia que com este faço chegar as mãos de V. Ex.*

<sup>122</sup>Ofício. Illmo. e Exmo. Senr. Vice-Presidente Andre Gaudie Ley, Joze Rufo de [...] - Capm. Comme. Militar. Quartel de Albuquerque, 15 de julho de 1833. Lata 1833 B, APMT

<sup>123</sup>Ofício. Illmo. e Exmo. Sr. Tem. Corel. Albano de Souza Osorio, vice-presidente da província do Chefe de Polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, 25 de novembro de 1857.

*supplicando que seja o (r) correspondente pagam° a quem para o receber fizer minhas vezes; exceptuando porem 4#800 que vai p<sup>a</sup> receber na Thezouraria hum paizano anexo na m<sup>a</sup> guia <sup>124</sup>.*

Os contratos de trabalho estavam diretamente vinculados aos assuntos militares. O chefe de polícia era responsável pela punição daqueles que não estavam cumprindo os deveres estabelecidos no contrato. Porém, os procedimentos punitivos aos indígenas não eram discriminados no documento e, a exemplo desta prática, pode-se observar o castigo aplicado a um Kaiapó, conforme a transcrição abaixo:

*Illmo. e Exmo. Luiz Angelo de Oliveira representou-me que tendo tomado em locação os serviços do Indio Julião, de Nação Caiapó, adiantando-lhe cerca de duzentos mil reis, o dito Indio não só se ausentou pouco depois de sua companhia, como seduzio e carrea mais tres Indios que á tempos lhe estão prestando serviços por titulo identico, pelo que requereo-me uma providencia que ao tempo que corrigisse a esto servisse de exemplo dos outros, a prisão simples me parece pouco efficaz, por que a ociosidade é o que mais aprecia esta gente, podese dizer que lhes é congenita, se porem forem obrigados a trabalhar por algum tempo no Arsenal de Guerra sempre que assim procedão, e os interessados consenhão, como no caso em questaom, sem que percebão mais do que a alimentação, me persua do que procurarão evital-o tornando-se mais zelosos no cumprimento de seos trabalhos, e procederão de melhor fé: é pois meo fim pedir a V. Exa. autorização para pôr em pratica esta medida, se nella não houver inconveniente e V.Exa, a approvar expedindo neste caso a conveniente ordem para aquella Repartição <sup>125</sup>.*

O não cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços pelo Kaiapó resultou em trabalhos forçados no Arsenal de Guerra em Cuiabá, com o objetivo de corrigir a *ociosidade* de maneira mais eficiente, pois ali o índio estaria a todo momento ocupado e vigiado. Podemos supor que esta ação estendia-se aos outros índios da Província, entre eles os Guaná, sob a condição de aldeados.

O documento também revela o deslocamento de indígenas para outras províncias, autorizado pelo diretor -geral, com o objetivo de prestarem serviços. No

<sup>124</sup>Ofício. Ao Illmo. e Exmo. Senhor Antonio Pedro de Alencastro ao Presidente da Província, José Rufo de Pinho LATA C 1835. APMT.

<sup>125</sup>Ofício. Chefe de Policia - Joaquim Augusto de Holland Costa Freire, ao Illmo. e Exmo. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente d'esta Provincia - Secretaria de Policia em Cuiabá 11 de junho de 1858. LATA 1858 A . nº 76. APMT.

ano de 1858, vinte e oito Kaiapó que trabalhavam na navegação da Província deslocaram-se para Piracicaba realizando duas viagens no mesmo ano. Segundo o subdelegado de polícia que inspecionava esses mesmos índios, a aldeia sofreria prejuízos de 840\$ a 120\$ com esse deslocamento. È possível que este fato tenha ocorrido com os demais indígenas a fim de prestarem serviços, inclusive a particulares<sup>126</sup>.

Os diretores das aldeias eram também controlados para que executassem as determinações previstas no Regulamento, bem como o cumprimento e renovação dos contratos de prestação de serviços. Entre as principais acusações atribuídas aos diretores, constam: as saídas, ou provavelmente fugas, dos índios de seus patrões e das aldeias para realizar serviços aos próprios diretores. Outra irregularidade considerada foi a doação de indígenas aldeados pelo diretor a outros particulares, além de utilizar os serviços dos índios em seu próprio benefício<sup>127</sup>.

No ano de 1858, um contratante dos serviços do s Guaná, encaminhou um Requerimento ao então Presidente da Província - Joaquim Raimundo de Lamare - considerando que o diretor do aldeamento em Albuquerque - Antonio Maria Coelho - estava usando para benefício particular, os serviços dos Guaná aldeados e, por esta razão, não revalidou os contratos de trabalhos dos mesmo índios. A resposta desse diretor, diante das acusações recebidas, revela um panorama das relações não-oficiais que ocorriam dentro dos aldeamentos.

O diretor do aldeamento considerou que as acusações eram falsas e alegou que não revalidou os contratos de trabalho dos quarenta e oito Guaná, porque todos os índios foram contratados informalmente. Além disso, os quinze Guaná que saíram para realizar outras atividades, não estavam sujeitos a nenhum compromisso, por isso, nenhum direito sobre os índios tinha o autor do requerimento, a não ser sobre a dívida:

*Havia eu, quando para tal fim fosse autoridade de revalidar contactos quer importavão um roubo da propriedade do Indio, representada no trabalho do mesmo, em favor de uma fortuna amontoava na sua totalidade com o suor d'aquelles infelisis e a beneficio de um individuo que tudo monopolisa*

---

<sup>126</sup>Avulsos. LATA 1858 A . APMT.

<sup>127</sup>Ofício. Ao Illmo. e Exmo. Snr Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lama do Digma. Antonio Maria Coelho. Albuquerque, 16 de novembro de 1858. LATA 1858 D. APMT.

*aggravando barbaramente a situação da classe pobre da fronteira do Baixo Paraguay ?*<sup>128</sup>

Antônio Maria Coelho também questionou o valor de oito mil réis mensais, pago aos índios contratados, observando que o comércio garantia essa quantia ou mais aos índios, e que em Corumbá pagava-se dois mil reis por dia ao índio que quisesse trabalhar nas descargas dos navios. O diretor da aldeia defendeu-se que fora fiel ao papel de administrador de uma aldeia regular no propósito de instruir os índios para a “civilização, amor ao trabalho e vida com dignidade através da liberdade”:

*(...) ao assumir o cargo de Director das Aldêas de Indios deste Districto, entendí que era necessario libertar o Indio da opressão servil a que se achava manietado, que era necessario inocular no espirito do mesmo a idêa de que devia elle viver na sua descendência para que podesse o mesmo amar o trabalho, e viver com dignidade, como acontece com o homem civilizado, que era mister franquear-lhes a liberdade do trabalho, para desenvolver-lhes a propensão e o amor as artes, e por isso applaudi cordialmente as Ordens de V.Exa, mas quão longe estava em de pensar que na pratica de tão sublimes dectamir, no cumprimento de Ordens tão sensatas quanto civilizadoras fossi julgado o maior de seos cumplices em vez de seo primeiro e fiel executor!*<sup>129</sup>

Os relatos possibilitam perceber que os contratos de trabalho indígena não seguiam rigorosamente a legislação e que outros acordos também ocorriam na informalidade. Outras acusações contra os diretores das aldeias regulares também foram registradas durante a década de 1870, como foi o caso do diretor da aldeia Guaná do rio Taquari. Ele fora dispensado por cometer abusos e arbitrariedade com os poucos índios que ali habitavam<sup>130</sup>.

A prestação de serviços pelos indígenas foi uma das propostas estimuladas através dos aldeamentos, com objetivo de retirar os índios da “ociosidade” e transformá-los em “cidadão”. A presença do diretor da aldeia e do diretor geral como

<sup>128</sup>Ofício. Illmo. e Exmo. Snr Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lama Digmo. Presidente desta Provincia. Antônio Maria Coelho – Director . Albuquerque, 18 de novembro de 1858. LATA 1858 D. APMT.

<sup>129</sup> Ofício. Illmo. e Exmo. Snr Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lama Digmo. Presidente desta Provincia. Antônio Maria Coelho – Director, Albuquerque, 18 de novembro de 1858. LATA 1858 D. APMT.

<sup>130</sup> Relatorio de Presidente da Província de Mato Grosso nº 9 . Exmo. Senr.General Herny Ernesto da Fonseca em 4 de março de 1878. Assunto: Catechese. APMT.

tutor vinculava-se a idéia de que o índio ainda não estava civilizado para viver na sociedade, não tinha emprego regular, não acumulava riquezas nem respeitava o Estado Imperial.

Embora as experiências disciplinares dos aldeamentos tenham garantido alguns resultados para a inserção dos indígenas na sociedade imperial, alguns limites e problemas inviabilizaram a aplicabilidade do Regulamento de 1845 na Província de Mato Grosso.

Conforme a documentação pesquisada, a estrutura dos aldeamentos na Província, após a criação da Diretoria Geral dos Índios, manteve-se precariamente em razão das poucas pessoas dispostas a administrá-los conforme determinava o Regulamento <sup>131</sup>.

Outro aspecto acentuado pelos presidentes de província foi que o desempenho dos diretores não correspondia ao ônus empregado pela província e que suas atividades, ao contrário do que determinava o Regulamento de 1845, limitavam-se à distribuição de objetos aos índios que se deslocavam para Cuiabá:

*O serviço com a direcção dos indios, na provincia não é o que a lei quer que seja e muito converia que fosse. Limita-se ao méro serviço de distribuição de (...) aos indios que os procuram na Capital, por já estarem aisto avisado, e este é mister dizel-o, tem quasi que abidicado os antigos habitos selvagens. A maior necessidade que há na provincia no sentido de catechisar os indios é a de missionarios. Com elles estou convencido de que as causas mudaram de face. Convergingdo ao mesmo da civilização uma grande parte das familias errantes, lucraria então a lavoura que detinha a falta de braços entre os trabalhos. Sobre isto ja mantenho intelligenciado com o Governo Imperial, cujas ordens aguarde (...)* <sup>132</sup>.

Além dos diferentes aspectos ressaltados nos Relatórios da Diretoria Geral dos Índios e dos Presidentes da Província, sobre as razões pelas quais os aldeamentos não obtiveram o resultado esperado, também apontam a falta de administradores leigos experientes para o trabalho com a catequese dos índios. Para alguns

<sup>131</sup>Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. *Relatorio do estado da catechese e civilização dos Indios de Matto – Grosso*, apresentado ao Presidente da Província em data de 31 dedezembro de 1858, pelo respectivo Director geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois Barão de Aguapehy. Ano 1848-1860:132. APMT.

<sup>132</sup>Relatorio de Presidente da Província - Francisco José Cardozo Junior, nº 6, 1872 :169. Indios II. APMT.

presidentes, apenas no “Baixo Paraguai” os resultados foram satisfatórios, conforme o relato abaixo:

*Para domesticarmos as nações, que indiquei, forão-nos necessarias immensas despezas, e pelo que respeita ao Baixo Paraguay, único ponto onde fomos mais felizes, o concurso de occurrencias favoraveis; por quanto, cercados de nações inimigas, e sujeitas aos presidios e forças millitares que alli temos sempre conservado, não lhes restava outro partido senão o de acceitar nosso repetidos presentes, que até hoje recebem. Não faltavão todavia planos, regulamentos, e repetidas ordens pela mor parte infructiferas, ao mesmo tempo que os Jesuitas Hespanhoes, sem idéas abstratas, nem laborar em bellas theorias, cathequizarão todas as nações que procurarão, ainda aquem do Guaporé e Mamoré, e derão, pelas forças de que dispunhão, por mais de uma vez cuidados á Corte de Lisboa, e Madrid<sup>133</sup>.*

A um olhar mais atento sobre os relatos que traduzem as avaliações oficiais sobre a deficiência da catequese com os povos indígenas da Província de Mato Grosso, observa-se que não há ênfase nas “resistências” dos índios, nem as diferentes iniciativas como “guerras”, “fugas”, não cumprimento dos “contratos de trabalho” entre outras. Contudo, fica evidente que essas ações também inviabilizaram a permanência de administradores nas aldeias e dificultaram o seu controle.

Embora em Mato Grosso a aplicação do Regulamento de 1845 tenha sido avaliado pelas autoridades como pouco frutífero diante do que ele propunha, pode-se visualizar, pelos fragmentos dos textos que ele motivou, o deslocamento de grupos indígenas para diferentes lugares, a fim de servir às expedições punitivas, prestar serviços a particulares, e, ainda, na própria formação das aldeias regulares através de reunião e deslocamentos de grupos.

A experiência dos Guaná com os aldeamentos possibilitou uma diversificação maior das suas atividades econômicas. Os documentos indicam que em meados da década de 1820 esses índios já comercializavam seus produtos em Cuiabá, estabelecendo trocas com a população citadina. Durante essas viagens, organizavam acampamentos temporários no Porto e muitos acabaram se fixando na capital em residências de particulares ou em suas próprias habitações<sup>134</sup>.

<sup>133</sup>Relatorio de Presidente da Província nº 6 - Francisco José Cardozo Junior, 1872 :169-170. Índios II, 169-170. APMT

<sup>134</sup>Ofício de José Maria Macerata. *Ibidem* 1843:5. IHGB e Hércules Florence, *ibidem.*, 1977:103-106.

Outro aspecto importante a ser observado é que a partir do Regulamento de 1845 intensifica-se o deslocamento desses índios para Cuiabá. A capital da Província de Mato Grosso passou a ser a sede da Diretoria Geral dos Índios e a administrar a catequese instituída nos aldeamentos. Por esta razão, a nomeação dos administradores e demais profissionais para trabalhar nos aldeamentos era feita em Cuiabá, bem como a contratação dos indígenas que trabalhavam em serviços público ou particular. Os indígenas que não residiam na capital tinham que se deslocar a fim de receber o pagamento pelos serviços prestados. Outra prática comum era a permanência de indígenas em Cuiabá para reivindicar objetos como machado, foice, espingarda, consertos de ferramentas, aquisição de bens de consumo, ou ainda fazer pedidos, reclamações e reivindicações ao presidente da Província sobre questões referentes aos aldeamentos.

A Diretoria dos Índios organizava também as expedições punitivas e bélicas com apoio dos chefes de polícia. A composição dos grupos, a rota e o planejamento eram organizados em Cuiabá. Os índios contratados serviam como trilhadores e só depois de estarem formados e armados é que seguiam para os lugares determinados.

O movimento dos Guaná pelas ruas de Cuiabá era bastante visível em meados da década de 1820, porém intensificase entre os anos de 1843 a 1846; primeiro, porque esses índios serão instalados num aldeamento, nas proximidades do porto da cidade e, segundo, pela instalação do Regulamento de 1845, com a criação da Diretoria Geral dos Índios em 1846.

Cuiabá passa, então a receber diferentes indivíduos e grupos indígenas que vão compondo a sua população e sua organização social, constituindo visivelmente um espaço da diferença mesclando trocas e combinações culturais intensas entre seus ocupantes. Torna-se um núcleo convergente dos povos indígenas aldeados na Província. Muitos que por ali transitavam acabaram fixando moradia na cidade ao seu entorno.

## A FACE INDÍGENA DE CUIABÁ



Antes de tratarmos do aldeamento dos Guaná em Cuiabá, é importante visualizar uma face dessa cidade no século XIX, retratar um fragmento específico de alguns grupos sociais que davam movimento e ritmo a esse lugar. Além do subgrupo Guaná, outros indígenas também participaram da configuração social e histórica de Cuiabá, interagindo com o espaço citadino. Esse movimento de índios transitando pelas ruas, habitando o porto, estabelecendo trocas, viajando em canoas pelo rio Cuiabá, compunha o tecido urbano da capital da província de Mato Grosso.

Cuiabá está situada no centro-sul-americano e localiza-se à margem esquerda do rio do mesmo nome. Predominam em sua paisagem florística o cerrado, as matas de galeria e planícies inundáveis; seu relevo é constituído fundamentalmente por terrenos revolvidos pela exploração de minérios.

A ocupação de Cuiabá foi influenciada, ao longo do século XVIII, pela política de povoamento ditada pelo Diretório Pombalino de 1757. Como a migração livre era pequena e a inclusão de escravos limitada pela miséria da maior parte dos moradores, a solução para o aumento populacional e demográfico foi deslocar grupos indígenas e incorporá-los aos demais habitantes. A mestiçagem foi o procedimento adotado pela Coroa Portuguesa com o propósito de povoar os espaços, conforme analisa Jovam Vilela da Silva<sup>135</sup>. Cuiabá, portanto, no século XIX, estava formada, na sua maioria, por índios, negros livres e escravos e ainda seus descendentes.

Desde a sua fundação como Vila Real do Bom Jesus, em 1º de janeiro de 1727, Cuiabá se constituiu num importante núcleo de povoamento, embora não tenha sido a primeira capital. Ao criar a capitania de Mato Grosso, o governo metropolitano, por razão nitidamente de fronteira, instalou a sede do governo em Vila Bela da Santíssima Trindade. Somente em 1835 a capital é transferida para Cuiabá.

---

<sup>135</sup>Jovam Vilela da Silva. *Mistura de cores. (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso - Século XVIII)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995: 323-325.

Entre os anos de 1818 e 1821, Cuiabá recebeu de Vila Bela, através de transferência, a junta da Fazenda, o Desembargo do Paço e a Casa da Fundação do Ouro. Em 1828, já possuía a maior densidade demográfica em relação aos demais núcleos populacionais, assim como reunia requisitos de maior liderança econômica e militar. Em 1833, passou a sediar o Bispado da Província de Mato Grosso, criado no ano de 1826, através do Bispo Dom José Antônio dos Reis e, em 1835, por lei provincial nº 19, de 28 de agosto, Cuiabá foi declarada capital da província, assumindo oficialmente a liderança econômica e política de Mato Grosso<sup>136</sup>.

A nova capital sediava a administração jurídica e burocrática da Diretoria Geral dos Índios, criada com o Decreto Imperial nº 426 de 24 de julho de 1845, que estabeleceu o “Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios”. Todos os procedimentos oficiais para a implantação e o controle dos aldeamentos na Província de Mato Grosso eram planejados, formalizados e administrados em Cuiabá, através dos Diretores Gerais, do Presidente da Província e da Chefatura de Polícia.

Além desses representantes, a Tesouraria da Fazenda era a instância responsável pelos investimentos na catequese e todos os recursos financeiros destinados aos aldeamentos e civilização dos indígenas - entre eles, as cotas e despesas dos materiais e objetos encaminhados aos aldeamentos, alimentação e diárias concedidas aos índios que se deslocavam para Cuiabá, pagamento dos empregados das aldeias, bem como dos indígenas que prestavam serviços públicos à Província e para outros particulares - provinham da Tesouraria da Província.

Em Cuiabá, a Chefatura da Polícia, criada pela Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841, também se prestava a apoiar e executar ações diretamente relacionadas às questões indígenas. Através do Regulamento nº 120 de 1842, os chefes de polícia, juizes municipais, delegados e subdelegados, passavam a executar ações correspondentes aos procedimentos policial e processo criminal. Este Regulamento já previa que o Chefe de Polícia de cada província deveria residir na capital, ser nomeado pelo Imperador e escolhido entre os desembargadores e juizes de direito. Todas as questões referentes aos indígenas, aldeados ou não, eram tratadas como assuntos militares e de responsabilidade também da polícia. Quando havia

---

<sup>136</sup> Maria Adenir Peraro. *Farda, Saias e Batina. A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853 -90*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, janeiro de 1998:4.

ocorrências de infração que negligenciavam as normas legais e morais, e ainda quando havia resistência na formação dos aldeamentos, a polícia agia de maneira a atemorizar os índios forçando-os, através de serviços forçados e penas-reclusão, a cumprir os requisitos da lei.<sup>137</sup>

A polícia detinha o controle de todos os acontecimentos que ocorriam dentro dos aldeamentos, entre eles os registros de batizados, recrutamento e fugas dos índios, agressões e mortes; os contratos de trabalho, passaportes para deslocamentos de índios para outras províncias, listagem dos índios que se dirigiam para Cuiabá. Qualquer das ações acima explicitadas eram encaminhadas oficialmente ao chefe de polícia pelo diretor da aldeia e diretor geral, através de ofícios e relatórios. Enfim, a Chefatura de Polícia, a Diretoria Geral dos Índios, a Tesouraria da Fazenda e o Presidente da Província eram as instâncias que trabalhavam em conjunto para assegurar a “civilização” dos índios e a “ordem” na Província. A formação de um Estado Imperial supervisor e burocrático se apresenta fortemente através da criação desses órgãos na capital da Província de Mato Grosso<sup>138</sup>.

Com a instalação desses aparelhos administrativos em Cuiabá, os índios aldeados se deslocavam para a capital a fim de receber o pagamento pelos serviços prestados, reivindicar equipamentos agrícolas - machado, foice, espingarda - consertos de ferramentas, gêneros alimentícios, pedidos ou reclamações ao presidente provincial sobre questões referentes aos aldeamentos, receber cartas patentes para o posto de chefe do seu grupo, ou, ainda, para responder algum processo criminal ou cumprir pena-reclusão na cadeia pública de Cuiabá.

Em meados do século XIX Cuiabá era constituída pela freguesia da Sé, considerada seu núcleo central. Ali estavam edificadas os principais prédios públicos, igrejas e logradouros, o largo da Matriz e à sua frente, do outro lado, a casa

---

<sup>137</sup>Código do Processo Criminal de primeira instancia. Regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1842. Regula as partes policial e criminal da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841. Araujo Filgueiras Junior - Bacharel em Direito. Tomo II. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert Rua Ouvidor, 66. 1874. APMT.

<sup>138</sup>Regina Horta Duarte analisa que o aparelho administrativo para o exercício metódico e despersonalizado das funções públicas fez-se sentir na década de 1840 e, muito mais que uma estatização da sociedade, o movimento é direcionado para a *governamentalização* do Estado, com a criação de práticas voltadas para o controle da população em seus menores detalhes. Ver em *Noites Circenses. Espetáculos de Circo e Teatro em Minas Gerais no Século XIX*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995:45.

da Câmara com a cadeia no andar térreo. Ao lado esquerdo da Matriz estava o largo do Palácio, em frente ao prédio que abrigava a residência dos presidentes de Província e a sede do Governo Provincial. Nesses largos localizavam-se também os prédios da Tesouraria, do Correio e do Comando das Armas.

A freguesia de São Gonçalo de Pedro II – onde estava localizado o Porto Geral, constituía através do rio Cuiabá, lugar de trânsito e comunicação com as demais províncias e comércio, o que possibilitou o surgimento de aglomerados de casas. Esta freguesia era ligada ao largo da Matriz pela rua conhecida como Caminho do Porto e que recebeu o nome de rua Bela do Juiz (atual Treze de Junho), cujas construções eram de caráter mais nobre. Compunham também o termo de Cuiabá as suas freguesias rurais: Nossa Senhora das Brotas (transferida em 1864 para Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima), Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Livramento e Santana da Chapada dos Guimarães<sup>139</sup>.

É possível imaginar o constante movimento de índios pelas ruas de Cuiabá, especialmente a partir de 1845, com a implantação dos aldeamentos na Província. Muitos, nessas idas e vindas, certamente fixaram residência na capital, como foi o caso dos Guaná, que mesmo antes de se aldearem nas proximidades do Porto Geral, já comercializavam seus produtos em acampamentos temporários.

O desenhista Hércules Florence, narra um cenário importante das relações interétnicas entre os índios Guaná e Guató a caminho de Cuiabá. Florence relata que após quinze dias de viagem pelos rios São Lourenço e Cuiabá a expedição da qual fazia parte chegou ao porto de Cuiabá e que o cônsul Langsdorff, chefe da expedição, despediu um Guaná e um Guató – acompanhantes desde o São Lourenço, presenteando-os com facas, machados, anzóis e outros objetos. Segundo Florence o

“presente foi de grande estimação pelo Guaná e pelo Guató despertando a cobiça de dois outros Guaná moradores do porto de Cuiabá que seguiram o Guató numa canoa, atacando e matando ele e sua família, atirando-os na água para que as piranhas os devorassem”<sup>140</sup>.

Este acontecimento foi encaminhado ao tenente-coronel Jerônimo, comandante da segurança na froteira com o Paraguai e da expedição contra os índios

---

<sup>139</sup> Júlio de Lamonica Freire. *Por uma poética popular da arquitetura*. Dissertação de Mestrado em Artes, 1998: 23 - 24.

<sup>140</sup> Hércules Florence, *Viagem do Tietê ao Amazonas*, 1977:106 e 126.

Guaikurú, que decretou a prisão dos Guaná, remetendo-os em “ferros” para Cuiabá. Florence afirma também, que os Guató, insatisfeitos com o destino dado aos Guaná, anunciaram entre o seu povo a morte daquela família. Armaram-se de arcos e flechas e aguardaram a passagem dos dois Guaná pelo rio São Lourenço. Ameaçaram as autoridades para que não recusassem a entregar os dois índios, a fim de serem “sacrificados”. O desenhista descreve que as cabeças dos Guaná foram cortadas, empaladas e expostas à beira do rio, às vistas de outros Guaná que por ali passassem. Em seguida, os Guató le varam as correntes de ferro ao tenente-coronel Jerônimo, dizendo-lhe: “Eis o que vos pertence. Guató não é ladrão. Guaná tinha matado Guató: Guató mata Guaná”<sup>141</sup>.

Tais descrições ressaltam as relações entre dois povos diferentes – os Guaná e Guató - mediadas pelas forças militares. Essas forças controlavam as ações dos índios e interferiam inclusive nos seus costumes de “repressárias”, “guerras internas e externas” ou outras práticas culturais. O espaço social de Cuiabá configurava-se, portanto, a partir das múltiplas relações de seus habitantes, e esta, expressamente marcada pelas experiências de cada grupo social.

Quando os Guaná chegavam a Cuiabá, procuravam abrigar-se em cabanas temporárias construídas no Porto, e transitavam pelas ruas da capital da província comercializando seus produtos. Em 1827, Florence comenta sobre o traçado de Cuiabá e dos passantes que ali percorriam, entre eles os Guaná, que também comercializavam o pescado:

*O único passeio que tem a cidade é o meio quarto de legua de extensão que vai ter ao porto. Ahí so se vêm 15 ou 20 casas, algumas canoas, Guanás, Caburés; negros e mulatos*<sup>142</sup>.

*O rio Cuiabá é farto de pescado, sobretudo de Junho até fins de Dezembro. Então é o alimento principal do povo. Pesca-se muito pacú, dourado, piraputanga, piau, piracaxiara, giripoca, palmito, cabeçúdo, corimbatá, peixe-rei, etc. Apanham-se tantos que os bois, cavalos e pretos ou Guanás que vão curvados ao seu peso vendel-os pela cidade*<sup>143</sup>.

<sup>141</sup> Idem: 1977:126-128.

<sup>142</sup> Hércules Florence. *De Porto Feliz a Cuyabá*. (Diário de um naturalista da expedição do Barão de Langsdorff em 1826 –1827). Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Diário Oficial, 1929: 90.

<sup>143</sup> Hércules Florence. *De Porto Feliz a Cuyabá*, 1929:94 - 95.

O caminho que ligava o centro da cidade ao Porto foi descrito por Florence como lugar de passeio dos moradores. O desenhista observou naquele lugar a presença de negros, mulatos e ainda de Guaná transportando produtos. Considerou que além de se dedicarem à venda do pescado, esses índios empregavam-se em plantações ou moendas a custo de dois ou três vinténs ao dia, para o seu sustento<sup>144</sup>.

Durante a década de 1820, o movimento de ida dos Guaná para Cuiabá foi registrado também pelo Barão de Langsdorff, quando, no percurso pelo rio Paraguai, descreveu um batelão e outros barcos pequenos afirmando:

*Eles produzem belos e resistentes tecidos de algodão e panelas de barro e compram aqui alimentos, toucinho, carne seca, sebo e solas de couro. Falam até um bom português e mantêm comércio intenso com Cuiabá. Robustos, feições delicadas, todos vestidos. A maioria é batizada. Têm cabelos longos, que tanto homens como mulheres usam em tranças ou enrolados. Os homens só têm uma mulher, não são ciumentos, mas loucos por ouro. Vivem da pesca e da receita de seus produtos. Estão sempre bem humorados, cantam e riem muito, são maus caçadores; praticamente se desacostumaram do arco e da flecha e os substituíram por espingardas. Pólvora e chumbo eles compram ou apanham em Cuiabá ou em Coimbra. Há muitos anos vivem em harmonia com os portugueses<sup>145</sup>.*

Além dos Guaná, Cuiabá era habitada por diferentes grupos indígenas que participaram da sua formação social. O cenário indígena, durante a década de 1850, ganha movimento e intensidade de passantes, sendo possível observar a presença de: Chamacoco, Paresi, Bakairi, Kadiwéu, Guató, Apiaká, Terena, Laiana, Kinikináo, Kaiapó e dos Guaná, que tiveram uma característica diferenciada: se estabeleceram nas imediações do Porto Geral da capital.

O Porto Geral de Cuiabá foi descrito no início do século XIX pelo sargento-mor Luís D'Alincourt, com as seguintes características:

*(...) está na margem esquerda do rio Cuyabá, distante da cidade uma milha, e fica ao S.S.O. d'ella estabelecido há 70 para 80 anos. Junto a este porto acha-se um largo rectangular ornado de casas, e vizinho ao barranco, da parte direita, olhando para o rio, um armazem pertencente á fazenda publica, que serve de deposito geral aos viveres, para d'ali se fornecerem a legião de linha, pedestres,*

<sup>144</sup> Hércules Florence, *Viagem do Tietê ao Amazona*. 1977:103 - 106.

<sup>145</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva (org.). Os diários de *Langsdorff*, *ibidem*, 1997: 34.

*hospital e presídios da fronteira do Paraguay; á testa d'elle existe um almoxarife, subordinado ao entendente dos armazens (...)*<sup>146</sup>.

D'Alincourt ainda descreve que do porto, seguindo para a cidade, avistava-se a capela de São Gonçalo, e em frente a ela, do outro lado da rua, a casa de pólvora. Na margem direita do rio Cuiabá havia algumas casas e dali seguia uma estrada para Vila Maria (Cáceres), S.Pedro de ElRey ( Poconé) e Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade)<sup>147</sup>.

Em 1844, Francis Castelnau observou que:

*(...) uma rua bem alinhada com um comprimento de mais de um quarto de légua levava ao porto de Cuiabá que fica a oeste da cidade; [o viajante ainda descreveu que]: visitamos aí o arsenal da marinha, fundado por ordem de D. João VI, com o fim de fazer os reparos na flotinha que foi preciso manter no rio, para guardar essa fronteira fluvial. O arsenal era constituído principalmente por um hangar, sob o qual repousavam quase concluídas, duas canhoiras, enquanto uma terceira estava amarrada na margem do rio, cuja largura nesse ponto é aproximadamente igual à do Sena, em Rouen. Segundo no-lo informaram, havia ainda uma Quarta, ocupada nessa ocasião em fazer aguarda do rio. As duas últimas tinham sido construídas por ordem de D. João VI, na época e a mesma em que foi edificado o arsenal. Há ainda neste edifício dezesseis canhões de bronze, de calibres diferentes, trazidos do Pará*<sup>148</sup>.

O viajante relatou também que a população de Cuiabá, no ano de 1844, era de sete mil habitantes, enquanto a paróquia - que incluía os habitantes da Freguesia do Porto - possuía ao todo dez a doze mil habitantes. Só o porto possuía uns seiscentos habitantes, enquanto a Freguesia contava com aproximadamente doze mil. Além de ser lugar de trânsito de embarcações e população, o rio Cuiabá configurava-se também como espaço de passagem de boiadas a nado, tocadas a grito por homens embarcados em pequenas canoas<sup>149</sup>.

As margens do rio Cuiabá eram ocupadas por agricultores que cultivavam milho, arroz e feijão para consumo próprio e ainda para a população do centro, bem

<sup>146</sup> Luís D'Alincourt, *Trabalhos e Indagações que fazem o objeto da Estatística da Província de Mato Grosso*, 1826: 346.

<sup>147</sup> Luís D'Alincourt. *Ibidem.* 1826:346.

<sup>148</sup> Francis Castelnau, *ibidem.*, 1949: 163 - 164.

como de Diamantino. O terreno foi apontado como próprio para o cultivo, e o rio abundante em ouro e pescado<sup>150</sup>.

Além das terras cultiváveis das margens dos rios, aquelas cobertas pelas matas e serras, os capões e as capoeiras também eram utilizados para agricultura, tanto em Cuiabá quanto no restante da província, enquanto que as demais eram desprezadas. Nos meses de junho e julho, as matas escolhidas para o plantio eram derrubadas; costumava -se utilizar como instrumento a foice, o machado e a enxada. Já nos meses de agosto e setembro ocorriam as queimadas a fim de beneficiar a terra, sendo que as cinzas serviam como adubo. Quando aparecia a planta conhecida por *sapé* ou a queima da roça, costumava -se abandoná-las<sup>151</sup>.

Era costume dos habitantes de Cuiabá, e em geral da Província, secar a carne bovina ao sol, antes de ser consumida; isso garantia a sua conservação. Geralmente a produção era feita por particulares e comercializadas em Cuiabá. Além de Mato Grosso, Diamantino e Cuiabá, eram criadoras de gado Vila Maria, Fazenda São Lourenço, Miranda e Caiçara e as demais Freguesias do sul da Província. A comida consumida em Cuiabá e na Província era temperada com gordura dos porcos que servia apenas ao consumo da população. Os porcos eram criados soltos até completarem um ano, sustentando-se com aquilo que apanhavam, pequena ração de milho e as sobras da comida. Após um ano, os porcos eram recolhidos ao chiqueiro onde se alimentavam de abóboras até serem abatidos<sup>152</sup>.

Em geral os alimentos e produtos vendidos nos estabelecimentos comerciais de Cuiabá eram a aguardente, algodão descaroçado e em ramas, arroz em casca e pilado, açúcar branco e mascavo, azeite de mamonas e de peixes, boi, café, carne seca, farinha de mandioca, farinha de milho, fumo enrolado, ipecacuanha e feijão<sup>153</sup>.

O óleo dos peixes *piquiri e lambari* era um produto muito utilizado em Cuiabá. Sua fabricação era realizada no período da seca, especialmente no mês de

---

<sup>149</sup> Francis Castelnau, *ibidem.*, 1949: 162 - 225.

<sup>150</sup> Luís D'Alincourt. *Ibidem.*, 1826:225.

<sup>151</sup> Luís D'Alincourt, 1826: 348.

<sup>152</sup> Luiz D'Alincourt. *Ibidem.* 1826: 258. A presença do *atravessador para* entrega de alimentos que circulariam na cidade de Cuiabá já é descrita no início a década de 1820.

<sup>153</sup> Pauta dos preços correntes dos gêneros sujeitos a dizimo nos Mercados desta Capital, e que vigorara nos dias que decorrerem de 12 a 18 do corrente mês.. LATA 1871 A . APMT.



setembro, época em que os fabricantes, com suas grandes panelas, ocupavam as praias do Cuiabá com barracas e aguardavam o anoitecer para se dispersarem pelo rio em suas próprias canoas. Para capturar as espécies, os pescadores costumavam bater nas bordas das canoas e esse movimento trazia os peixes desejados, que eram logo capturados e levados à terra para serem cozidos. Após o cozimento, o óleo concentrado na água fervida era armazenado. Outro produto, também de uso comum entre os moradores de Cuiabá, era o couro da jibóia, utilizado pelos habitantes na fabricação de bolsas e botas<sup>154</sup>.

As ruas de Cuiabá foram descritas com grande curiosidade por Castelnau principalmente pela quantidade de índios que ali se movimentavam, pertencentes a vários grupos, mas na sua maioria procedentes das margens do rio Paraguai<sup>155</sup>.

Certamente o viajante se referia aos Guaná pois, considerando a data da sua estada em Cuiabá, entre os anos de 1844 a 1845, a Aldeia dos Guaná já havia se estabelecido na margem direita do rio Cuiabá e tinha início a implantação do Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845.

Ao longo da década de 1850, dezesseis Laiana e quatorze Terena do aldeamento em Miranda, acompanhados por dez Guaikurú, deslocam-se, em suas próprias canoas, para Cuiabá. Esses índios foram nominalmente relacionados pelo delegado de Polícia, que repassou ao Comandante das Armas uma lista<sup>156</sup>:

Ainda no ano de 1850, cinco índios Chamacoco se dirigiram para Cuiabá e foram registrados como sendo os primeiros daquele povo a visitar a capital. Segundo a documentação, esses índios estiveram com o Diretor Geral dos Índios pedindo proteção contra as “hostilidades” dos Kadiwéu. A solução determinada foi o aldeamento dos duzentos índios Chamacoco nas imediações da freguesia de Albuquerque, para onde seguiram portando dois ofícios: um deles seria entregue ao diretor da aldeia Manoel José de Carvalho e o outro ao missionário Frei Antonio de Molineto, para que se cumprissem as determinações de concessão de um *sítio* para o aldeamento dos Chamacoco. Além do ofício, o Diretor Geral remeteu para o início

---

<sup>154</sup> Francis Castelnau. *Ibidem*, 1949: 224-286.

<sup>155</sup> Francis Castelnau, *ibidem.*, 1945: 164.

<sup>156</sup> Ofício do subdelegado Caetano da Silva Albuquerque a João Baptista, Capitão Secretário. Miranda, 1º de julho de 1858. LATA 1858 D. APMT.

do aldeamento: doze machados, doze facões, dez enxadas, trinta facas, cinco facões, trinta anzóis, vinte espelhos, oitenta e cinco panos de algodão e vinte fuzis<sup>157</sup>.

A presença de índios Kaiapó em Cuiabá também pode ser comprovada nos documentos oficiais. Em 1858 esses índios já aldeados são encaminhados para o Arsenal de Guerra em Cuiabá com o propósito de cumprirem penas de trabalhos forçados para corrigir a “ociosidade” por descumprimento do contrato de trabalho. É provável que outros índios da Província também para lá tenham sido encaminhados e a eles destinadas penas semelhantes<sup>158</sup>.

Os Paresi de Diamantino também percorriam as ruas da capital, e no ano de 1871 eles são relatados como índios em “fase de civilização”. Durante a sua estada em Cuiabá foram recebidos pela Diretoria Geral dos Índios com alimento, pólvora e espingardas para caça<sup>159</sup>. Os Bakairi de Diamantino que se deslocavam para Cuiabá, receberam o mesmo tratamento dado aos Paresi. Além de alimentos e demais objetos, foi feita uma listagem pela Diretor Geral de outros materiais para que a eles fossem remetidos pela Tesouraria da Província<sup>160</sup>.

Após a década de 1870, intensifica-se a presença do subgrupo Terena/Guaná em Cuiabá, reivindicando alimentos, tratamento de saúde, dinheiro e outras necessidades junto à Diretoria Geral de Cuiabá. Estes índios viveram de forma mais direta a Guerra da Tríplice Aliança, durante o período de 1864-1870, sendo requisitados pelas tropas brasileiras para participar do conflito através da Guarda Nacional. Entre os Terena, os comandantes buscaram cerca de sessenta homens atiradores, que juntamente com trinta Kinikináo, formaram um batalhão<sup>161</sup>.

O Visconde de Taunay relata que a Vila de Miranda foi saqueada e incendiada e os dez aldeamentos Guaná, e seus habitantes que ali haviam, proveram-se de “lanças, chuços, espadas e quase todos de espingardas e clavinás”, para

<sup>157</sup> Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano: 1848-1860: 41. APMT..

<sup>158</sup> Ofício. Illmo. e Exmo. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente d’esta Província. O Chefe de Polícia - Joaquim Augusto de Holland Costa Freire. Secretaria de Polícia em Cuiabá 11 de junho de 1858. LATA 1858 A . n° 76. APMT.

<sup>159</sup> Ofício. Illmo. e Exmo. Senr. Tene. Corel. Francisco José Cardoso Junior, Digno. Presidente desta Província. Antonio Luiz Brandão – Director Geral dos Índios. Dois meses após este registro retornam mais oito Paresi em Cuiabá aos é recomendada a distribuição de *brindes* e gêneros alimentícios. Ver em APMT. LATA A 1871, Diretoria Geral dos Índios em Cuiabá, 21 de setembro de 1871.

<sup>160</sup> Diretoria Geral dos Índios, 11 de junho de 1871 ao Illmo. e Exmo. Corel. Antonio de Cirqeira Caldas ao Vice Presidente presidente da província Antonio Luiz Brandão e Inspetor da Tesour. De Fazenda. LATA 1871 A. APMT.

enfrentar a ocupação paraguaia. O cronista descreve que após o total abandono das aldeias, vários aldeamentos foram destruídos e a Serra de Maracaju foi abrigo dos indígenas fugitivos. Citou que muitos índios passaram privações, com alimentação de frutos silvestres, jatobá, coco, palmitos, mel e algumas vezes caça. Lá também passaram a explorar os “barreiros” e outros terrenos salitrosos que por ali abundavam, após sentirem a carência do sal. Os paraguaios tomaram a vila de Miranda aproximadamente em janeiro de 1865 e a abandonaram em fevereiro do mesmo ano<sup>162</sup>.

Durante a década de 1870, registra-se a presença de vários índios Terena de Miranda deslocando-se para a capital e acompanhados pelo seu Chefe ou Capitão, a fim de solicitar à Diretoria dos Índios medicamentos, gêneros alimentícios e dinheiro. Em 30 de novembro do ano de 1871 é registrada a chegada de quatorze Terena em Cuiabá; em 5 de novembro mais onze Terena se deslocam para a capital; em 9 de novembro chegam mais seis Terena; e finalmente em 3 de junho de 1878 migram três Terena para Cuiabá.. Os documentos ainda versam sobre despesas no valor de 875#00, no dia 23 de outubro de 1878, para o pagamento de diárias e um rolo de fumo concedidos aos noventa e seis Terena, da comitiva do Capitão Alexandre Bueno.<sup>163</sup>

A presença do subgrupo Terena em Cuiabá também ocorre através das expedições formadas para aldear os “índios selvagens”. Por volta de 1878, o capitão Alexandre Bueno e mais setenta Terena, deslocam-se de Miranda para Cuiabá destinados a participar do aldeamento dos Bororo Coroado, através de uma expedição orçada em 6:000\$000 réis. Segundo o Presidente da Província, essa expedição não teve êxito pois os Terena acabaram exasperando os *selvagens* que se deslocaram para Cuiabá, segundo a documentação “em bandos, números e hostis nunca vistos”<sup>164</sup>. Até o ano de 1880, a presença dos Terena de Miranda em Cuiabá se fará presente através do seu Capitão Alexandre Bueno, que requisita da Diretoria

---

<sup>161</sup> Visconde de Taunay. *Em Mato Grosso invadido* (1866- 1867). São Paulo: Editora Melhoramentos 1929: 120.

<sup>162</sup> Taunay. *Entre nossos índios. 1864 – 1865*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos 1931: 19e 36.

<sup>163</sup> Todos estes dados encontram-se no Livro de Registros da Diretoria Geral dos Índios 1860-1873: 79, 81 a 82. e na LATA 1878 A, APMT.

<sup>164</sup> Relatório do Presidente da Província Sr. João José Pedrosa. Nº 11 em 1 de outubro de 1879:185

Geral dos Índios valores na importância de R\$ 51#600, R\$151#600 e R\$ 100#00 para os índios <sup>165</sup>.

Em toda a Província, a preocupação com os índios “bravos e selvagens” faz-se sentir pela documentação, especialmente em Cuiabá e pelos seus distritos. Com a finalidade de controlar as ações dos índios selvagens não aldeados, e que ainda resistiam a essa disciplina, os relatórios provinciais registram insistentemente mapas de possíveis lugares de passagem desses índios, número de mortos, distribuição de armas e organizações de expedições, que representam a preocupação com esta questão. Em diversos pontos de Cuiabá procurava-se municiar os moradores, os índios aldeados e os destacamentos militares para que participassem de forma voluntária das expedições contra os *selvagens*.

Através dos documentos, foi possível mapear alguns lugares de passagem desses índios identificados como selvagens: atravessando o rio Cuiabá, entrando na foz do Coxipó-Açú para baixo no lugar denominado Currallinho no Bomjardim, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora da Guia, Brotas, Santo Antônio Rio Abaixo e Diamantino.

Na tabela seguinte é possível observar a relação de pessoas que receberam armamentos e munições para defesa contra os assaltos dos “índios selvagens”. A maior parte desses armamentos foi cedida aos moradores de Cuiabá, sem contar as armas que estavam disponíveis no Arsenal de Guerra e na Secretaria de Polícia de Cuiabá.

**Tabela 2 : Lista de não índios que receberam armamentos para proteção**

<b>Nomes</b>	<b>Distrito a que pertence</b>	<b>Lugar de residência</b>	<b>N.º de armas recebidas</b>
Antonio Oliveira Corrêa	S. Lourenço	Piquiri	12
Alferes Manoel Franco d'Oliveira	Livramento	Pari	4
Francisco de Paula Duarte Pinheiro	Guia	Taipas	6
Antonio Pinto Botelho	Rosario	Sede da Vila	20
Tenente-coronel. Antonio da Silveira e Sousa	Guia	Sede da Freguesia	20
Tenente Joaquim José Paes de Barros	Santo Antonio	Sede da Freguesia	20
José Gratidiano Dorilêo	Santo Antonio	Currallinho	5
Tenente Joaquim Claudionôr de	Capital	(...)	5

<sup>165</sup> Avulsos. LATA 1884 A , APMT.

Sigr.			
Antonio Alonso Lemes	Capital	Aricá	1
João Rodrigues Ferreira	Capital	Cabral	2
Sebastião José de Oliveira	Capital	S. Jerônimo	3
Soma: 98			
Resumo			
Armas destruídas: 98			
Ditas existentes n'esta Repm. :52 / Recebidas no Arsenal de Guerra : 150			

Fonte: Secretaria da Policia em Cuiabá, 24 de Fevereiro de 1881. O secretario Jose Gomes da Silva. LATA 1881 C, APMT.

Ao mesmo tempo em que a administração da província atuava com expedições para aldear os índios *selvagens*, utilizava-se de outros procedimentos aos “índios mansos” que visitavam Cuiabá, com objetivos comerciais. Foi o caso também dos Kadiwéu de Albuquerque, que freqüentavam constantemente a capital e ali permaneciam durante meses em seu porto. Na década de 1880, o Presidente da Província manda edificar um galpão para o abrigo desses índios:

*(...) a edificação de um galpão par ao abrigo dos indios cadioeos que constantemente frequentam a cidade, onde prestão serviço ao comércio, os quaes conservam-se durante meses, no porto expostos aos interperies (...)*<sup>166</sup>.

Nesse mesmo período foram construídos também um cocho e um curral no lugar destinado ao matadouro público. Essa preocupação com a salubridade pública em Cuiabá provavelmente está relacionada com a construção do galpão para os Kadiwéu, bem como a fiscalização do gado destinado ao consumo da capital, assim como o conserto de quase todas as ruas, objetivando o melhoramento da capital.

Em Cuiabá, como em toda a Província de Mato Grosso, buscava-se demarcar, controlar e definir os espaços, através da edificação de estradas, canalização de água, cemitério, hospitais, reformas das igrejas, especialmente aquelas que serviam como matrizes<sup>167</sup>.

Além dessas obras públicas, foram construídas e consertadas pontes com a finalidade de ligar ou aproximar lugares, entre elas a do rio Coxipó Mirim , do

<sup>166</sup>Fala com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão abriu a 2 sessão da 23 Legislatura d'Assemblea desta Provincia de Mato Grosso . Travessa dos voluntarios da Patris nº 14. Cuyabá, 1881: 18. APMT

<sup>167</sup>Registro das falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Assunto: Culto Público. Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso nº 2, ano 1841 a 1852. p. 4 . APMT.

Barbado e do ribeirão denominado Pedro Marques - que deságua na margem esquerda do Cuiabá, próximo ao rio do Pari e servia de passagem aos lenhadores e capineiros. A estrada até o Piquiri já estava aberta e o porto nesse mesmo rio, ainda em construção. No ribeirão Bandeiras foi elevada uma pinguela e outra a caminho de Diamantino <sup>168</sup>.

As principais atividades econômicas em Cuiabá eram destinadas ao consumo da sua população. Os produtos para exportação eram basicamente o gado, panos de algodão, couros de boi, peles de onça e de veado, ouro em pó, diamante e ipecacuanha, que eram enviados especialmente para o Rio de Janeiro<sup>169</sup>.

Os índios Guaná eram fabricantes de tecidos de algodão, coletores da ipecacuanha e confeccionavam materiais com o couro de boi. Possivelmente alguns de seus produtos eram destinados à exportação, porém a documentação nada afirma neste sentido. Até a década de 1870, os produtos que eram exportados para São Paulo seguiam pelos rios Taquari, Cochim, Pardo, Paraná e Tietê, através do varadouro de Camapuã e aqueles que iam e vinham do Pará, seguiam pelos rios Guaporé e Madeira pelo Arinos e Tapajós <sup>170</sup>.

Um dos produtos oriundos do Pará, que muito agradava os habitantes de Cuiabá, era o guaraná, encontrado às margens do Tapajós. Castelnau descreveu o guaraná como um produto consumido como chá e utilizado em Cuiabá na cura da diarreia e desintéria <sup>171</sup>.

Alguns hábitos da população de Cuiabá foram considerados por viajantes como dignos de nota, entre eles, o “batuque e as vergonhosas orgias”, lembradas por Castelnau<sup>172</sup>. Karl Von Den Steinen registrou o jogo como vício generalizado e motivo de desavenças, brigas e mortes. Este viajante comentou desconhecer outra cidade em que a prática de tocar música, dançar e jogar baralho fosse tão intensa

---

<sup>168</sup>Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso nº 2, ano 1841 a 1852: 10 –11 e 24.

<sup>169</sup> Francis Castelnau. *Ibidem*, 1949: 168.

<sup>170</sup> Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso nº 2, ano 1841 a 1852: 56. APMT.

<sup>171</sup> Francis Castelnau. *Ibidem*, 1949:168 e Levi Strauss 1998 [1955] : 245, descreve o guaraná como massa dura de cor marrom, semelhante a um salaminho, preparada exclusivamente pelos índios Maué. É ralado na língua de osso do peixe pirarucu e guardado num couro de veado. Lembra que o emprego de um ralador metálico ou de outro couro faria a preciosa substância perder suas virtudes.

<sup>172</sup> Francis Castelnau. *Ibidem* 1949: 165.

quanto em Cuiabá. Lembrou ainda que a população costumava levantar estandartes nas procissões e misturava os rituais das missas com os prazeres sociais<sup>173</sup>.

Certamente Cuiabá tinha um estilo particular, que atraía a curiosidade e ao mesmo tempo o estranhamento daqueles que a visitavam. Do ponto de vista da pesquisa, as narrativas de viagens trazem fragmentos da vida social que muitas vezes passaram despercebidos diante da população local. Constituem relatos de estranhamento de um grupo em relação a outro. Por outro lado, eles podem ser preconceituosos, comparando a população local com a sociedade européia, através de níveis e práticas civilizadas<sup>174</sup>.

O cenário apresentado da Cuiabá oitocentista procurou dar visibilidade a um espaço, cuja população era constituída acentuadamente por grupos diferenciados de nativos oriundos de outros povoados e vilas. Com a implantação do Regulamento de 1845, como Guerra do Paraguai e com a criação de setores administrativos na capital, relacionados diretamente com a questão indígena, aumentaram os deslocamentos de povos indígenas para a capital e seus distritos, bem como o seu movimento interno.

Entre os diferentes grupos indígenas que se estabeleceram em Cuiabá, os Guaná demarcaram uma significativa diferença; ao se instalarem na capital, vão manter uma identificação comunitária, de povo, diferentemente dos demais indígenas que retornavam aos seus aldeamentos ou daqueles que se fixavam individualmente e se dispersavam entre a população local.

O aldeamento Guaná foi localizado, visitado e narrado. Seus habitantes, embora trabalhassem na cidade, identificavam-se como índios, reconhecidos pela Diretoria dos Índios e pela Presidência da Província até o início do século XX.

---

<sup>173</sup> Karl Von den Steinen. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Xingu*. Tradução: Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1942: 68.

## ÍNDIOS, ALDEIA E CIDADE

---

<sup>174</sup> Esta leitura é trabalhada por Miriam L. Moreira Leite. *Livros de Viagem (1803-1900)*, 1977: 18.



Conforme procurei demonstrar no capítulo anterior, Cuiabá estava ocupada ao longo do século XIX por diferentes grupos indígenas. A partir da década de 1840, os relatos dão visibilidade aos Guaná migrados de Albuquerque e às suas habitações na margem direita do rio Cuiabá, quase de frente ao Porto Geral.

Foi por volta de 1843 que o missionário José Maria Macerata, em ofício ao Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, solicitou a concessão de terras perto do Porto Geral de Cuiabá para os índios Guaná fundarem uma Aldeia<sup>175</sup>. Além dos índios que estavam em Albuquerque, Macerata sugere que as terras sejam também ocupadas pelos Guaná, que seguidamente se deslocavam do Baixo Paraguai para a capital, a fim de realizar atividades comerciais ou prestar algum serviço ao governo.

Em 1844, Francis Castelnau, em sua *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, visita Cuiabá e descreve uma aldeia de índios Guaná, localizada na margem direita do rio Cuiabá, próximos ao Porto Geral<sup>176</sup>.

Portanto, ao que tudo indica, os Guaná se deslocaram de Albuquerque para Cuiabá entre os anos de 1843 a 1844.

Os textos e documentos pesquisados localizam o aldeamento à margem direita, um pouco abaixo do Porto Geral e nas proximidades da cidade. A primeira fonte segura foi encontrada nas páginas da obra de Francis Castelnau que durante o seu percurso, rio abaixo descreveu:

*O rio é muito sinuoso e a correnteza tem a velocidade de dois nós e meio a três nós. Sombria-lhe as margens espessas da vegetação, onde todavia são raras as árvores de alto porte e as palmeiras. Passamos logo em frente de uma aldeia de índios Guanás, situada na margem direita e constituída pela reunião de várias famílias*<sup>177</sup>.

<sup>175</sup> *Aldeia* é a designação utilizada pelos relatos na metade do séc. XIX para identificar o conjunto das habitações dos Guaná. Neste capítulo, utilizo esta mesma terminologia, porém com sentido de *aldeamentos oficiais*.

<sup>176</sup> Francis Castelnau, *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. Tradução: Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949 :224.

<sup>177</sup> Francis Castelnau, *ibidem*, 1949:225.

O deslocamento da maioria dos Guaná de Albuquerque para Cuiabá ocorre a partir da influência do capuchinho Macerata, que havia trabalhado na catequese os Guaná na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, em Albuquerque, e se encontrava em Cuiabá. Por solicitação do Imperador D. Pedro I, através do Decreto de 27 de agosto de 1823, Macerata foi nomeado Prelado e administrador da jurisdição eclesiástica, tendo que se deslocar para Cuiabá, a fim de assumir a Prelazia de Cuiabá e Mato Grosso, abandonando os Guaná da Missão. Em ofício encaminhado ao Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, no ano de 1843, José Maria de Macerata comentou, de forma melancólica, que sendo obrigado a se deslocar para Cuiabá acabou privando os índios em Albuquerque de ensino, sacerdote, altar, sacrifício e sacramentos. Após a visita de um Capitão Guaná, conhecido por “Guanitá”, e do Capitão kinikináo “Miguel Vaapú”, Macerata relatou ao Presidente da Província o estado em que se encontrava a aldeia sem a catequese iniciada por ele. Os capitães narraram que durante a sua ausência a igreja foi demolida, os setenta meninos que recebiam ensinamentos, abandonaram as atividades, entre outros acontecimentos:

*Ora quando o Missionario achava-se no maior empenho, por dever do seo Ministerio, de adiantar e prosperar os seus amados neophitos, o imperador Snr. D. Pedro 1º de saudosa memoria, por servido nomeal-o por decreto de 27 de agosto de 1823, Prelado e administrador da jurisdição eclesiastica de Cuyabá e Mattogrosso, que vagou pelo fallecimento do Exmo. Revmo. Snr. Bispo de Ptolomaida, e por consequencia foi-lhe forçosos deixar, não em grande sentimento, a Missão como obrigado a residir na capital da provincia; porem o que mais hoje é causa de maior seu sentimento é vez seus queridos filhos espirituaes privados não só do ensino que havia em numero de 70 e mais meninos, como tambem de Igreja, já com o tempo demolida, e tambem privados de sacerdote, de altar, do sacrificio e de sacramentos, pois vendo-se a pobre nação neophita reduzida sem o esperar, em desgraça tão espantosa e triste, resolverão alguns dos seus Capitães a vir a esta Capital, e bater a porta do seo antigo pae espiritual, hoje velho e decrepto, para obter algum amparo a seo danno, e conforto a sua tristeza, e este movido a compaixão, animou-se de dirigir com toda humildade e respeito, ao Exmo. Governo da provincia, um officio datado de 9 de julho do corrente anno, já impresso, tocante sobre tudo, o actual deploravel estado em que acha-se esta nação Guaná, e a seguinte –*

*Quinquináo, que são de tanta utilidade a provincia como de gloria a Religião e ao Trono*<sup>178</sup>.

A presença do missionário na aldeia em Albuquerque facilitava a disciplina sobre os indígenas e com a sua ausência, ao que tudo indica, a missão não se sustentou.

A mudança do capuchinho para Cuiabá atendeu às exigências de se instituir uma Vigaria Geral em Cuiabá, que atenderia a Capital, Chapada, Diamantino, Vila Maria, São Pedro de ElRey, Fronteira do Baixo Araguaia, Rio Grande, desde os limites com Goiás até o rio Jauru. Para atender a cidade de Mato Grosso - Vila Bela da Santíssima Trindade - haveria outra Vigaria, que segundo o Decreto, teria os mesmos direitos que a de Cuiabá. Essa Vigaria atenderia São Vicente Ferreira, Ouro Fino, Pilar, Casalvasco, Forte Príncipe da Beira, São Luís do Santo Antônio e todas as povoações e lugares desde o rio Jauru até as margens do rio Madeira na fronteira com a Província do Pará.

O não cumprimento do Decreto acarretaria a excomunhão de todo o clero e de outras autoridades de Cuiabá e Mato Grosso que inviabilizassem tal execução<sup>179</sup>.

Segundo a documentação pesquisada, no período em que os Guaná ficaram sem a catequese em Albuquerque, o Capitão solicitou a presença de um padre no local, bem como o batismo de seus filhos<sup>180</sup>.

Após a saída do capuchinho da Missão de Albuquerque, alguns acontecimentos foram considerados causadores de grande preocupação para a tranquilidade local e a defesa da fronteira. Um deles foi a formação de uma rebelião na noite de 22 de setembro de 1832, seguida de outra no dia 24. Ao que tudo indica, uma tropa tida como *revolucionária*, dirigida por soldados, influenciou na dispersão da população da Freguesia de Albuquerque bem como da população não-indígena pelas suas cercanias<sup>181</sup>.

O ofício encaminhado pelo comandante militar de Albuquerque, Nuno Anastacio Monteiro de Mendonça, ao Presidente da Província Antônio Corrêa da Costa, relata que os “rebeldes” reuniram-se e colocaram uma peça de artilharia e metralha com o ponto voltado para o quartel, seguindo até o armazém da Missão. Lá

<sup>178</sup> Ofício de José Maria Macerata, 1843: 3. IHGB.

<sup>179</sup> Doc. Avulso. Lata 1824 A. APMT,

<sup>180</sup> Missão de Albuquerque, 27 de setembro de 1832, Lata 1832 A, APMT.

retiraram o armamento e, com o pretexto de guerra, sacaram todo o mantimento, o medicamento, o ferro e o aço, deixando o lugar desguarnecido. Segundo a documentação pesquisada, os principais líderes da rebelião foram o cadete Antônio José Rodrigues e o almoxarife que, com força armada, cercaram o quartel com sentinelas, tomando todo o armamento, cartuchos e as bandeiras que havia de reserva. Em seguida, carregaram as canoas a fim de passar para a República do Paraguai, caso algo desse errado. Quando os líderes perceberam que estavam com poucos praças, pois alguns já haviam fugido para as matas, decidiram atacar os militares e colocar fogo na casa de Manoel Pinto e, posteriormente na Aldeia dos Guaná. Estes, porém, já se encontravam prevenidos, pois haviam sido avisados sobre um possível ataque na aldeia<sup>182</sup>.

Chegando à aldeia dos Guaná, alguns “rebeldes” incendiaram as casas, mas foram presos por soldados armados que não haviam sido desertado. Outros tentaram fugir para o Paraguai, porém os portos encontravam-se fechados e a fuga por terra foi considerada difícil pois os campos se encontravam alagados<sup>183</sup>.

Após informar sobre a rebelião na Freguesia de Albuquerque, o comandante militar comentou sobre a participação dos indígenas nesse acontecimento:

*Não posso deixar de levar ao conhecimento de V.Exa. o quanto os Índios se distinguirão, perseguindo os rebeldes, aguentando o fogo de morquetaria, e felizmente não foi hum só ferido e os do contrario foi ferido o comandante delles o 2º Cadete Antono Jose Rodrigues, porém não de perigo<sup>184</sup>.*

O comandante do Quartel confirmou que todas as providências tinham sido tomadas para o pleno sossego público. Queixou-se, porém, da falta de tropas armadas de homens “amantes da Pátria e de boa moral” que poderiam ter sido enviadas de Cuiabá, por haver ali um Comandante das Armas

Preocupado com os diversos acontecimentos na Freguesia de Albuquerque, como a demolição da igreja, o abandono dos meninos das atividades de ensino,

---

<sup>181</sup> Missão de Albuquerque, 27 de setembro de 1832, Lata 1832 A, APMT.

<sup>182</sup> Ofício de Nuno Anastacio Monteiro de Mendonça para o Presidente da Provincia Antônio Corrêa da Costa. Quartel do Comnnado Militar em Albuquerque, 27 de setembro de 1832. Lata 1832 A, APMT.

<sup>183</sup> *Idem*, 1832, APMT.

<sup>184</sup> Ofício de Nuno Anastacio Monteiro de Mendonça para o Presidente da Provincia Antônio Corrêa da Costa. Quartel do Comnnado Militar em Albuquerque, 27 de setembro de 1832. Lata 1832 A, APMT.

rebeliões, entre outros, Macerata solicita ao Presidente da Província providências para os Guaná e os Kinikináo - considerados úteis ao governo.

A solução foi a doação de terras de frente ao Porto Geral da cidade de Cuiabá, a fim de fundar uma aldeia com segurança e proteção.

Macerata sugere o deslocamento desses índios para Cuiabá, considerando que sua habilidade intensificaria a prática do comércio dos seus produtos e a prestação de serviços em Cuiabá. O capuchinho ainda afirma que nessa aldeia seria possível reunir os Guaná que estavam espalhados pela cidade de Cuiabá, prestando serviços públicos a particulares ou a mando do governo e, ainda, habitando ranchos e acampamentos:

*O chefe desta nação, chamado Miguel Vaapú, [referindo-se ao chefe dos Kinikináo] veio há pouco para a cidade afim de consertar suas ferramentas, e tambem para pedir a mesma mercê, que respeita a religião e civilização já pedida pela nação Guaná, e sahis para a sua aldêa, esperando pela mais solícita e eficaz providencia que por certo obterá, quando se considere que os índios são os verdadeiros genuinos filhos da abençoada Terra do Cruzeiro, e mesmo quando se residem nesta provincia, são mui uteis e até necessarios para socorrer com seus mantimentos a fronteira do baixo Paraguay, para remar canoas dos negociantes que se dirigem para a provincia de São Paulo – para trabalhar nos engenhos e serra acima, - enfim, para transportar cargas, caixas e lousas de porte geral para o centro da cidade; de sorte que merecem seja-lhe concedida perto deste porto geral uma porção de terra para fundar a sua aldêa com segurança e proteção, tanto para aquelles que se achão aqui de estada como para aquelles que vão e vem do baixo Paraguay á cidade para seu particular, ou publico negocio, ou por mando do governo*<sup>185</sup>.

Entre os anos de 1843 a 1844, a pedido de Macerata e com o apoio do Presidente da Província, os Guaná de Albuquerque migraram para a Freguesia de Pedro II, um pouco abaixo do Porto Geral e na margem direita do rio Cuiabá. O mapa 2, no final do capítulo, tenta mostrar a localização destes índios em Cuiabá.

A principal referência na documentação sobre a localização do aldeamento dos Guaná é o Porto. Porém outras referências também se apresentam nos relatos, nos quais a maior é a cidade. Veja o relato abaixo:

---

<sup>185</sup>Ofício de José Maria Macerata, 1843: 34. IHGB.

*A aldeia da tribu guaná está em meados de uma milha de distancia da freguezia; tem actualmente pouca gente. Grande porção dos seus habitantes vieram formar outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade [grifo meu]. Os indios desta nação costumam ajustar-se como jornaleiros; existem em grande numero, espalhados pela cidade de Cuiabá, e pelos sitios do seu districto. São tambem elles que tripulam boa parte das canôas, que se empregam na navegação da provincia, no interior d'ela e para S.Paulo <sup>186</sup>.*

Para Augusto Leverger, o aldeamento Guaná em Cuiabá era formado pela maioria dos habitantes guaná que viviam em Albuquerque e se encontravam pela cidade empregando-se em diferentes atividades, bem como pelo distrito de Cuiabá, trabalhando em pequenas propriedades denominadas de “sítios”. Ao localizar a aldeia, Leverger indicou que ela ocupava um espaço perto da cidade.

Já o cronista Joaquim Ferreira Moutinho considera distante toda habitação localizada nas proximidades do rio Cuiabá. É possível fazer essa inferência a partir do seu relato de 1865, quando, preocupado com o abastecimento da água em Cuiabá, observou:

*O rio Cuyabá que poderia supprir esta falta [...] está a 850 braças distante da cidade segundo o calculo do dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, astronomico portuguez, que viajou por algum tempo . Se tiver elle [o córrego da Prainha] que soffrer uma secca rigorosa como a que já soffreu em certo temppo, será obrigado a reccorrer aos rios Cuyabá e Coxipó, os quaes, como já dissemos, achão-se distantes da cidade [grifo meu]<sup>187</sup>.*

A cidade para Moutinho, e certamente para as demais autoridades de Cuiabá, era a mesma dos relatos e dos discursos oficiais do século XIX: um espaço edificado, delimitado fisicamente, organizado e civilizado. Tal representação fundamentava a compreensão da capital da Província de Mato Grosso a partir do seu espaço social visível, onde se concentravam as residências dos grupos de elite, os estabelecimentos comerciais, os traçados das ruas, as igrejas e logradouros, as bicas coletivas para o consumo da água e a administração provincial; era o lugar da

---

<sup>186</sup> Augusto Leverger. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXV. Ano 1862. Roteiro da Navegação do Rio Paraguay. Desde a Foz do S. Lourenço até o Paraná. Pelo capitão da armada nacional a imperial Augusto Leverger. Cuyabá, 21 de Outubro de 1847: 219 a 223.

*civilização*. Já as habitações das proximidades do rio Cuiabá, e para além dele, eram consideradas como distantes e, fora dos seus limites.

Esta noção de cidade, organizada pelos relatos do século XIX, é ambígua e reveladora. Ao mesmo tempo em que enfoca a aldeia dos Guaná geograficamente distante da cidade, politicamente os discursos desmontam esses limites através das leis, das interações entre seus habitantes, das atividades econômicas controladas pelo império e, ainda, através das disciplinas presentes nos aldeamentos e dos seus principais objetivos. Se a cidade era o lugar da civilização, as *ações civilizatórias*, portanto, se ampliavam por toda sua área de abrangência<sup>188</sup>.

Na cidade civilizada do século XIX não havia lugar para as múltiplas práticas de seus habitantes. Estas deveriam ficar na superfície, como se não fizessem parte da sua configuração ou, dependendo dos níveis de ações, elas deveriam ser alteradas.

A habitação dos Guaná na margem direita do rio Cuiabá estava localizada oficialmente nos limites da cidade de Cuiabá. Certamente outros fatores poderiam ter influenciado para que suas habitações ali se estabelecessem. Um fator que merece atenção é a presença dos Guaná espalhados pela cidade, de modo que a Aldeia favoreceria a reunião deles num único lugar, deixando as ruas livres para os *cidadãos*, demarcando, portanto, os espaços para cada ocupante. Embora os Guaná fossem considerados quase civilizados, eram reconhecidos como índios, possuidores de resquícios de uma cultura inferior.

Outro fator que pode ter contribuído para que os Guaná ocupassem a margem direita do rio Cuiabá foi a própria concepção de que a cidade deveria se ampliar para outros lugares da Província, e que a partir do aldeamento se desencadearia uma povoação. Contudo, mesmo habitando os limites da cidade, lugar considerado em alguns relatos como distante, os Guaná relacionavam-se diretamente com o cotidiano do espaço citadino.

## **A Aldeia dos Guaná em Cuiabá**

---

<sup>187</sup> Joaquim Ferreira Moutinho. *Noticia sobre a Provincia de Matto Grosso segundo D'Um Roteiro da Viagem da sua capital S. Paulo*. São Paulo : Typografia de Henrique Schoreder , 1869: 44 - 45.

A aldeia dos Guaná, localizada em Cuiabá, diferenciou-se da “Aldeia Regular” ou “Aldeia Normal” de Albuquerque. Enquanto em Albuquerque havia um diretor da aldeia e um missionário, em Cuiabá, a aldeia foi organizada sem a presença de um representante oficial do Império. Isto se pode inferir por não haver nenhum registro na documentação pesquisada que relate a presença de um diretor junto aos Guaná de Cuiabá; provavelmente por estar localizada na capital que sediava a Diretoria Geral dos Índios, o poder Eclesiástico e, ainda, por serem esses índios considerados capazes de conviver na cidade *civilizada*.

Além do Porto Geral, todo o terreno das terras concedidas aos índios fazia possivelmente limite com terrenos dos lugares denominadas de Porto Velho e São Gonçalo Velho, pertencentes à Freguesia de Pedro II, na margem esquerda do rio Cuiabá e oposta à aldeia dos Guaná <sup>189</sup>.

Como os Guaná costumavam se deslocar em suas próprias canoas para Cuiabá com fins comerciais, é provável que tenham se retirado de Albuquerque utilizando esse meio de transporte ou ainda batelões e barcos do governo, prática esta, já observada por G.I. Langsdorff, em meados da década de 1820, ao narrar que os Guaná da Missão de Albuquerque, quando iam para Cuiabá utilizavam um grande batelão e vários barcos pequenos; outras vezes seguiam em barcos de neobrasileiros para fazer negócios na cidade.

A quantidade de índios que se deslocou de Albuquerque para Cuiabá é duvidosa, mas alguns sinais se expressam nos relatos oficiais.

Augusto Leverger, referindo-se aos Guaná em Albuquerque, salientou que naquela localidade havia poucos índios, pois a maioria dos habitantes formou outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade <sup>190</sup>.

Segundo a Diretoria Geral dos Índios, os Guaná que ficaram em Albuquerque e os que migraram para a capital somavam aproximadamente duzentos. Mas essa contagem não incluía aqueles que já estavam nos distritos vizinhos da capital, os já residentes em casas de particulares ou aqueles acampados em barracões

---

<sup>188</sup> Ver os estudos de Giulio Carlo Argan em *Urbanismo, Espaço e Ambiente*. In *História da arte como história da cidade*. Tradutor Pier Luigi Cabra. Martins Fontes, São Paulo, 1999: 222.

<sup>189</sup> Luiz D'Alincourt. , Luiz. *Trabalhos e Indagações que fazem o objeto da Estatística da Província de Mato Grosso, feitos no ano de 1826 para 1827*. NEDHIR. ANNAES da Biblioteca Nacional.Tomo III, 1828: 258

<sup>190</sup> Augusto Leverger. *Ibidem*, 1847: 219- 223.



no porto de Cuiabá. Neste sentido é possível considerar que Cuiabá sediou a maior quantidade de Guaná oriundos de Albuquerque.

Joaquim Ferreira Moutinho, já na década de 1860, fez referência ao aldeamento Guaná e aos seus habitantes, observando que estes já se encontravam confundidos com a população de Cuiabá:

*Em frente ao - Porto Geral – da cidade de Cuyabá, na margem direita do rio está um aldeamento de guanás, que se empregão no serviço de camaradas. Estes índios de boa indole podem-se dizer perfeitamente civilizados, e apenas alguns velhos restão no aldeamento, porque os demais estão confundidos com a população da cidade*<sup>191</sup>.

O cronista faz ainda uma breve descrição desses índios em Cuiabá :

*Tem typos muito bonitos; as raparigas vestem-se bem, e não gastão absolutamente fazenda ordinaria; os seus vestidos são feitos por ellas mesmas, ao passo que cuidão tambem das roupas dos seus maridos e filhos. Os velhos usão ainda de suas – julatas- Os seus costumes são um mixto dos usos barbaros com os da civilização*<sup>192</sup>.

Moutinho observa as características físicas dos Guaná de Cuiabá, considerando que os mais velhos conservavam o costume de usar as julatas e fabricá-las; as mulheres mais velhas faziam as roupas dos maridos e dos filhos, e os demais índios já estavam “perfeitamente civilizados” e confundidos com a população.

Percebe-se que o relato de Moutinho reproduz um conteúdo semelhante aos viajantes das expedições científicas, que desde o início do século XIX já se referiam aos Guaná como *quase civilizados* ou, ainda, dependendo das práticas, ora eram *civilizados*, ora *bárbaros*. Um olhar mais atento constata que o relato de Moutinho ressalta que embora muitos Guaná estivessem vivendo entre os neobrasileiros, não deixavam entretanto de serem “índios”, possuindo características próprias e naturalizadas pelo cronista. Entre elas: tendência a embriaguez, catanga especial, contar até cinco:

*Fazem ainda suas festas e danças que terminam sempre pela embriaguez a que todo indio e affeiçoado.*

<sup>191</sup> Joaquim Ferreira Moutinho. *Ibidem.*, 1869: 138.

<sup>192</sup> Joaquim Ferreira Moutinho, *ibidem*, 1869: 138.

*Apesar do aceio que notamos n'esta aldêa e em outras que visitamos, observamos, sempre que de alguma nos aproximamos, uma catinga especial que tem todo o índio, por mais aceado que seja.*

*Não é a catinga dos índios tão repugnante como a dos negros; notando-se que a maior parte d'aquelles são muito amadores dos banhos nos rios.*

*Os guanás caçã, pescã, plantam suas roças, criam gallinhas, porcos, etc. e vivem finalmente em completa harmonia com os nossos costumes.*

*Comprehendem e fallão bem o portuguez, teem conhecimento da lingua geral, mas entre si, conversão na sua lingua propria; contão só até cinco, como a maior parte dos índios<sup>193</sup>.*

Os Guaná que permaneceram no aldeamento são descritos pelo cronista com o costume de falar entre si a própria língua, realizar suas festividades e fabricar suas próprias vestimentas:

Quanto às habitações dos Guaná na margem direita do Cuiabá, a única fonte que trás elementos mais detalhado é o relato do descendente Boamorte Manoel de Campos. Lembra que as casas eram construídas de sapé, cobertas com capim e palhas, sendo que cada família residia em uma casa. O conjunto das casas era chamado de aldeia e na área de influência os índios plantavam, pescavam, confeccionavam panelas, potes, talhas e colhiam um vegetal conhecido por pirizeiro, que servia para a confecção de esteiras. Este vegetal era coletado numa área alagável próximo às casas<sup>194</sup>.

Os Guaná dormiam em redes tecidas por eles mesmos ou no chão, sobre tiras do vegetal conhecidos por taquaras, cobertas com panos. Cantavam ao nascer do sol, em ritmo do chocalho feito de cabaça, ornamentada com sementes conhecidas por contas, e um tambor. Durante as festas, geralmente religiosas, serviam uma bebida feita de milho socado em pilão, que deixavam fermentar até o ponto de ser consumida<sup>195</sup>.

Andavam vestidos e realizavam atividades variadas. De acordo com Boamorte Manoel de Campos, descendente guaná que habita atualmente o mesmo lugar do antigo aldeamento, seu avô foi carpinteiro em Albuquerque e seu pai

<sup>193</sup> Joaquim Ferreira Moutinho, *idem*.

<sup>194</sup> Reconstrução do texto da entrevista realizada em 20/07/90 com o Sr. Boamorte Manoel de Campos, nascido em 1925.

<sup>195</sup> Entrevista com Boamorte Manoel de Campos, 1990.

aprendeu o mesmo ofício, tendo desenvolvido em Cuiabá atividades com carpintaria e posteriormente passou a trabalhar com embarcação fluvial, transportando viajantes por 500 réis.

A alimentação era basicamente o peixe, capturado com anzol em canoas. Costumavam, também, consumir carne bovina assada e feijoada com *toucinho e mocotó*.

Para se deslocar até o porto, os Guaná, em suas próprias canoas, seguiam rio acima e, a partir da década de 1870, passaram a utilizar também a barca pêndulo. Para chegar até ela, seguiam a pé num caminho de matarias pelas margens do rio Cuiabá, pois nessa ocasião não havia nenhuma estrada ligando a aldeia até o ancoradouro.

Com a permanência dos Guaná em Cuiabá e o reconhecimento por parte da população das suas habilidades, estes índios passaram a empregar-se em diferentes atividades.

### **Atividades executadas**

Convivendo com o espaço citadino, os Guaná foram aos poucos compondo parte da população da capital e desenvolvendo atividades econômicas importantes. Em geral, as atividades realizadas pelos Guaná, tanto em Albuquerque quanto em Cuiabá, eram diversificadas e quase sempre vinculadas à agricultura, navegação, pesca e tecelagem.

Após o regime da Missão Nossa Senhora da Misericórdia e do Aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho, as atividades desenvolvidas por esses índios se diversificaram mais ainda; passaram a ser camaradas de fazendas, remadores, medidores do nível da água do rio, descarregadores de embarcações, correios, trilhadores de estradas servindo a expedições punitivas, além de trabalhos no corte de lenha, coleta de poaia, ferreiros, marceneiros e oleiros, mencionado na documentação como especialidades de grande utilidade para a cidade de Cuiabá.

As atividades econômicas dos Guaná com o comércio são descritas desde a primeira metade da década de 1820 por Hércules Florence, especialmente na indústria do peixe. Além da atividade pesqueira, os Guaná transportavam cargas,

caixas e canoas do porto geral para o centro da cidade. Eram contratados como remadores de canoas ou embarcações que se dirigiam para Corumbá ou São Paulo.

Conhecedores dos percursos do rio Cuiabá e do Paraguai, os Guaná, em 1845, foram contratados como remadores por Francis Castelnau, durante a sua expedição que deveria seguir para o Baixo Paraguai:

*Um incidente de todo imprevisto por pouco nos prenderia ainda mais alguns dias em Cuiabá. Havia eu contratado para remadores uns doze índios Guanás; mas, na hora da partida vimos que todos eles haviam desertado. Aconselharam-me muito a esperar que fossem pegados, coisa que não poderia deixar de acontecer mais dias, menos dias, diziam-me fleugmáticamente os brasileiros. A verdade é que eu não podia atrasar minha viagem, pelo que depois de inúteis esforços para conseguir nova equipagem, resolvi tentar a navegação com os poucos recursos que nos restavam. Baseei esta resolução no facto de que, na primeira parte da viagem, não nos era necessário mais que seguir a correnteza*<sup>196</sup>.

Segundo Francis Castelnau, os Guaná que foram contratados como remadores não cumpriram o acordo e possivelmente seriam procurados pela Polícia.

Com essas poucas palavras, Castelnau indica que os contratos de trabalho indígena também eram acordados com os Guaná que viviam em Cuiabá. Essas relações eram controladas pela Polícia que forçava o seu cumprimento.

O viajante comentou que provavelmente esses índios desistiram da viagem pelo pavor dos mosquitos que naquele período apareciam em grande quantidade. Seguindo o Cuiabá do rio abaixo, Castelnau foi avistando várias famílias guaná: homens, mulheres e crianças, trabalhando em engenhos de cana-de-açúcar nas proximidades do Coxipó-Mirim até Santo Antônio Rio Abaixo, e do Melgaço à boca do Piraim. Indagou se alguns desses índios se dispunham a acompanhá-los como remadores, mas todos se negaram com receio dos ataques dos mosquitos. A solução encontrada pelo viajante foi seguir a correnteza, embaixo de seus mosquiteiros<sup>197</sup>.

Duas atividades possibilitavam aos Guaná salários considerados pelas autoridades como altos: a coleta da poaia, produto este voltado à exportação na Província, e os ajustes da navegação fluvial, conforme assinala o relato abaixo:

<sup>196</sup> Francis Castelnau, *ibidem.*, 1949: 224-226.

<sup>197</sup> Francis Castelnau, *ibidem.*, 1949: 227-229.

*Illmo. e Exmo. Snr.*

*Tendo me apresentado nesta manhã os Alffes. Indios da Nação Guaná José de Oliveira e Aleixo de Souza, pedindo brindes na forma do costume, e conhecendo quão mal aproveitada esta pepineira; por que já estão nas circunstancias de dispensarem estes socorros pelos altos salarios que os vejo ganharem tanto na extração da poaia como em ajustes da navegação fluvial, todavia V. Exa. a respeito ordenará o que for justo*<sup>198</sup>.

A prática da coleta da poaia pelos Guaná foi comentada também por Francis Castelnau, quando este viajante, ao passar pelo porto da Freguesia de Albuquerque, avistou três grandes canoas cheias de índios Guaná que estavam subindo o rio Paraguai com destino à Vila Maria (Cáceres), e dali seguiriam para outros rios<sup>199</sup>.

Embora este relato faça referência aos Guaná de Albuquerque, é possível que os índios que viviam em Cuiabá também fizessem incursões até Vila Maria para extrair a poaia, especialmente pela sua importância econômica na Província. A tabela, seguinte, sistematiza as atividades dos Guaná em um quadro cronológico, construído ao longo da pesquisa a partir de documentos oficiais, relatos de viajantes e cronistas.

---

<sup>198</sup>.Illmo. e Exmo. Snr. Augusto Leverger Presidente desta Provincia. Joaquim Alves Ferreira – Director Geral dos Indios. Cuiaba 21 de junho de 1851. APMT

<sup>199</sup> Francis Castelnau, *ibidem.*, 1949: 284.

**Tabela 4: Atividades realizadas pelos Guaná em Cuiabá**

<b>Atividade</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte</b>
Possuem engenhos, são fabricantes de peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de cetim, costuras e tabaco e vendedores em Cuiabá, onde se empregavam nas plantações ou moendas e pescadores que comercializam o pescado.	1825 a 1829	Hércules Florence (1997)
Produzem tecidos de algodão e panelas de barro, compram alimentos em Cuiabá, como toucinho, carne seca, sebo e solas de couro, vivem da pesca e da venda dos seus produtos e artefatos.	1826	Barão de Langsdorff (1997)
Negociantes de gêneros alimentícios	1831	LATA 1831 A APMT
Trabalham em medição do nível da água do rio Paraguai para o comando militar.	1833	LATA 1833 B APMT
Tripulantes de canoa e batelão, serviços de correio através do rio Paraguai até o Cuiabá.	1834	LATA 1834 A APMT
Trabalham em batelão, transportando pessoas até Cuiabá a serviço do Quartel	1834	LATA 1834 A APMT
Remam canoas dos negociantes que se dirigem para a província de São Paulo, trabalham nos engenhos serra acima, transportam cargas, caixas e canoas do porto geral para o centro da cidade de Cuiabá.	1843	Frei José Maria de Macerata (1843)
Remadores e trabalhadores de engenhos de açúcar nas margens do Cuiabá.	1845	Francis Castelnau (1949)
São jornalheiros, tripulantes de canoas e servem na navegação da Província para o seu interior e para São Paulo.	1847	Augusto Leverger (1862)
Trabalham na extração da poaia e nos ajustes da navegação.	1851	LATA 1851, APMT
Participam de expedições contra outros índios e estão vinculados à Companhia de pedestres e ao Arsenal de Guerra	1857	Diretoria Geral dos Índios 1848 1860 e Avulsos APMT
Empregam-se como trilhadores de estradas	1857	LATA 1857 D APMT
Trabalham no corte de lenha, carpintaria, serviços da Estação Naval e descargas de navios.	1858	LATA 1858 C APMT
Camaradas e tripulantes de canoas da capital até o <i>Baixo Paraguai</i> .	1862	APMT Correspondências
Prestam-se a toda classe de serviços, agricultura, outras necessidades e pequenas indústrias	1863	Bartolomé Bossi 1863
Realizam atividades de caça, pesca e criação de galinhas.	1869	Joaquim Ferreira Moutinho (1869)
Realizam serviços de marcenaria em Cuiabá	1901	Max Schmidt (1903)

## Os Guaná e a criminalidade em Cuiabá

Além das interações dos Guaná com Cuiabá através das práticas econômicas, esses índios também participavam de outras esferas da vida social. A partir da década de 1850 os Guaná serão identificados na cidade como “delinqüentes”, “embriagados”, “furtulentos” e ainda misturados à gente pobre da cidade. Com o ingresso na vida cidadina, esses índios estarão subjugados às regras morais e jurídicas de comportamento. As práticas consideradas imorais e litigiosas passaram a ser socialmente julgadas e penalizadas. Os Guaná, portanto, estarão marcando as páginas dos Processos-Crime de Cuiabá, serão julgados por crimes e lançados à prisão.

A criminalidade passou a ser mais um componente associado aos Guaná cidadãos. Alguns administradores diziam ser resquícios de um comportamento menos *civilizado ou selvagem*; outros, que a relação com os escravos negros estaria influenciando os índios, que agiam violentamente, por ignorância. Seja como for, o tratamento para os crimes praticados em Cuiabá e em seu distrito tinham como pena a reclusão na Cadeia Pública, a fim de que as ações dos habitantes indígenas fossem corrigidas e não mais repetidas.

A maior parte das ocorrências policiais registraram assassinatos de índios Guaná, provocados por indivíduos do mesmo grupo, como pode ser observado no caso abaixo:

*No dia de hontem, o indio Guaná Miguel dos Santos assassinou a Roza, india da mesma nação, e ofendeu com uma facada ao indio chamacoco José da Silva que viera em socorro da india então o indio Francisco Antonio, irmão da assassinada, sabendo do acontecido, lançou mão de uma faca com a qual ofendeu gravemente o dito Miguel procedeu-se o sub delegado de Pedro 2º em cujo distrito teve lugar o acontecimento a exame e corpo delicto de todas as ofensas, fazendo logo prender a todos os delinquentes. Nada mais consta<sup>200</sup>.*

---

<sup>200</sup> Doc. Avulso, 17/09/53, LATA 1853 B. Cuiabá - APMT.

*O assassinato da índia Roza teve por principio o estado de embriaguez de o seu marido Miguel dos Santos que nesse dia assistia a um festejo, depois do qual entrou com ela em alterações dando-lhe a final uma facada de que logo sucumbio, acodio em socorro o índio José da Silva e sendo ofendido, acinda que levemente, retirou-se, vindo então o índio Francisco Antonio, irmão da assassinada, que deu no dito Miguel uma facada de que morreu no dia seguinte, apesar de todas os socorros que lhe forão ministrado pela santa casa de misericordia. Procedeu-se o respectivo subdelegado a exame e corpo de delito em todas as ofensas, fazendo logo prender e recolher a cadeia o índio Francisco Antonio<sup>201</sup>.*

O acusado de assassinato na Cuiabá do século XIX se arriscava a algo mais que uma simples multa. Era levado ao exame de corpo delito e os envolvidos eram julgados na capital, onde se encontrava o único juiz da Província. Caso os envolvidos fossem declarados culpados, tinham como pena a prisão<sup>202</sup>.

A cena dramática do homicídio da índia guaná Rosa ocorre em Cuiabá durante um festejo público que reunia um número considerável de pessoas, entre índios e não índios. O texto identifica a presença de um índio Chamacoco, que provavelmente morava em Cuiabá e convivia junto aos Guaná. Conforme procurei demonstrar no primeiro capítulo, os Chamacoco participavam diretamente da vida social dos Guaná. A partir da década de 1850 os documentos oficiais registram a presença de Chamacoco em Cuiabá, porém, é possível que estes índios tenham se deslocado desde meados da década de 1840, com os Guaná, mas a documentação não trata dessa questão. Entretanto, a ação do Chamacoco em prestar ajuda a uma Guaná em Santo Antônio Rio Abaixo, reporta, em outro nível e período, às descrições referidas por Francis Castelnau das interações sociais entre esses dois povos..

Os índios feridos costumavam recorrer à assistência da Santa Casa de Misericórdia para o devido tratamento. A Santa Casa de Misericórdia era

<sup>201</sup> Doc. Avulso, Cuiaba, 1º de outubro de 1853. LATA 1853 B, APMT.

<sup>202</sup> 74. Illmo e Exmo. Sr. Consro Euzebio de Queiroz Coutinho Maltosos Comana – Ministro e F. d' Estado dos Negocios do Justiça = Augusto Leverger : “ Ainda a falta de officiais discretos e dedicados, a quem se possa incumbie certos deligencias policiais, deve-se ao não effectuar-se a captura de desertores, réos fugidos da prisão, e indicados de crimes que existem em lugares sabidos com maior ou menor certesa...He muito sensível a falta de Juizes letrados. Embora na Provincia há só hum, o Juiz de Direito da Capital Bac.el Silveira Frxd, Ar Jorege. Deos Guarde a V. Exa”. - Assunto Militar – Nota: Chefe de Policia II. Palacio do Gov. de Mato Grosso em Cuiabá. 3 de Janeiro de 1852, LATA 1852 A, APMT.



administrada por um Diretor Capelão eleito pelo Governo e que servia para dar penitência aos doentes e todos os socorros espirituais<sup>203</sup>.

No ano de 1851, a cadeia pública de Cuiabá, estava sediada no mesmo espaço da Câmara Municipal e atendia a população de Cuiabá e todo o seu distrito. Além da cadeia pública, o Arsenal de Guerra era outro espaço que recebia presos para cumprir sentença. Havia também uma casa de detenção em Diamantino em reformas, outra na freguesia do Rosario, em construção, uma em Poconé (antiga São Pedro de ElRey) e outra em Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) que carecia de reparos<sup>204</sup>.

A cadeia pública contava com 87 presos e o Arsenal de Guerra com 13 pessoas cumprindo sentença. O chefe de polícia Silveiro Fernandes de Araújo comentou, em nota ao Ministro e Secretário de Estado, que a cadeia da capital nunca tinha excedido o número de 36 presos<sup>205</sup>.

Nessa ocasião, a construção de uma cadeia forte na capital foi considerada necessária, a fim de abrigar até oitenta presos de ambos os sexos, entre condenados e detidos por correção temporária. Tal edificação só ocorreu na década de 1860, no largo do Arsenal de Guerra. Segundo Volpato a cadeia pública foi construída dentro dos parâmetros de higiene mais recente, privilegiando a nova filosofia sobre a recuperação dos delinqüentes<sup>206</sup>.

Os Guaná ganharam visibilidade em outros campos da vida social da cidade. O tratamento e julgamento dado a esses índios passou a ser semelhante ao da população pobre, embora ainda recebessem a identificação de índios. Porém todas as representações contidas nas narrativas reforçavam o comportamento *delinquente* desse índios. Na cidade, novos recursos corretivos e disciplinares iam substituindo a catequese dos missionários. As mulheres guaná, diante das autoridades locais não possuíam a mesma beleza descrita aos olhos dos viajantes europeus. Em Cuiabá, elas passam a ser vigiadas, e identificadas pela embriaguês e pelo crime, conforme os relatos abaixo:

---

<sup>203</sup>Luiza Rios Ricci Volpato. Cativos do Sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888, 1993: 52 - 53.

<sup>204</sup> Nota: Chefe de Polícia II. Assunto Militar. Lata 1852 A. APMT.

<sup>205</sup> Nota: Chefe de Polícia II." Deos Guarde a V.Exa. Secretaria da Policia em Cuiabá 1º de janeiro de 1852. Illmo. Exmo. Senr. Conselheiro Euzebio de Queiroz Coutinho . Matozo da Camara. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça Silveiro Fernandes de Araujo Chefe de Policia. Assunto Militar –LATA 1852 A APMT.

*Houve no ultimo dia da semana passada (10 do corrente) um homicidio em S. Antono do Rio Abaixo perpetrado pela India Maria na pessoa de seo marido o Indio Jose. Fez-se corpo de delicto, e esta a delinquente na cadeia, as cousas que ate agora sei, não são mais que a embriaguez de ambos que nesse estado brigarão em sua mesma casa. Cuiaba, 17 de julho de 1852.*

*Tenho de dar parte as V. Ex<sup>a</sup> de, dous homicidios havidos ultimamente um no mez hontem findo e outro ainda do mez de junho. O primeiro de que fallo teve lugar a 11 do passado no Districto de Santo Antonio do Rio abaixo, esta presa a delinquente que é a India Guaná de nome Maria e procedeu-se a formação da culpa no Juízo Municipal da Capital o morte foi o Indio Também Guaná chamado José, marido da delinquente.*

*Nenhum outro motivo parece ter lavado para este deploravel sucesso, senão a embriagues em que ambos estavam na ocasião e a que erão dados de muito tempo. Cuiaba 1<sup>a</sup> de agosto de 1852.<sup>207</sup>*

O hábito de consumir bebidas fermentadas e de raptar objetos do outro foi observado por Florence em 1827, quando descreveu que os Guaná cometem o roubo e furto com a maior desfaçatez. Na cidade, esta prática ganha outro significado: passa a ser um crime e seu autor, seja quem for, precisa sofrer as penalidades legais, entre elas a reclusão. A Legislação considerava que a punição e correção dos índios criminosos deveriam ser garantidas através da Decisão da Justiça n.º 59, de 01/03/1830, que declarava serem os índios governados pela Legislação Geral em que “prevalecendo a maldade se procurarão os meios legais de punição para correção dos criminosos”<sup>208</sup>.

Em geral, os homicídios e ferimentos ocorridos em Cuiabá eram considerados crimes oriundos de “paixões ardentes” de pessoas da classe mais baixa. Raros eram os registros de homicídios cometidos por pessoas a mando de outros autores ou roubos acompanhados de assassinato. “A má índole” dos habitantes era o discurso utilizado para justificar a criminalidade. Os principais motivos desses crimes foram assim relacionados:

<sup>206</sup> Luiza Rios Ricci Volpato. *Ibidem*, 1993: 51.

<sup>207</sup> Illmo. Exmo. Capitão de Fragata Augusto Leverger Presidente e Commandante das Armas da Provincia. Cuiaba, 1º de agosto de 1952. Lata 1852 A, APMT.

<sup>208</sup> Decisão nº 59 de 01/03/1830. In Manuela Carneira da Cunha (org.) *Legislação Indigenista no Século XIX*. Textos de Leis, 1992: 133.

*(...) a má educação do povo, - a vastidão do territorio em relação a sua população, - a carencia de força policial, sendo que as praças que visto se empregão se bem que poucas ainda assim [...], - a apatia que não deixa germinar a primeira impressão que produz a perpetração do crime, e logo degenera (...) de quem o commetheo. Destas circunstancias isoladas ou combinadas entre si resultão a muita defficuldade de efftuar-se a captura dos indiciados e de colligir os elementos precisos para a convicção do crime a repugnância de testemunhas a dizerem toda a verdade, a mesma indulgencia dos jurados, e finalmente a impunidade. Essa a seo turno produz a libuza naquelles que tem de servir no processo dos reos e o receio de que estes se vinguem de quem concorrem para asua oumição, formando-se assim hum circulo vicioso em que alternativamente se torna effeito a causa e a causa effeito<sup>209</sup>.*

José de Mesquita, ao analisar os crimes praticados em Cuiabá e seus arredores, no período de 1727 a 1879, considera que a maioria era resultante do consumo do álcool, da escravidão e sobretudo da libido, nascida e gerada pelos primeiros fatores. Ao se referir ao escravo, considera a sua influência na *gênese do crime*. (...). Fundamentando-se no estudo de Clovis Bevilaquia, Confrontos ethnicos e historicos, lembra que “as raças inferiores contribuem muito mais poderosamente para a criminalidade do que os arejados”, principalmente por defeito de educação e pelo impulso do alcoolismo. Mesquita ainda observa que se levasse em conta os crimes praticados pelos índios e pelos quilombolas da serra e do rio abaixo - nos anos de 1870 a 1890 - o censo dos delitos cometidos nas imediações de Cuiabá seria volumoso<sup>210</sup>.

Para que se comprovasse o crime, os Guaná eram sujeitados a um interrogatório com a presença de testemunhas, até a sentença final de uma pena que geralmente era a reclusão.

O índio Guaná Adriano Pereira, nascido em Albuquerque, filho de José Martins e Maria Pereira, batizado, quarenta anos, solteiro, trabalhava na lavoura, não falava o português e fora acusado de ter ferido o paisano Albino José Rodrigues, ao lado direito do peito com instrumento cortante e no olho esquerdo com instrumento de madeira. Após ter sido perseguido pela vitima, que o acusava de roubo, Adriano

<sup>209</sup> Illmo e Exmo. Sr Consro Euzebio de Queiroz Coutinho Maltos Comana – Ministro e Fecos d’ Estado dos Negocios do Justiça = Augusto Leverger. Assunto Militar – Nota: Chefe de Policia II. Palacio do Gov. de Mato Grosso em Cuiabá. 3 de Janeiro de 1852...LATA 1852 A, APMT.

foi diagnosticado pelos peritos, João Alves Lisboa e Ricardo da Costa Leite, nomeados pelo Juiz. Veja o relato abaixo:

*Acha-se na cadeia um Indio Guaná de nome Adriano que se ter morto a um certo Albino. Quem disse deo noticia e tem conhecimento das circunstancias do delicto é Francisco da Costa Leite a pouco vindo do Baixo Paraguay Queira N. S.<sup>a</sup> enquanto o dito Leite não volta, tomar por termo as informações que elle poder dar e proceder logo a qualificação e interrogatorio do indiciado a fim de prosseguir nas mais diligencias concernentes a formação da culpa. Lembro a N. S.<sup>a</sup> a nomeação de Curador lettrado que assista ao Indio e de interprete juramentado, se por ventura elle não é completamente senhor do fallar portuguez. Deos Guarde a N. S.<sup>o</sup> Cuiabá 14 fevereiro de 1852.  
Illmo. Snr. Juiz Municipal da Capital  
A [...] Fernandes de Araujo – Chefe de Policia<sup>211</sup>.*

Adriano sofreu um interrogatório dirigido pelo diretor dos índios e pelo subdelegado do Distrito da Freguesia de Albuquerque que, achando-se em acordo com os depoimentos das testemunhas e com o interrogatório feito ao Guaná, considerou o caso de competência dos Juizes de Direito, determinado no Regulamento nº 707 de 9 de outubro de 1850<sup>212</sup>.

Como o índio não falava o português, foi solicitado um intérprete juramentado para o depoimento e um Curador para representá-lo e acompanhar o caso. Adriano Pereira foi acusado de cometer homicídio e condenado a dois anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida na Cadeia Pública de Cuiabá. A causa do homicídio argumentada foi estar o Guaná sob efeito de bebida alcoólica, prática esta considerada comum na sua aldeia.

Com o mesmo argumento de estarem sob efeito de aguardente, dois índios do Distrito de Pedro II foram feridos e recolhidos na Santa Casa de Misericórdia no ano de 1895:

*Pelo que diz respeito ao distrito de Pedro 2º, consta-me que por motivo de embriaguez, forão gravemente feridos dous*

<sup>210</sup> José de Mesquita. *Gente e coisas de antanho*. Prefeitura Municipal de Cuiabá – Sec. Municipal de Educação e Cultural e Turismo. Programa “Cadernos Cuiabanos” nº 4 - - Cuiabá, abril de 1978:97.

<sup>211</sup> Juizo de Direito de Cuiabá. Assunto: crime. Caixa anterior : 02. Caixa atual: 07.Doc nº 19. Fundo: Tribunal da Relação Ano: 1851 a 1856. Escrivão: Joaquim de Souza Moreira. APMT.

<sup>212</sup> Juizo de Direito de Cuiabá. Assunto: crime. Caixa anterior : 02. Caixa atual: 07.Doc nº 19. Fundo: Tribunal da Relação Ano: 1851 a 1856. Escrivão: Joaquim de Souza Moreira. Cuiabá 15 de fevereiro de 1852 .APMT.

*índios de Nação Guana, os quaes se recolherão para o Hospital da Misericórdia afim de serem competentemente tratados*<sup>213</sup>..

Os Guaná descritos nos Processos-Crimes de Cuiabá passam a ser observados como “propensos à criminalidade pelo consumo de aguardente e pela sua índole”. O consumo de bebidas fermentadas, que era comum entre esses índios, é observada na capital como vício e a continuidade dessas antigas práticas, instigadora de assassinatos.

A Lei passa a percorrer um campo de práticas múltiplas que não tinham sido normatizadas. Por esta razão, criaram-se novas formas de instrumentos de poder e domínio, intensificando sobre os índios a vigilância, o controle e a coerção. Quando certos delitos se tornaram perigosos e insuportáveis para a convivência na sociedade civilizada, certamente Leis foram executadas. Neste sentido ela não é neutra e envolve certamente um campo de forças.

A vigilância intensifica-se sobre os Guaná, especialmente quando parte da sua população passa a ocupar outros lugares da cidade ou de seus distritos vizinhos. A prática desses índios vai sendo apontada pelas margens do rio Cuiabá e outros rios que nele deságuam.

Foi possível mapear alguns dos deslocamentos desses índios através da documentação pesquisada. Esse movimento não levou apenas famílias ou indivíduos, mas também os seus saberes e práticas. Partindo da compreensão de Michel de Certeau de que espaço é o lugar praticado, é possível admitir que as interações dos Guaná com outras localidades do rio Cuiabá possibilitaram a redução da sua população do aldeamento na margem direita do rio Cuiabá. Mas essas trajetórias indicam movimentos e ocupações desses índios manipulando e recriando lugares. Neste sentido, um lugar ocupado ganha o sentido de espaço, pois ele é tratado e alterado pelas práticas singulares.

No caso dos Guaná, a redução da população do aldeamento foi motivo para as autoridades considerá-los extintos e, conseqüentemente, sua população dispersa e confundida. Porém, a permanência desses índios nas suas terras foi assegurada pelos Presidentes de Província. Embora em diferentes situações, especialmente após a Lei

---

<sup>213</sup>.Secretaria da Policia em Cuiabá, 8 de maio de 1850 à Secretaria do Governo. LATA 1895 A, APMT.

de Terras de 1850, houve tentativas, por parte de particulares, de expulsão dos índios das terras concedidas.

### **As terras concedidas**

No período em que os Guaná foram aldeados em Cuiabá, as terras eram adquiridas através da posse, pois não havia nenhuma legislação geral sobre terras vigorando. A doação por Sesmaria acabara em 1822 e a Lei de Terras somente foi criada em 1850. No período de 1822 a 1850, a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, reconhecida por parte das autoridades e prevalecendo, portanto, sobre as sesmarias.

A partir da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, as terras devolutas passavam a ser adquiridas através da compra. As posses deveriam ser primeiramente comprovadas através do uso pelo cultivo e moradia habitual, e aquelas que se encontravam em forma de sesmaria ou outras concessões do Governo, não revalidadas pela Lei, só dariam direito à indenização das benfeitorias<sup>214</sup>.

No ano de 1854, o Decreto nº 1.318 de 30/01/1854, que regulamenta a Lei de Terras de nº 601 de 18 de setembro de 1850, determina prazos para medição e demarcação das propriedades. Com o Aviso de 1857, o governo imperial estipulou que o prazo para as medições não poderia exceder a um ano; porém, conforme assinala Lígia Osório Silva, essas demarcações perduraram durante todo o período imperial e enquanto durou a vigência da Lei de 1850<sup>215</sup>.

Em Mato Grosso, qualquer possuidor de terras seria obrigado a registrá-las a partir dos prazos fixados pelo Presidente da Província; porém, antes seria realizada a medição das terras particulares e só depois seria feita a das terras devolutas<sup>216</sup>.

No caso dos Guaná, as terras ocupadas pelo aldeamento à margem direita do rio Cuiabá foram concedidas pelo Presidente da Província na década de 1840 e, logo

---

<sup>214</sup> Lei de Terras nº 601, de 13 de setembro de 1850, At. 1º, Art. 5º e § 2º, p. 44.

<sup>215</sup> Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996:142.

<sup>216</sup> Lígia Osório Silva. *Ibidem.*, 1996:170.

em seguida, esses índios a ocuparam sem que houvesse contestação em momento algum.

Com a Lei de Terras de 1850, os aldeamentos que não estivessem cumprindo com os objetivos deveriam ser extintos e as terras indígenas transformadas em terras devolutas ao governo. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a terra dos índios não necessitava de legitimação, pois o título de índios era um título originário mas as terras das aldeias de índios dispersos e confundidos na massa da população civilizada deveriam ser incorporadas aos Próprios Nacionais<sup>217</sup>.

Nesse contexto da Lei de Terras de 1850, os Guaná passaram a ser tratados como índios confundidos entre a população local. Esse discurso pode ser observado nas narrativas do cronista Moutinho, que afirma categoricamente que os Guaná estavam “misturados ou confundidos” com a população da cidade. Após a instalação dos Guaná na margem direita do rio Cuiabá, certamente a relação desses índios com o cotidiano da cidade favoreceu uma interação com a população local mais intensa. Porém, essa denominação de “confundidos” se pautava na concepção da mistura racial e na negação da existência dos indígenas, a favor da uma raça pura e da formação de uma identidade homogênea.

*os poucos índios da Nação Guaná, aldeados alem do rio Cuiabá, proximo ao Porto Geral , continuam a prestar seos serviços como camaradas nas canôas que desta cidade viajão para o Baixo Paraguay e, pode-se dizer, que a maior parte delles acha-se confundida na maça da população*<sup>218</sup>.

A noção de “confundidos” é comentada por Manuela Carneiro da Cunha, como uma aparente assimilação dos índios para despojá-los de suas aldeias e, conseqüentemente, de suas terras. Tal noção correspondia a uma primeira versão dos critérios de identidade étnica do século XX<sup>219</sup>.

Embora as autoridades e outros homens da elite descrevessem os Guaná como confundidos ou civilizados, eles se auto-identificavam índios e procuravam garantir alguns serviços do governo, como o conserto das ferramentas com as quais trabalhavam:

<sup>217</sup> Manuela Carneiro da Cunha (Org.) *Ibidem.*, 1992:16 e 21.

<sup>218</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província. P. 23 25 v. Directoria Geral dos Indios de Cuiabá, 28 de abril de 1862. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna - Presidente da Província, João Baptista d' Oliveira - Director Geral dos Indios. APMT.

*Meia Legua abaixo do Porto desta Cidade, e à margem dálem existe arranchada uma porção de índios desta Nação emigrados do Baixo Paraguay, que não deixam perder occasião se pedir, e posto que já sejam tão civilizados [...] a classe da nossa gente baixa, julgão se todavia Índios, mas só para ter direito a brindes.*

*Com elles dependi o anno passado em ferramentas novas e concertos de velhas, a quantia de Rs 23\$550.*

*Deos guarde a V. Ex<sup>a</sup> Cuiaba 16 de dezembrro de 1853 = Illmo e Exmo. Inr Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, Dignissimo Presidente da Provincia - Henrique Jose Vieira, Director Geral dos Índios<sup>220</sup>.*

Essa noção de índios “confundidos” correspondia também ao exercício de constituição do povo e formação da cidadania. Quando os índios de uma aldeia regular eram identificados como civilizados ou aptos a viver em sociedade, não era necessária a presença de um diretor entre eles administrando-os ou dirigindo-os. A exemplo dos Guaná aldeados no rio Taquari, pode-se compreender este tipo de procedimento:

*Por oficio de 22 de fevereiro, resolveo a presidencia dispensar o cidadão Vicente do cargo de Director dos Índios “ Guanás” do Taquary por me contar não somente ter aquele Director, exchoveitando-se de suor atribuições, commetido abusos e arbitrariedades parte com os poucos índios d’aquela tribu como porque esses índios civilizados como já se acham e nogoso de seos direitos como cidadão, não precisam de quem os dirija<sup>221</sup>.*

Os Guaná aldeados em Cuiabá foram considerados preparados para não receber mais a proteção do governo e por diversas vezes, a posse das suas terras foram contestadas, como pode ser observado no relato abaixo:

*Illmo. e Exmo. Senr.*

*Responder no sentido das averiguações*

*Interrogatório junto a que proceder*

*Dr. Chefe policia*

*Em 11.3. 71*

*Representando-me Justino d’Almeida por si e por outros índios Guanans que se achão aldeados na margem direita do rio Cuiabá, próximo a Freguesia de Pedro 2º., que o Cossentino D. Diogo, actual proprietário da chácara do*

<sup>219</sup> Manuela Carneiro da Cunha (org.), *ibidem*, 1992:21.

<sup>220</sup> Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848-1860: 42, APMT.

<sup>221</sup> Relatório de Presidente da Provincia nº 9. Relatório com que o Exmo. Sem, 1º vice-presidente passou a administração da Provincia de Mato Grosso. O Exmo. Senr. General Hermy Ernesto da Fonseca em 4 de março de 1878. Assunto: Catequese, APMT.



*finado Tenente Coronel Leopoldino Lino de Faria os expulsara daquelle aldeamento, e fizera cercar o terreno d'este comprehendendo-o na área de sua propriedade; e sendo este acto uma usurpação prejudicial aos referidos índios por isso que o terreno occupado pelo aldeamento sempre foi considerado como propriedade d'elles pela posse não contestada em tempo algum, vou solicitar a V. Exa. as precisas providencias para que as respectivas autoridades mantenão os índios na posse de sua propriedade, e fação o referido Correntino demolir a cerca que indevidamente mandar construir.*

*Deos Guarde a V. Exa."*

*Illmo. Exmo. Snr. Conselheiro Dr. Francisco Antonio Raposa, Dignismo. – Presidente da Província.  
Antonio Luiz Brandão Director dos Indios<sup>222</sup>.*

Ao serem expulsos de suas terras, os Guaná logo recorreram ao Diretor Geral dos Índios com o objetivo de reivindicar as terras expropriadas. Após sujeitar-se a um interrogatório ministrado pela policia, o representante dos índios Guaná relatou sobre a expulsão dos habitantes do aldeamento e sobre o cercamento do terreno ocupado. O acontecimento foi considerado pelo diretor uma “usurpação” que acarretava sérios prejuízos aos Guaná, já que as terras ocupadas pelos referidos índios eram de sua propriedade, pela posse não contestada.

Em Cuiabá, os editais anunciavam que, pela Portaria de 13 de dezembro de 1872, os possuidores de terrenos sujeitos à revalidação e legitimação deveriam procurar as autoridades para medir e demarcar as terras num prazo de até dois anos, a partir de 1º de janeiro de 1872<sup>223</sup>.

Em 1873, outros proprietários requisitaram as terras onde os Guaná estavam aldeados, argumentando tê-las adquirido através da compra. O Diretor Geral dos Índios pediu providências ao Presidente da Província, para que mantivesse os Guaná em suas terras, na margem direita do rio Cuiabá, já que eles ali foram mantidos por ordem superior:

***Directoria Geral dos Indios em Cuiabá ( ) de abril de 1873.  
– Illmo. e Exmo. Senr. – Representando-me alguns indios Guanás, aldeados na margem direita do rio Cuiabá, proximo a Freguesia de Pedro 2º, que, tendo João Maria Machado, comprado de D. Anna Antonia Nunes Nogueira***

<sup>222</sup>. Documentos sobre as Terras do Aldeamento Guaná. Directoria Geral dos Índios em Cuiabá, 4 de março de 1871- LATA 1871 A, APMT.

<sup>223</sup> Manifesto do Chefe de Polícia Ayres Augusto do Araujo ao Presidente Joaquim Alves Ferreira . Praça Municipal de Cuiabá. 16 de dezembro de 1971. Microfilmes do APMT.

*as terras do aldeamento dos mesmos índios e que elles possuem há muitos annos, e estão nellas mantidas por ordem superior quando em 1871, o Cossentino D. Diogo tentou expulsal-os, pretextando haver comprado essas terras; quer o mesmo machado esbulhal-os da posse, e surdo este acto uma usurpação prejudicial aos referidos índios, por isso que o terreno occupado pelo aldeamento sempre foi considerado como propriedade d'elles, pela posse não contestada em tempo algum; vou solicitar a v. Exa. as precisas autoridades mantenhão os índios na posse de sua propriedade. Deos Guarde a V. Exa. – Illmo. e Exmo. Senr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis – Digno. Presidente d'esta Província – Antonio Luiz Brandão, Director Geral dos Índios<sup>224</sup>.*

Antes da Lei nº 601/1850, as terras da margem direita do rio Cuiabá foram concedidas aos Guaná e eles ali se fixaram. Mesmo considerados *confundidos* com a população local, suas terras foram asseguradas por ordem do Presidente da Província. Até o ano de 1901, quando Max Schmidt visitou os Guaná em Cuiabá e colheu seu vocabulário, localizou as habitações Guaná na margem oposta e um pouco mais abaixo do Porto, descrevendo-as como pequenas cabanas que sobressaíam do verde da margem e que de canoa era possível chegar lá em vinte minutos. Ou seja, várias famílias de Guaná, e provavelmente seus descendentes, permaneceram naquelas terras, identificados como índios até o início do século XX.

Certamente que a legislação de 1850 possibilitou a disposição para a venda das terras das aldeias esvaziadas, por concebê-las como devolutas. Com os Guaná o movimento foi ao contrário. Permaneceram nas terras sob a proteção da Diretoria Geral dos Índios e do Presidente da Província. Porém, a noção dos Guaná como confundidos e misturados entre a população local foi razão primeira para as tentativas de expulsão desses índios de suas terras. Primeiro porque houve um esvaziamento do aldeamento e as terras ainda permaneceram sob a posse dos poucos habitantes e de seus descendentes. Segundo porque a concepção de “misturados” estabelece que a imagem dos Guaná de Cuiabá é distanciada dos índios “puros”, e sua identidade passa a ser questionada.

---

<sup>224</sup> Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província, nº 191. Ano: 1860 – 1873:100, APMT.

## O fim do aldeamento

A partir de 1867, a *aldeia* dos Guaná em Cuiabá é declarada extinta e seus habitantes *dispersos, misturados e confundidos* entre a população da cidade e seus distritos. A noção sobre o fim do aldeamento Guaná, ou de que os índios estavam confundidos entre a população da cidade orienta para a idéia de uma natureza *pura* dos Guaná bem como da sua identidade, além de sustentar procedimentos políticos para a redução dos espaços possíveis de serem por eles ocupados. Essa compreensão serviu para fundamentar os procedimentos de desmobilização da população indígena, delimitação de seus espaços e mudança dos seus costumes para a integração na sociedade cuiabana.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira chama atenção para a noção de *mistura*, considerando que nela estavam imbutidos atributos negativos e de oposição aos *índios puros*. A partir de seus estudos sobre os índios do Nordeste, o autor propõe analisar a situação de índios misturados, pensando-a historicamente em três momentos de misturas assimilacionistas. O primeiro diz respeito à atração de famílias de nativos de diferentes línguas e culturas para os aldeamentos missionários, a fim de serem sedentarizados, catequizados e disciplinados ao trabalho. O segundo movimento ocorre através da aplicação do Diretório dos Índios que estimulou o casamento interétnico e a fixação de colonos brancos dentro dos limites dos aldeamentos. O terceiro, e para o autor a mais radical, ocorre a partir da Lei de Terras de 1850, quando tem início a regularização das propriedades rurais com a expansão das vilas urbanas e o governo provincial declara extintos os aldeamentos, incorporando as terras dos índios às comarcas municipais, que serão ocupadas, através de arrendamento, por glebas de pequenos agricultores<sup>225</sup>.

Nessa abordagem conduzida por Oliveira, podemos perceber algumas semelhanças ocorridas com os Guaná em Mato Grosso, especialmente quando o autor se refere às misturas instituídas pela política demográfica, econômica colonial e imperial. Porém, algumas singularidades históricas e arqueológicas presentes em estudos de Branislava Susnik, Silvia M. Schmuziger Carvalho, Maria Eunice Jardim

Shuch, já indicam a interação desse povo com outras culturas indígenas diferentes, fundamentais para a sua organização social. Antes mesmo da mistura como resultado da política colonial, corrida através das Missões e Aldeamentos, proposta por João Pacheco, enquanto a *primeira mistura*, já ocorriam interações outras que historicamente foram mais fundamentais para construir um modo de ser Guaná.

Em Cuiabá, os Guaná vão aos poucos sendo identificados como parte da população local e a documentação fará cada vez menos referência a eles enquanto índios.

Alguns acontecimentos na Província de Mato Grosso foram considerados historicamente como desmobilizadores dos povos indígenas e merecedores de atenção. A Guerra do Paraguai teria influência significativa na dispersão dos Guaná no sul de Mato Grosso, mas em Cuiabá não há registros que sustentem tal afirmativa. Algumas queixas foram declaradas por uma índia ao subdelegado de polícia, sobre a presença de paraguaios na aldeia Guaná de Cuiabá:

*Ao Delegado de Policia. Palacio da Presidencia de Mato Grosso em Cuiabá 14 de dezembro de 1867 – Queixando-se me Manoela Maria India Guaná, residente na Aldeia sito abaixo do Porto Geral, de que o sargento paraguayo Benjamim Ferreira se apoderara lentamente de sua casa e bens, haja Vm. De averiguar com urgente este facto; e de fazer sahir em continente o dito paraguayo, no caso de se verificar ser verdadeira queixa, dando-me conta resultado. Deos Guarde a Exma. Doutor José Vieira Couto Magalhães. Senr. Delegado de Policia do termo da capital<sup>226</sup>.*

Mas foi no ano de 1869 que o aldeamento Guaná *perdeu* muitos de seus habitantes vitimados pela epidemia da varíola que assolou a cidade. A varíola, também conhecida por *bexigas*, é uma doença infecciosa aguda com período de incubação de aproximadamente doze dias, seguindo de febre, erupção muscular, formação de pústulas na face, mão e pés, com manifestação de pneumonias, artrites, entre outras. Esta doença contaminou moradores da cidade e de seus arredores, percorrendo também distritos e outras cidades vizinhas. Segundo o Relatório do

---

<sup>225</sup> João Pacheco de Oliveira. Uma etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In *Revista Mana Estudos de Antropologia Social*. Vol 4, n. 1, abril de 1998: 47-77, p. 52-53

<sup>226</sup> Livro de Registro da Correspondência entre a Presidência e o chefe da Polícia Juizes de Direito e Municipais, Delegados e Subdelegados. Ano: 1865 a 1870 Livro – 225, p. 108.

Vice-Presidente da Província Batista de Oliveira, o Barão de Aguapehy, a epidemia só não atingiu o município de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade).

Para Volpato, a varíola foi trazida para Cuiabá pelos soldados que haviam participado da guerra da Tríplice Aliança. Embora as autoridades soubessem que em diversos momentos a população estava ameaçada, nada fizeram para impedir a propagação da doença que, quando se alastrou, foi identificada como “peste”<sup>227</sup>.

Em Cuiabá, os Guaná também foram contaminados pela varíola e o cronista Moutinho faz as seguintes observações:

*Constou-nos que algumas pessoas mandarão atirar roupas e colchões emprestados de bexigas, em diferentes lugares, onde os índios podessesm apanhal-os, afim de contaminar a esses infelises o mal que assolava as povoações. É de crer que de tão imprudente medida, resultassem senõs infortunios aos índios; entretanto não podemos haver uma noticia exacta do resultado da malvadez de quem, em occasião tão dolorosa, se lembrava ainda de fazer progredir a peste, levando-a até o centro das florestas. Os guanás soubemos que soffrerão muito, e que ficara sua aldêa quasi despovoada. Isto prova que entre nós, há mais vigilancia que nos gentios, que embora nos ataquem traiçoeiramente, o fazem com armas mais proprias, e com mais lealdade*<sup>228</sup>.

Moutinho apresenta um contexto da varíola em Cuiabá e da provável contaminação dos índios através de objetos lançados nas suas habitações por pessoas interessadas no seu extermínio. Esta possibilidade sugere que a população nem sempre aceitava de maneira pacífica a presença desses índios na cidade.

Boamorte Manoel de Campos recordou que muitos Guaná contaminados foram isolados em barracões destinados à reclusão dos doentes com varíola. Lembrou ter encontrado, quando criança, crânios humanos numa área alagada próxima a sua casa, conhecida por pirizeiro, e que estes crânios poderiam ser dos índios mortos com aquela doença<sup>229</sup>.

O relatório oficial do Diretor Geral dos Índios, exigido pelo então Presidente da Província, General Barão de Melgaço, sobre o estado em que se

<sup>227</sup> Luiza Rios Ricci Volpato. *Cativos do Sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. 1993:73- 77.

<sup>228</sup> Joaquim Ferreira Moutinho. *Ibidem*, 1869: 138. Nota de rodapé nº 3.

encontravam os indígenas da Província, faz o seguinte comentário sobre os Guaná de Cuiabá:

*A epidemia das bexigas que grassou n'esta provincia em 1867, fez desaparecer a pequena Aldea de Guanás que existia na margem direita do rio Cuiabá, abaixo do Porto Geral matando a maior parte dos Indios que n'ella habitavão. Os poucos que restarão mudarão-se d'alli e se confundirão com a população* <sup>230</sup>.

A documentação oficial afirma que o aldeamento desapareceu por volta de 1869, cujos índios contaminados morreram ou mudaram-se para outros lugares. Embora o discurso oficial considere o desaparecimento da Aldea dos Guaná devido à redução de seus habitantes, o etnólogo alemão Max Schmidt, entre os anos de 1900 e 1901, encontra os Guaná ainda na margem direita do rio Cuiabá, colheu seu vocabulário e fez as seguintes considerações:

*Do porto de Cuiabá, capital do Mato Grosso, se avista na margem oposta um pouco abaixo algumas pequenas cabanas sobressaindo do verde da margem, que estão habitadas por índios Guaná. Em cerca de 20 minutos a pequena povoação pode ser alcançada com uma canoa. O material lingüístico da língua guaná a seguir é resultado de uma visita, que eu fiz nos últimos dias de agosto do ano de 1901 a estes índios de Cuiabá. No que diz respeito aos modos de vida dos moradores desta pequena povoação, eles se tornaram plenamente brasileiros. Meu informante Joaquim em cuja casa eu fiz anotações, era filho do único Principal que de acordo com a informação de Joaquim há cerca de 50 anos foi fundador deste povoado. Ele como seu irmão aprenderam marcenaria e eram tratados na redondeza como marceneiros. Como as poucas famílias entre si falassem português, somente os adultos dominam a língua guaná e mesmo eles tiveram que se auxiliar mutuamente no levantamento lingüístico quando se tratava de palavras de animais e plantas individualmente. Mesmo que esses poucos e morando tão longe dos demais membros da tribo perderão sua língua em breve, mantém de acordo com a afirmação de Joaquim sua pureza de sangue. De grande valia para a anotação lingüística foi que eu encontrei em Joaquim um mediador inteligente e de boa*

<sup>229</sup> Boamorte Manoel de Campos, morador da Alameda Júlio Müller e descendente de Guaná, afirmou que o lugar onde atualmente está edificada a empresa da Sadia Oeste S.A. foi um antigo "isolamento" dos índios Guaná, contaminados com a varíola.

<sup>230</sup> Relatorio exigido pelo Presidente da Província em officio datado em 10 de junho de 1869: 71 a 73 ao Diretor Geral dos Indios Antonio, digo Alexandre Jose Leite. Registro da Correspondência oficial da Diretoria Geral dos Indios com a presidencia da Provincia, APMT.

*vontade, assim que em poucas horas de permanência pude anotar um relativamente rico vocabulário, pequenas frases e expressões, assim como alguns dados gramaticais* <sup>231</sup>.

A partir do relato de Schmidt, é possível identificar, ainda no ano de 1901, a presença de famílias Guaná habitando a margem direita do rio Cuiabá e falando a língua nativa. Embora entre os jovens predominasse a língua portuguesa, seus descendentes provavelmente adquiriram alguns termos e variações. Quanto ao local habitado pelos Guaná, Schmidt chamou de “povoado”, afirmando que os índios haviam se tornado plenamente brasileiros.

A noção sobre o fim do aldeamento possivelmente pode estar relacionada ao fim de estrutura administrativa que reunia os índios num único espaço, para melhor controlar suas práticas. Porém, outras possibilidades são possíveis de serem aqui discutidas. A dispersão dos Guaná para fora do aldeamento pode indicar que esses índios passaram a ocupar outros espaços. A documentação pesquisada oferece pistas no sentido de localizar possíveis descendentes de Guaná escondidos nas faces da população.

Em sua viagem pelas *Regiões Centrais da América dos Sul*, Francis Castelnau, em 1845, percorre Cuiabá e vai descrevendo várias famílias guaná trabalhando em engenhos de cana-de-açúcar localizados nas margens do Coxipó-Mirim, em Melgaço (atual município de Barão de Melgaço) e outras localidades até o rio Piraim.

Através de estudos dos Processos-Crime é possível mapear os Guaná habitando Sarto Antônio do Rio Abaixo, distante 30 km a jusante de Cuiabá, vivendo em moradias próprias e participando de festejos públicos. As expedições punitivas também levaram os Guaná, que participaram como trilhadores das expedições, para Chapada dos Guimarães e para o Aricá Guassú (Aricá-Açú). A presença desses índios nos acampamentos militares daquela localidade, pode ser observado no relato abaixo:

*Pedindo a Presidencia a soltura de 2 indios menores recrutados, filhos do indio Braz Guaná  
Illmo. e Exm. – Hontem apresentou-se o velho Indio de nome Braz, de nação Guaná, dos refugiados de*

---

<sup>231</sup> Max Schmidt. *Guaná*. In: “Zeitschrift fuer Ethnologie”, 1903, apresentado numa Reunião na Alemanha em 15 de novembro de 1902. Tradução: Ivo Schroeder.

*Albuquerque, e ora morador no Districto de Santo Antonio do rio Abaixo, queixando-se de haverem alli recrutado seos dous filhos menores de nomes Ricardo e José, e os condusido para o acampamento do Aricá. Tendo o dito Indio outro filho no Exercito, e ponderando-me que aqueles dous são os que o ajudão a manter-se na sua velhice, sou a rogar a V. Exa. se digne providenciar de maneira que, a não haver outra circumstancia que motivasse aquelas prisões, sejam dispensadas os dous filhos do queixado, que pela sua avançada idade torna-se merecedor de alguma equidade.*

*Deos Guarde a V. Exa. Directoria Geral dos Indios em Cuiabá, 29 de julho de 1865. Illmo. e Exmo. Snr. General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, Dgmo. Presidente da Provincia – Alexandre José Leite, Director Geral dos Indios.*<sup>232</sup>

Em Cuiabá os Guaná são descritos trabalhando pelas margem esquerda do rio Cuiabá, no lugar conhecido por Pari e ainda as fontes cartográficas indicam lugares percorridos e ocupados pelos Guaná<sup>233</sup>. Vejamos o mapa na página seguinte:

---

<sup>232</sup> Officio do Director Geral dos Índios General Alexandre Manoel Ambino de Carvalho, ao Illmo.e Exmo. Snr. Presidente da Provincia, Alexandre José Leite. Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1860-1873, 29 de julho de 1865., p. 59 v., nº 191. APMT.

<sup>233</sup> Documento Avulso. O Promotor da Justiça Francisco Agostinho Ribeira. Cuyabá., 6 de etembro de 1909 APMT.





O mapa na página anterior é uma compilação das informações contidas na *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada no Serviço de Conclusão de Carta de Mato Grosso (Ministério da Guerra, Estado maior do Exército), sob a direção geral de Cândido Mariano da Silva Rondon*, no mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju e na Carta Etnográfica segundo Roquete Pinto.

O mapa de Cândido Mariano da Silva Rondon apresenta os Guaná ocupando as proximidades dos rios Pari, Espinheiro e Bandeira – todos afluentes do Cuiabá -, provavelmente transitando e vivendo em lugares como Nossa Senhora da Guia, Passagem da Conceição, Nossa Senhora do Livramento e num lugar denominado no mapa como Olaria<sup>234</sup>. No mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú os Guaná são localizados próximos ao Coxipó<sup>235</sup>.

A partir dessas ocupações dos Guaná, provavelmente famílias inteiras se deslocaram para outros espaços não relatados na documentação. Traços da sua experiência revelam-se no cotidiano de ribeirinhos, pescadores, artesãs e redeiras e, ainda, de alguns personagens que compõem a população da cidade.

Podemos, portanto, pensar o deslocamento desses índios para outros lugares e o esvaziamento do aldeamento como uma estratégia e mecanismo de continuidades de saberes e práticas, fora das estruturas criadas pelas políticas oficiais.

---

<sup>234</sup> Cândido Mariano da Silva Rondon. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada no Serviço de Conclusão de Carta de Mato Grosso (Ministério da Guerra, Estado maior do Exército), sob a direção geral de S. Ex. Sr. Gen. De Div. Cândido Mariano da Silva Rondon e Direcção Grafica Executiva do Ge. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e os elementos abaixo indicados. Projecção policônica Americana. Escala – 1:1.000.000, 1952.*

<sup>235</sup> IBGE. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XIX, os Guaná vão ocupar as páginas dos relatórios e cartas oficiais, diários de expedicionários e cientistas que visitaram a Província de Mato Grosso. Eles ganham visibilidade nos textos sendo classificados como índios “mansos”, “hospitaleiros” e “industriais”. Em relação aos demais povos indígenas da Província, os Guaná são contrastados e claramente diferenciados pelas suas práticas e comportamentos, qualificados como *civilizados*.

As descrições de Langsdorff sobre os Guaná, em meados da década 1820, marcam claramente os elementos centrais que valorizavam esses índios em relação aos demais:

*Os guanás têm um nível cultural bem mais elevado, [que os guató] foram civilizados pelo atual bispo de Cuiabá, e a maioria é batizada. Eles vivem da comercialização de seu artesanato; são monógamos, asseados, andam vestidos e moram em aldeias, em cabanas bem construídas. Certamente por causa dos seus hábitos de higiene, eles aparentam ser mais brancos do que as demais nações indígenas brasileiras que já observei até hoje.*<sup>236</sup>

A narrativa de Langsdorff elucida os aspectos que foram eleitos para qualificar os Guaná como *civilizados* e toma como parâmetro o modelo ocidental de cultura, estabelecendo níveis hierárquicos de comportamento, estética, trabalho e religiosidade.

Os relatos oficiais dos diretores-gerais dos índios e Presidentes da Província, qualificam os Guaná com base nas atividades econômicas por eles realizadas: a agricultura, a tecelagem, a transformação da cana-de-açúcar, a fabricação de artesanato e o desempenho no comércio; todos considerados como *úteis* à Província.

O interesse das autoridades locais pelos Guaná foi responsável pelo investimento de recursos destinados à sua catequese, através Missão Nossa Senhora

---

<sup>236</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva (Org.). Os diários de Langsdorff. Vol. III, *Mato Grosso e Amazônia, 21 de novembro de 1826 a 20 de maio de 1828* Tradução: Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Editores: Bóris Komissarov e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997 : 43.

da Misericórdia, instalada junto às suas habitações em Albuquerque e administrada pelo capuchinho José Maria Marcerata. Este missionário foi capaz de reunir os Guaná e os Kinikináo - ambos subgrupos pertencentes ao mesmo povo Guaná - para que recebessem os ensinamentos da religião cristã e fossem motivados à prática da agricultura. Como esses índios já possuíam experiência com manejo e técnicas de cultivo, o resultado foi considerado de grande proveito e serviu de modelo para os demais povos indígenas da Província.

Além da Missão, os Guaná também viveram em aldeamentos oficiais estabelecidos a partir de 1845 através do Regulamento nº 426, considerado o mais bem sucedido da Província de Mato Grosso. Porém, as fontes pesquisadas também declaram que dos resultados alçados, poucos atenderam às determinações do regulamento, pelos seguintes motivos: os baixos salários pagos aos empregados e administradores, inviabilizavam a atração e manutenção de pessoas dispostas a conviver entre os índios, a falta de experiência leiga com a catequese, e as despesas da Diretoria com os aldeamentos, consideradas altas. Contudo, a política de aldeamento dos Guaná teve como principal resultado, a pluralidade das atividades profissionais desses índios e o aumento da prestação de serviços remunerados.

Na década de 1840, a maioria dos subgrupos Guaná de Albuquerque migram para Cuiabá, por interferência de José Maria Macerata junto ao Presidente da Província, sob o argumento que eram índios úteis à capital na realização de várias atividades. Entre elas, destacam-se as destinadas à exportação - como a poaia, a fabricação de tecidos de algodão, o processamento do couro de boi - e aquelas voltadas para a navegação, como o transporte de autoridades e demais passageiros de Cuiabá para Corumbá e para a Província de São Paulo e, ainda, nas cargas e descargas das embarcações.

Tal situação socioeconômica possibilitava aos Guaná recorrer ao mercado para a aquisição dos bens manufaturados que necessitassem, porém, esses índios continuaram a reivindicá-los das autoridades da Província como troca identificando-se como índios - não misturados- e pela importância de seus serviços prestados. Além dos bens, os Guaná requisitavam serviços e cerimônias, como honras militares aos sepultamentos de alguns de seus mortos, promoções às patentes de capitão e tenente e dispensa de serviços militares. Tais pedidos, embora questionados, sempre foram atendidos pelos presidentes da Província sob a condição de não desagradá-los.

O que motivou os Guaná a continuar reivindicando das autoridades objetos e serviços, se eles já possuíam condições de adquiri-los? Dois aspectos merecem destaque: o primeiro, pode estar relacionado ao *ethos* desse povo e diz respeito a relação de troca estabelecida com o outro – neste caso, as autoridades com determinados poderes de decisão, interessando aos índios menos os objetos em si e mais o significado da troca. O segundo aspecto, relaciona-se à maneira como os Guaná lidavam com a sociedade do outro. Negociavam, via de regra, com os chefes e as autoridades locais, reivindicavam, negavam e até mesmo impunham decisões – aprendendo as estratégias das forças e poderes, no jogo dos interesses.

Certamente esses índios compreendiam como os poderes eram conduzidos na província e que estabelecer alianças, a exemplo dos Guaikurú, embora em outro nível e contexto, poderia favorecê-los.

Nesse sentido, Edward W. Said afirma que o contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo, havendo sempre algum tipo de resistência ativa e, na maioria dos casos, essa resistência acabou preponderando<sup>237</sup>.

Assim como os índios *selvagens* criaram resistências para se impor diante do imperialismo, os *mansos* também tiveram outros mecanismos e estratégias. O exemplo dos Guaná mostra como foi necessário que aprendessem a conviver com forças controladoras, das pessoas e dos espaços, incorporando-as na sua cosmovisão, em suas práticas e saberes.

Michel de Certeau chama de “táticas” os procedimentos sutis de jogar com os poderes impostos, aproveitando as ocasiões e a mobilidade da conjuntura. Segundo o autor, não se trata de uma ruptura com o poder, mas de criar procedimentos *astuciosos* que escapem às disciplinas. É apropriar-se da ordem política e econômica - especialmente das leis - para reelaborar e fabricar outras regras. Em suma, para Certeau, a tática é a arte do fraco e, quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, mais sujeitas estarão às astúcias, presentes

---

<sup>237</sup> Edward W. Said *Cultura e Imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 1995: 13.

nas práticas das comunidades de antigos costumes, e em todos os espaços, sem estarem fixas num único lugar<sup>238</sup>.

A instalação de uma aldeia dos Guaná na margem direita do rio Cuiabá, em terras doadas pelo Presidente da Província, é resultado dos interesses de ambos: das autoridades eclesiásticas e provinciais e dos próprios Guaná. Não foi por acaso que esses índios foram considerados merecedores de ocupar as terras localizadas nas proximidades da cidade.

Com a instalação do aldeamento dos Guaná em Cuiabá, intensifica a presença desses índios na cidade compondo a sua população. Suas atividades estarão vinculadas aos serviços considerados necessários e importantes no espaço citadino; para tanto desempenharão trabalhos especializados no ramo da navegação, marcenaria, sapataria, como carregadores, pescadores, fabricantes de redes e outros artefatos, prestando serviços remunerados aos demais habitantes da capital. Percebe-se, também, que as práticas agrícolas dos Guaná vão estar em outro nível de importância, servindo apenas à subsistência desses índios.

As terras ocupadas pelas habitações dos Guaná em Cuiabá, foram diversas vezes invadidas por particulares e seus habitantes expulsos. A partir de 1869 o aldeamento foi oficialmente declarado extinto, pela pouca quantidade de índios que ali ainda permaneciam. Contudo, o fim da aldeia, anunciada pela Diretoria Geral dos Índios e pelo Presidente da Província durante o ano de 1869, não significou o fim da sua existência ou do reconhecimento desses índios enquanto povo.

Os Guaná estarão interagindo no interior da cidade através de diferentes formas de sociabilidade com a população citadina e nos arredores de Cuiabá. Participarão de festejos públicos, recorrerão a tratamentos de saúde na Santa Casa de Misericórdia, serão julgados por crimes e receberão penas. Serão identificados como índios, mas seu tratamento será semelhante ao da população pobre, o que implicará também numa percepção desses índios através de atributos negativos, especialmente quando é considerada a sua relação com os negros e escravos.

Os deslocamentos realizados pelos Guaná levaram famílias inteiras para vários distritos de Cuiabá, quase sempre nas proximidades de rios e córregos. Neste

---

<sup>238</sup> Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradutor: Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 1996:100-101.

sentido, tais movimentos podem ser considerados constituidores de rupturas, mas também de permanência de seus costumes, saberes e práticas.

Foi assim que pude encontrar com o ribeirinho Boamorte Manoel de Campos - fio condutor deste trabalho – e compreender a cidade de Cuiabá enquanto um lugar significativamente marcado pela presença dos Guaná, povo índio que, sobremaneira, contribuiu para o jeito de ser dessa cidade e da sua gente.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

## Fontes Manuscritas

Extracto do discurso do presidente da Provincia do Mato Grosso, o Doutor Joze' Antonio Pimenta Bueno ,na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Assunto: Indios e População. 1º de março de 1837. Doc. Avulso. APMT.

Fala com que o Exmo. Senr. Dr. José Pedrosa abriu a sessão. 1 de novembro de 1878. Doc. Avulso, APMT.

Fala com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão abriu a 2 sessão da 23 Legislatura d'Assemblea desta Provincia de Mato Grosso . Travessa dos voluntarios da Patris nº 14. Cuiabá 1881, APMT.

Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios, 1848 –1860, nº. 101, APMT.

Manifesto do Chefe de Polícia Ayres Augusto do Araujo ao Presidente Joaquim Alves Ferreira . Praça Municipal de Cuiabá, 16 de dezembro de 1971, Microfilmes negativo do APMT.

Ofícios avulsos. Quartel de Cuiabá. 27 peças, 18 de setembro de 1825. LATA 1825, APMT.

Ofício de Nuno Anastacio Monteiro de Mendonça para o Presidente da Provincia Antônio Corrêa da Costa. Quartel do Comnado Militar em Albuquerque, 27 de setembro de 1832. Lata 1832 A, APMT.

Ofício de Joze Rufo de P. Capm. Comme. Militar ao Illmo. e Exmo. Senr. Vice-Prezidente Andre Gaudie Ley.Quartel de Albuquerque 15 de julho de 1833. Lata 1833 B, APMT.

Ofício de José Maria Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: Descrição das diversas Nações de Indios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a diocese de Mato Grosso pelo Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis. Cuiabá 5 – 12 e 24 – 8 de 1843 – 34 pp.. Arquivo. Coleção: Virgílio Correa Filho. LATA 763.PASTA 19. IHGB.

Ofício de Joaquim Alves Ferreira – Director dos Indios ao Ilmmo. E Exmo. Snr. Dr. João Crispainno Soares presidente desta Provincia. Lata 1847 A . APMT.

Ofício. Henrique José Vieira, Director Geral dos Indios ao Illmo. e Exmo. Snr.Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, Presidente da Provincia nº 536, 28 de dezembro de 1852. Livro de Registro da Directoria Geral dos Indios 1848 – 1860.APMT.

Oficio do Chefe de Policia II - Luiz Pedroso Duarte Subdelegado de Policia, ao Senr. Augusto Leverger - Presidente desta Provincia. Lata 1852 A. Assunto Militar.

Ofício da Secretaria da Policia em Cuiabá à Secretaria do Governo, 8 de maio de 1850. LATA 1850, APMT.

Ofício de Joaquim Alves Ferreira - Director Geral dos Indios ao Illmo. Exmo. Snr. Joao José da Costa Pimentel Prezidente d'esta Provincia. Cuiabá 30 de janeiro de 1851. Caixa anterior: 02. Caixa atual: 07. Doc. Nº 19, APMT.

Ofício. Illmo. e Exmo. Snr. Augusto Leverger Presidente desta Provincia a Joaquim Alves Ferreira – Director Geral dos Indios. Cuiaba 21 de junho de 1851, APMT.

Ofício Chefe de Policia II. Palacio do Gov. de Mato Grosso em Cuiabá. 3 de Janeiro de 1852. Illmo e Exmo. Sr. Consro Euzebio de Queiroz Coutinho Maltosos Comana – Ministro e F. d' Estado dos Negocios do Justiça, Augusto Leverger. LATA 1852 A., Assunto Militar, APMT.

Ofício ao Illmo. Exmo. Senr. Conselheiro Euzebio de Queiroz Coutinho Matozo da Camara do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça Silveiro Fernandes de Araujo . Secretaria da Policia em Cuiabá 1º de janeiro de 1852.. Assunto Militar, LATA 1852 A, APMT.

Ofício de Silveira Fernandes de Araujo – Chefe de Policia II, a Illmo. Senr. Cap. De Fragata Augusto Leverger – Presidente da Provincia .Cuiabá 14 de abril de 1852. Assunto Militar. LATA 1852 A, APMT.

Ofício. Illmo. Exmo. Capitão de Fragata Augusto Leverger Presidente e Commandante das Armas da Provincia. Cuiaba, 1º de agosto de 1852. Lata 1852 A, APMT.

Oficio do Chefe de Policia II Luiz Pedroso Duarte, Subdelegado de Policia, ao Senr. Augusto Leverger Presidente desta Provincia. Assunto Militar. LATA 1852 A, APMT.

Ofício de Luiz Pedroso Duarte – Subdelegado de Policia ao Illmo. Augusto Leverger, Presidente da Provincia. Miranda, 2 de agosto de 1852. LATA 1852 A, APMT.

Ofício nº 84 do Capitão Comandante Antônio Peixoto para Cap. de Mar e Guerra Augusto Leverger Presidente e comandante da Provincia.. Assuntos Militares, Lata 1854. APMT.

Ofício nº 76 do Chefe de Policia Joaquim Augusto de Holland Costa Freire ao Illmo. e Exmo. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente d'esta Provincia. Secretaria de Policia em Cuiabá, 11 de junho de 1858. LATA 1858 A APMT.

Ofício de Antonio Maria Coelho-Diretor dos Índios para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Provincia.. Albuquerque, 21 de agosto de 1858. LATA 1858 C, APMT.

Ofício. Diretor Antonio Maria Coêlho ao Illmo. e Exmo. Snr Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, Presidente da Província. Albuquerque, 16 de novembro de 1858. LATA 1858 D, APMT.

Ofício. Diretor Antônio Maria Coelho ao Illmo. e Exmo. Snr Chefe de Divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, Presidente da Província. Albuquerque, 18 de novembro de 1858. LATA 1858 D, APMT.

Ofício do subdelegado Caetano da Silva Albuquerque a João Baptista, Capitão Secretario. Miranda, 1º de julho de 1858. LATA 1858 D, APMT.

Ofício do Director Geral dos Índios General Alexandre Manoel Ambino de Carvalho ao Illmo.e Exmo. Snr. Presidente da Província, Alexandre José Leite. Registro da Correspondência Oficial da Directoria Geral dos Índios. Ano 1860-1873, 29 de julho de 1865., p. 59 v., nº 191. APMT.

Ofício Commando da Flotilha de Matto Grosso, Bordo do Vapor Antonio João (...) de Melgaço, 1º de agosto de 1867.a Senr. Jose Vieira Couto Magalhães – Presidente da Provincia. LATA 1867 B, nº 2., APMT.

Ofício de Antonio Luiz Brandão -Director Geral dos Índios - ao Illmo. e Exmo. Senr. Tene. Corel. Francisco José Cardoso Junior, Digno. Presidente desta Província. LATA 1871 A., APMT.

Ofício. Illmo. Senr. Ten Corel. Francisco José Cardoso Junior, dig. Presidente da Provincia - Antonio Luiz Brandão, Diretor Geral dos Indios.Diretor Geral dos Indios, 5 de novembro de 1871. Registro da correspondencia oficial da Directoria Geral dos Indios com a Presidencia da Provincia. Ano 1860-1873, p. 79 APMT.

Ofício. Illmo. Senr. Ten Corel. Francisco José Cardoso Junior, dig. Presidente da Provincia - Antonio Luiz Brandão, Diretor Geral dos Indios.Diretor Geral dos Indios, 9 de novembro de 1871. Registro da correspondencia oficial da Directoria Geral dos Indios com a Presidencia da Provincia. Ano 1860-1873, APMT.

Ofício. Illmo. Senr. Ten Corel. Francisco José Cardoso Junior, dig. Presidente da Provincia - Antonio Luiz Brandão, Diretor Geral dos Indios.Diretor Geral dos Indios, 30 de novembro de 1871. Registro da correspondencia oficial da Directoria Geral dos Indios com a Presidencia da Provincia. Ano 1860-187, p. 82. APMT.

Ofício ao Illmo. e Exmo. Corel. Antonio de Cirqueira Caldas ao Vice Presidente presidente da província Antonio Luiz Brandão e Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Directoria Geral dos Indios, 11 de junho de 1871. LATA 1871 A, APMT.

Ofício ao Illustrissimo Senhor Doutor João Maria Lisboa - Chefe de polícia da Província a Adão Jose Soares, segundo suplente do Delegado de policia. Conforme: O secretario José Gomes da Silva. 10 de janeiro de 1881. LATA 1881 C, APMT.

Ofício da Subdelegacia de policia da Freguesia de Sant'Anna da Chapada em 18 de janeiro de 1882. Ilmmo. Sr. Sene. Coronel José Leite Galvão, Digno. Chefe de

Polícia da Província - Jose Raymundo de Siqueira Subdelegado em exercício.  
Conforme o secretario Jose Gomes de As. LATA 1882 D, APMT.

Processo Criminal, Juízo de Direito de Cuiabá. Assunto: crime. Caixa anterior : 02.  
Caixa atual: 07.Doc nº 19. Fundo: Tribunal da Relação Ano: 1851 a 1856. Escrivão:  
Joaquim de Souza Moreira. Cuiabá 15 de fevereiro de 1852, APMT.

Prestação de Contas na Thesouria onde foram apresentados os documentos que as  
legalizam, 18 de dezembro de 1852. Livro de Registro da Directoria Geral dos Indios  
1848 – 1860.APMT.

Pauta dos preços dos preços correntes dos gêneros sujeitos a dizimo nos Mercados  
desta Capital, e que vigorara nos dias que decorrerem de 12 a 18 do corrente mês.  
LATA 1871 A, APMT.

Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso (1841 a 1852). Registro das  
Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Livro nº 2  
APMT.

Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso nº 2, ano 1841 a 1852. Registro  
das falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Assunto:  
Culto Público, APMT.

Registro das falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial,  
1841- 1851. Assunto: Catechese e Civilização dos indigenas, APMT.

Relatório de João Baptista d'Oliveira, Director Geral dos Indios ao Dignissimo  
Presidente da Provincia.- Illmo. E Exmº Inr. General Joaquim Raimundo de Lanere.  
Cuiabá 30 de abril de 1859.APMT.

Relatorio de Presidente da Província de Mato Grosso.Exmo. Senr.General Herny  
Ernesto da Fonseca em 4 de março de 1878, nº 9. Assunto: Catechese, APMT.

Relatorio do estado da catechese e civilização dos Indios de Matto – Grosso,  
apresentado ao Presidente da Província em data de 31 dedezembro de 1858, pelo  
respectivo Director geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois Barão de  
Aguapehy. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Indios. Ano 1848-1860. APMT.

Relatorio de Presidente da Província Francisco José Cardozo Junior, 1972 . Assunto:  
Indios – II, nº 6, APMT.

Relatório do Presidente da Província Sr. João José Pedrosa. em 1 de outubro de  
1879:185 Nº 11, APMT.

Relatório do Presidente da Província General Barão de Maracajú. 1880. APMT.

Relatorio do Presidente da Província nº 13, General Barão de Maracaju, Presidente  
de Matto Grosso, Ano 1880. APMT.

Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província. P. 23 25 v. Directoria Geral dos Indios de Cuiabá, 28 de abril de 1862. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna - Presidente da Província, João Baptista d' Oliveira - Director Geral dos Indios, APMT.

Registro da Correspondência entre a Presidência e o chefe da Polícia Juizes de Direito e Municipais, Delegados e Subdelegados. Ano: 1865 a 1870. Livro 225, APMT.

Relatório com que o Exmo. Sem, 1º vice-presidente passou a administração da Província de Mato Grosso. O Exmo. Senr. General Hermy Ernesto da Fonseca em 4 de março de 1878. Nº 9, APMT.

Registro da Correspondência Oficial da Directoria Geral dos Indios com a Presidencia da Província. Ano: 1860 – 1873, nº 191, Ofício Documentos sobre as Terras do Aldeamento Guaná. 4 de março de 1871- LATA 1871 A, APMT.

Registro da Correspondência Oficial da Directoria Geral dos Indios com a presidencia da Província. Relatório exigido pelo Presidente em Off. de 10 de junho de 1869 O Director Geral dos Indios Antonio, digo Alexandre Jose Leite .APMT.

Secretaria da Policia em Cuiabá, O secretario Jose Gomes da Silva, 24 de Fevereiro de 1881. LATA 1881 C, APMT.

## Fontes Impressas

ANTONINA, Barão. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista Trimestral de História e Geografia*, Rio de Janeiro, Typ. De João Ignacio da Silva, 1870.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresco. Rios Paraná, Paraguay, S. Lorenzo, Cuyaba. Provincia de Mato Grosso em 1862.* Libreria Parisiense – Dupray de La Mahérie, 1863.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul.* Tradução: Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.

D'ALINCOURT, Luiz. *Trabalhos e Indagações que fazem o objeto da Estatística da Província de Mato Grosso, feitos no ano de 1826 para 1827.* NEDHIR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o Systema de defesa que se deve adoptar na Fronteira do Paraguay em consequencia da Revolta e dos Insultos praticados ultimamente*

*pela Nação dos Índios Guaicurus ou cavalleiros*. Microfilmes negativo - NEDHIR. ANNAES da Biblioteca Nacional.Tomo III, 1828

- \_\_\_\_\_. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá de 1825 a 1829*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Itatiaia Editora Ltda., 1975.
- FLORANCE, Hércules. *Viagem do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução: Visconde de Taunay. Editora Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- \_\_\_\_\_. *De Porto Feliz a Cuyabá*. (Diário de viagem de um naturalista da expedição do Barão de Langsdorff em 1826 a 1827). Tradução: Visconde de Taunay. Separata do Tomo XVI da Revista do Museu Paulista., São Paulo, Diário Oficial, 1929.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias Antropológicas*. Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1974.
- FERREIRA, Joaquim Alves. Notícia sobre os Índios de Matto-Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, pelo Director geral dos Índios da então Provincia. *Revista o Archivo. Coleção de Memórias Históricas. Coleção Fac-similar completa 1904-1906*. Vol. 3, Fundação Júlio Campos, Várzea Grande, MT. 1993. (Edição Fac-similar completa de 1904 – 1906).
- FONSECA. João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil - 1875 a 1878*. Typographia de Pinherio & C. Rua Sete Setembro n.157. Rio de Janeiro. 1880, 2 vls.
- LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXV. Ano 1862.
- \_\_\_\_\_. *Vias de comunicação de Matto Grosso*. Cuiabá: Edições UFMT. Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- MOUTINHO. Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Provincia de Matto Grosso seguida D'um Roteiro da Viagem da sua capital a' S. Paulo*. S. Paulo. São Paulo Typographia de Henrique Schoreder, 1869.
- REGO, Maria do Carmo de Melo. *Lembranças de Mato Grosso*. Coleção Memórias Históricas da Fundação Júlio Campos. Várzea Grande. 1993. (Edição Fac-similar de 1897).
- SCHMIDT, Max ; Guaná, In: *Zeitchft fuer Ethnologie*, 1903, Caderno 2 .p. 324 – 336.

\_\_\_\_. *Estudos de Etnologia Brasileira. Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos.* Tradução: Catharina Baratz Cannabrava., São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Editora Companhia Nacional, 1942.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle de. *Entre Nossos Índios 1864 – 1865.* São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1931.

\_\_\_\_. *Em Matto Grosso invadido. 1866-1867.* São Paulo: Editora Melhoramentos 1929.

\_\_\_\_. *Memórias do Visconde de Taunay.* São Paulo: Progresso, 1948.

STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Xingu.* Tradução: Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1942.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.) *Os diários de Langsdorff., Mato Grosso e Amazônia.* Tradução: Marcia Lyra Nascimento Egg e outros. Editores: Bóris N. Komissarov e outros. Campinas; Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997, (vol. III).

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Tomo VII, Rio de Janeiro, 1866. p. 204 a 218.

\_\_\_\_. Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurús, Guanás, etc. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Tomo XIII, 2ª ed, Rio de Janeiro, 1869.

## **Leis e Regimentos**

*Aviso 02/09/1845.* Ministerio da Justiça, 3ª Seção Circular - Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias.

*Código do Processo Criminal de primera instancia. Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842.* Imperio do Brasil. Tomo II. Rio de Janeiro: Educardo & Henrique Laemmert. 1874.

*Decisão nº 59 – Justiça – Declara que os índios devem ser governados pela legislação geral, e que ao Juizes territoriaes compete o conhecimento da demarcação de sesmaria requerida por elles ou quem direito tiver, 01/03/1830.*

*Decreto nº 426 de 24 julho de 1845, que contém o regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios. Decreto nº 426 – Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios.*



*Lei de Terras nº 601, de 13 de setembro de 1850.*

## Fontes Cartográficas

IBGE. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

PINTO, Roquette. *Carta Etnográfica da Rondonia segundo os trabalhos do Professor e da Comissão Rondon*, Rio de Janeiro, junho de 1934.

RONDON. Cândido Mariano da Silva. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada no Serviço de Conclusão de Carta de Mato Grosso (Ministério da Guerra, Estado maior do Exército), sob a direção geral de S. Ex. Sr. Gen. De Div. Cândido Mariano da Silva Rondon e Direção Gráfica Executiva do Ge. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acordo com as circunstâncias e os elementos abaixo indicados. Projecção policônica Americana. Escala – 1:1.000.000, 1952.*

## Bibliografia Geral

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e escravo livre (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, Dept ° Adm./ Div. Documentação, 1994.

\_\_\_\_\_. *Vozes no Silêncio. Subordinação, Resistência e Trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

ARGAN, Giulio Carlo. Urbanismo, Espaço e Ambiente. In *História da arte como história da cidade*. Tradutor: Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALDUS, Herbert *Ensaio de Etnologia Brasileira*. Brasileira. Companhia Editora Nacional INL/MEC Vol 101, 1979.

BARROS, Edir Pina (org.). *Modelos e Processos: ensaios de etnologia indígena*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História: ensaios de teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo. A Integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

- \_\_\_\_\_. *Do índio ao Bugre. O processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. S.A. 1976.
- CARVALHO, Silvia M. Schmuziger - *Chaco: Encruzilhada de povos e “Melting Pot Cultural”*. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In CUNHA, Manuela Carneiro(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, , p. 457 – 474.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, Artes de fazer*. Tradutor: Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Tradutora: Maria Manuela Galhardo. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel e Bertrand Brasil, S/A, 1985.
- CASTRO, Educardo Viveiros de. *Etnologia Brasileira*. In: *O que se ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sérgio Miceli (org.) São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs: Brasília. DF: CAPES, 1999.
- COSTA. Maria de Fátima (Org.). *Percorrendo Manuscritos entre Langsdorff e D’Alincourt*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.
- \_\_\_\_\_. *História de um país inexistente. O pantanal entre os século XVI e XVIII*. São Paulo Estação Liberdade: Kosmos, 1999.
- \_\_\_\_\_ & DIENER Pablo. *Viajando nos Bastidores: Documentos de Viagem da Expedição Langsdorff*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- \_\_\_\_\_ *Cuiabá: Rio, Porto, Cidade*. Cuiabá : Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- CUNHA; Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*. Editora da Universidade de São Paulo. Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_; *Os Direitos do índio. Ensaio e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_ *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Coleção Memórias Históricas. Vol. 4. Fundação Júlio Campos, Várzea Grande, 1994.
- CORRÊA, Francisco de Aquino. *Heroes obscuros da igreja Matto Grossense*. In: *Revista do Instituto Histórico de Matto - Grosso*. Numero XVI , Ano VIII ., 1926, p. 26 – 31.

- CARELLI, Mario. *À la Découverte de L'Amazonie les carnets du naturaliste Hercules Florence*. Paris: Gallimard , 1992.
- DANTAS, Beatriz Góis (Org.). *Repertório de Documentos para a História indígena*. Arquivo Público Estadual de Sergipe, NHII/USP/FAPESP, 1993,
- De LAMONICA FREIRE, Júlio. *Por uma Poética popular da Arquitetura*. Dissertação de Mestrado em Artes pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1998
- DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses. Espetáculos de Circo e Teatro em Minas Gerais no Século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução: Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zarar Ed., 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Ed. Fundação Cultural de Mato Grosso. 1978.
- FUNAI. Grafia dos nomes tribais brasileiros. *Revista de Atualidade Indígena*. Ano III, nº 15. Brasília, março/abril de 1979, p. 31-34.
- GINZBURG; Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e história*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GOELDI, Emílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. CNPq. 1982.
- GRANERO, Fernando Santos. *Is There something as an Arawakan ethos? Language, Culture and History in Native Amazonia*. Artigo apresentado na Conferência sobre Comparative Arawakan Histories: Rethinking Culture Area and Language Family in Amazônia. Cidade do Panamá, maio de 2000, 41 pp.
- GERA/ICHS/FNMA. *Implicações Sócio-ambientais do Desenvolvimento urbano sobre as populações Ribeirinhas nos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande*. Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal Amazônia e Cerrado do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Unversidade Federal de Mato Grosso; Fundo Nacional do Meio Ambiente. Relatório final de pesquisa, Cuiabá, 1998.
- HARTMANN, Thekla. A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX. In: *Coleção Museu Paulista. Série de Etnologia*, Vol. 1 São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975.
- LÈVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et.al.], Campinas: Editora da UNICAMP, SP, 1996.
- MESQUITA, José. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento de Cultura e Turismo. Programa Cadernos Cuiabanos. Cuiabá, Abril, 1978.
- MEDEIROS Sérgio (Org.). Alfredo d'Escragno Taunay. *Irecê a Guaná seguido de os índios do Distrito de Miranda*. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- MELLO, General Raul Silveira. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial* Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: ACCESS editora, 1994.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites. *Guató. Argonautas do Pantanal*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1996.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In *Revista Mana - Estudos de Antropologia Social*. Vol 4, n. 1, abril de 1998.
- PERARO, Maria Adenir. *Fardas, Saias e Batina. A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853 – 90*. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 9 de janeiro de 1997.
- PINHEIRO Amálio. *Aquém da identidade e da oposição. Formas na cultura mestiça*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1995.
- POUTIGNAT Philippe & STREIFF-FENART Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ROCHA, Leandro Mendes. Os Missionários em Goiás. In *Coleção Cocar*, vol. I, Brasília: Ministério do Interior, FUNAI, 1988, p.60 - 84.
- \_\_\_\_\_ *O Estado e os índios: Goiás 1850 – 1889*. Goiânia: Editora UFG, 1998.
- SCHUCH, Maria Eunice Jardim. *Xaray e Chané: Índios frente á expansão Espanhola e Portuguesa no Alto-Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, fevereiro de 1995.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Tradução: Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

- SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores. (Política de povoamento e População na capitania de Mato Grosso - Século XVIII)* Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.
- SILVA, Lúgia Osorio. *Terras devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo.* Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- UFMT. *Criação da Directoria dos Índios na província de Mato Grosso.* Edições UFMT, Secretaria de Educação e Cultura, Cuiabá, 1975.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão. Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888.* Editora Marco Zero, São Paulo e Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1993.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade.* Tese de doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1995.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)